

Loures tem trabalho feito e parte com confiança para as eleições



Mais e melhor

Adão Barata foi apresentado na sexta-feira na presença de centenas de apoiantes, de Carlos Carvalhas e de outros dirigentes das forças que compõem a CDU, bem como dos dois anteriores presidentes da autarquia de Loures, Severiano Falcão e Demétrio Alves. Por todo o País continuam as apresentações dos cabeças de lista CDU.

Págs. 5, 6 e 7

Determinação na jornada da CGTP **É para continuar!**

Milhares de trabalhadores participaram na jornada de dia 7, afirmando forte determinação de prosseguir e intensificar a luta por «uma nova política para quem trabalha».

Centrais



AR aprova resolução

Segurança no trabalho

Com base num texto do PCP, a Assembleia da República aprovou uma resolução que institui o dia 28 de Abril como o Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho.

Pág. 9

Irlanda rejeita Tratado

Ferido de morte

O Não irlandês ao Tratado de Nice apanhou de surpresa os líderes da União Europeia que buscam agora uma saída para o impasse. Para já, não há soluções à vista.

Pág. 19

Bush na Europa

Política dos EUA contestada

O périplo europeu de Bush, ontem iniciado em Espanha, está a suscitar fortes protestos contra a política dos Estados Unidos, considerada como uma ameaça para o planeta.

Pág. 21

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Craismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
25 números: 4 600\$00

EUROPA
50 números: 23 000\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



A CGTP promove acções em todo o País exigindo melhores salários e trabalho com direitos

Resumo

6 Quarta-feira

PCP, PS, BE e «Os Verdes» chumbam, na Assembleia da República, o projecto de lei do CDS/PP que visava a revogação da reforma fiscal • Os técnicos de diagnósticos e terapêutica do sector público iniciam uma greve de três dias em defesa de reivindicações de carreiras que os equiparem salarimente a outros profissionais com o mesmo tipo de habilitações • O Sindicato dos Corticeiros do Norte acusa as entidades patronais do sector de terem um discurso e uma prática divergente sobre os salários das mulheres • A Macedónia ameaça declarar o estado de guerra após a morte de cinco soldados no mais mortífero ataque de guerrilha albanesa em seis semanas • Um juiz federal do Tribunal de Denver recusa adiar a data da execução de Timothy McVeigh, o autor confesso do atentado de Oklahoma.

7 Quinta-feira

A CGTP promove acções em todo o país exigindo melhores salários, combate ao emprego precário e trabalho com direitos • Os trabalhadores da «C&J Clark», de Castelo de Paiva, estão em greve contra a recusa por parte da administração em pagar o prémio anual de 48 contos aos 900 trabalhadores da empresa • Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas estão em greve reivindicando aumentos salariais e a revalorização das carreiras • O antigo presidente da Argentina, Carlos Menem, é colocado sob prisão domiciliária por ordem de um tribunal que investiga a venda ilegal de armas à Croácia e Equador durante os seus dois mandatos • Marie Bremont, a francesa considerada a mais velha do mundo, morre aos 115 anos de idade.

8 Sexta-feira

Centenas de educadores de infância concentram-se em frente ao Ministério da Educação e entregam um abaixo-assinado a exigir que lhes seja aplicado o mesmo calendário escolar que aos restantes ciclos • A secretária-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) considera ilegal a substituição, admitida pelo Ministério da Educação, dos professores que decidam aderir à greve nos dias 18 e 21 de Junho • O Conselho de Ministros aprova um decreto-lei que define o novo regime de licenciamento e de fiscalização das clínicas e consultórios dentários como unidades privadas de saúde • O Partido Trabalhista vence as eleições na Grã-Bretanha • Milhares de

manifestantes protestam em Atenas contra a promulgação da nova lei antiterrorista, que consideram infringir os direitos individuais.

9 Sábado

O dirigente da Federação Agrícola dos Açores, Manuel António Martins, acusa o Governo Regional de usar as instituições do sector para dividir os agricultores das ilhas • Um português, Arlindo Pestana, é assassinado na África do Sul • O responsável pela política externa da União Europeia (UE), Javier Solana, congrega os dirigentes das diferentes forças políticas na Macedónia em volta de um plano de paz • O presidente liberiano, Charles Taylor, declara que as suas tropas causaram nestes últimos dias centenas de mortos aos guerrilheiros que actuam no Norte do país • Xanana Gusmão declara formalmente extinto o CNRT.

10 Domingo

O FC Porto conquista a 11.ª Taça de Portugal do seu histórico, ao bater o Marítimo, por 2-0 • Os trabalhadores da recolha de lixo da Câmara de Viseu organizam um protesto contra a decisão da autarquia de recorrer a serviços externos para proceder a este trabalho • O presidente da Venezuela adverte os empresários para que aqueles que pratiquem evasão fiscal correm o risco de ir para a prisão e de ter bens confiscados pelo Estado • O milionário Silvio Berlusconi, vencedor das últimas eleições legislativas em Itália, apresenta ao presidente Carlos Azeglio Ciampi a composição do seu governo.

11 Segunda-feira

Os trabalhadores da Administração Local entram em greve, reivindicando uma nova política laboral que faça cumprir a lei em relação aos suplementos e reajustamentos salariais e à defesa dos serviços públicos nacionais • Os médicos iniciam uma greve nacional de três dias, convocada pela Federação Nacional dos Médicos (FNAM), que visa, entre outras reivindicações, a defesa das carreiras médicas e da dignidade profissional • Cento e trinta alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico vão à Assembleia da República debater entre si e com os deputados várias questões relativas à educação • O exército da Macedónia reinicia o bombardeamento às cidades ocupadas pelos rebeldes de origem albanesa no Norte do país • Timothy McVeigh, o autor do atentado de Oklahoma City, é executado.

Aconteceu

Festas de Lisboa

As Festas de Lisboa 2001 começaram quinta-feira com iniciativas em toda a cidade e zonas periféricas, envolvendo milhares de pessoas e um investimento de 450 mil contos da autarquia.

Este ano, as festas contam com elementos inovadores, nomeadamente o Festival Internacional das

gem, um investimento de 4.500 contos que encerra com as marchas infantis, no dia 23, em Belém.

Os arraiais vão decorrer ao longo do mês em 31 locais.

No programa «A Festa de Rua» há a destacar a Noite de Santo António, onde quem quiser vai poder recorrer aos cinco cabeleiros



Marionetas de Lisboa, entre 15 e 22 de Junho, mais salas, mais locais e a realização de eventos nas zonas periféricas de modo a atingir as populações mais pobres. Ao longo dos 12 blocos de programas, vão actuar cerca de 5.000 pessoas.

As Festas de Lisboa começaram com a apresentação das marchas populares no Pavilhão Atlântico, de 7 a 9 de Junho. Para dia 22 está marcado o desfile das marchas nos seus bairros de ori-

reiros de mulher para penteados de salão e artísticos, um para penteados africanos e dois para homem, que a autarquia vai instalar na Rua Augusta, além de maquiadoras, manicures e um engraxador.

Há ainda a destacar a importância da «Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa», que passará filmes com fado e guitarras, entre outros eventos, e a introdução da carreira de eléctricos no âmbito das Festas Populares.

Cidades sem luz nem água

Os habitantes de cinco cidades russas do Extremo Oriente vivem, há semanas, sem luz, nem água, devido a um círculo vicioso de dívidas a empresas fornecedoras de electricidade, que incluem, entre os caloteiros, o próprio governo federal.

Entretanto, na cidade mineira de Partizansk, e após três dias consecutivos sem electricidade, centenas de pessoas, na sua maioria donas de casas com os filhos, invadi-

ram a via férrea para chamar a atenção das autoridades.

Os manifestantes denunciaram também que nem sequer têm água potável, porque a rede municipal de abastecimento ficou sem electricidade e as bombas de água não funcionam.

Mais outras quatro cidades, em que habitam pelo menos 250 mil pessoas, sofrem um severo racionamento energético, que está prestes a paralisar a vida de toda a zona.



Japão e Austrália proíbem clonagem

O Japão proibiu a clonagem de seres humanos com a entrada em vigor de uma lei que, entretanto, permite uma cultura controlada de embriões, com o objectivo de desenvolver, no futuro, técnicas capazes de regenerar células lesionadas e reconstruir tecidos e órgãos, previsivelmente utilizáveis em transplantes. As propostas de investigação serão supervisionadas pelo governo, através dos ministérios da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia.

A nova legislação invoca que a clonagem de seres humanos «pode ter

um grande impacto na dignidade da pessoa, na segurança biológica da espécie e na manutenção da ordem social».

A lei proíbe a transferência de um embrião humano clonado para um útero com o objectivo de desenvolver um clone bem como a criação de embriões cruzados de seres humanos com outras espécies animais.

Também na Austrália, o governo central e os governos estaduais decidiram agora proibir a clonagem humana, deixando entretanto porta aberta ao uso de células de

embriões para fins terapêuticos.

Em Maio, o Reino Unido proibiu por lei a clonagem humana para «fabricar» bebés mas permitiu a clonagem de embriões humanos com fins terapêuticos. A Alemanha e outros países europeus adoptaram leis que regulam a manipulação do embrião humano com fins de fertilização e que proíbem a clonagem de bebés. Por seu lado, os Estados Unidos proíbem o financiamento público a projectos relacionados com a clonagem humana mas não regulam as investigações do sector privado nesta área.

Timothy McVeigh foi executado

Timothy McVeigh, responsável pelo maior atentado à bomba na história dos Estados Unidos que matou 168 pessoas, foi executado com uma injeção letal.

Uma centena de opositores à pena de morte esperou, em silêncio, a execução de Timothy McVeigh junto à prisão da pequena cidade de Terre Haute, no estado de

Indiana, onde estava o condenado.

Os críticos da pena máxíma guardaram 168 minutos de silêncio, um por cada uma das vítimas do atentado de Oklahoma, cometido em 1995 por McVeigh.

A Amnistia Internacional condenou, em Londres, a execução, considerando que os Estados Unidos deixaram «a vingança triunfar sobre a justiça».

«Os estados deixaram a vingança triunfar sobre a justiça e distanciaram-se ainda mais das aspirações da comunidade internacional», acusou, em comunicado, aquela organização de defesa dos direitos humanos.

A Amnistia Internacional lembrou que, durante o seu mandato de cinco anos como governador do Texas, Bush ordenou 152 execuções.

A organização recomenda que a «comunidade internacional redobre os seus esforços para persuadir o governo norte-americano a impor uma moratória sobre as execuções federais, uma primeira etapa que deverá conduzir o país à abolição da pena de morte.



Crónica Internacional

• Ângelo Alves

Reino Unido Vitória... de quem?

Mais de 40% dos eleitores britânicos decidiram não participar na escolha do próximo governo britânico, a mais alta abstenção desde 1918. O «Labour» (Partido Trabalhista) é assim reconduzido no governo com cerca de 11 milhões de votos, num país com cerca de 44,3 milhões de eleitores inscritos, ou seja, com apenas 25% dos votos dos eleitores britânicos!

Apesar de uma redução no número de lugares no Parlamento – o Labour alcança 412 lugares contra 419 em 1997 –, Tony Blair é reeleito primeiro-ministro, enquanto que os conservadores alcançam apenas 166 lugares e os Liberais Democratas 46.

Mas o que representam objectivamente estes resultados?

Dado positivo é a clara rejeição do Partido Conservador e das políticas que preconiza. O Partido que apresentava William Hague como candidato a primeiro-ministro, centrando inicialmente o discurso na redução dos impostos (como é óbvio acompanhada do corte nas despesas públicas acabando

assim por beneficiar o grande capital e prejudicar os trabalhadores) tenta a dada altura virar o discurso para a União Europeia e a defesa da libra. Como este é claramente um tema que não apaixona os britânicos tentou então, ao melhor estilo reaccionário, «espevitado» os sentimentos xenófobos na sociedade britânica chegando a propor a construção de centros de detenção para os cidadãos estrangeiros que procurassem asilo no Reino Unido, como se de criminosos se tratasse! Aliás, a campanha eleitoral ficou marcada por incidentes racistas e xenófobos como o de Oldham (pequena cidade perto de Manchester) em que grupos de indivíduos afectos à National Front agrediram cidadãos paquistaneses que aí trabalham.

Mas a vitória do Labour é uma vitória da esquerda? Certamente muitos dos eleitores do Labour defendem políticas progressistas, seja pelas ligações históricas do Labour ao movimento sindical britânico seja pela

ideia do voto contra o reaccionarismo «de ferro» dos «Tories». Mas, na realidade, o que é hoje o Labour Party? Em 1998, Blair faz um exercício de ilusionismo ideológico e até edita um livro! Eram os tempos da «terceira via». Blair conduzindo os destinos do país e do partido lidera a viragem à direita do Labour.

A «terceira via» significou no concreto a rendição de um partido social-democrata aos ditames do neoliberalismo e às «sagradas» leis do mercado e do grande capital financeiro.

No país, a política do governo seguiu as mesmas linhas. Além de continuar uma política de privatizações e de benefícios aos grandes capitalistas britânicos, na linha dos conservadores, o governo de Tony Blair nem sequer cumpriu compromissos como o da resolução de graves problemas de subfinanciamento nos sectores da educação, saúde e transportes. Rodney Barker (*) afirma: «O governo Blair gastou menos nessas áreas [educação e saúde], em termos de percentagem do Produto Nacional Bruto, que os anteriores governos conservadores.»

No plano externo, Blair também não desiludiu os sectores mais conservadores e acérrimos defensores do imperialismo.

Não espanta, portanto, que publicações conservadoras como o «Times» ou o «The Economist» tenham assumido o apoio a Blair, «o melhor conservador desde Thatcher».

Perigosos caminhos estes, os das ditas «democracias ocidentais». Alternando no poder, os partidos que servem a classe dominante repartem o bolo do poder acentuando a exploração e fomentando a desorientação ideológica dos trabalhadores e dos povos.

O Reino Unido é bem a prova de que a existência de uma força política ao serviço dos trabalhadores e das classes exploradas, consistente, coerente, com influência social e capacidade mobilizadora, é determinante, numa altura em que «o regresso da direita» em diferentes países europeus é uma perigosa realidade. Realidade em que, é necessário sublinhar, a social-democracia, à Blair ou à Guterres, assume pesadas responsabilidades históricas.

Perigosos caminhos estes, os das ditas «democracias ocidentais».



Editorial

INSISTIR NO ÓBVIO

Dez anos de «oásis» seguidos de seis anos de «paraíso» – para não recuar mais no tempo – colocaram Portugal na cauda dos países da União Europeia em praticamente todas as áreas e, de forma muito particular, no que respeita à situação dos trabalhadores. Cumprindo à risca o receituário dos donos da Europa, os vários governos PSD e PS, aplicando diligentemente a política comum aos dois, conseguiram verdadeiros milagres: os salários dos trabalhadores portugueses são três vezes inferiores aos da média europeia e o salário mínimo nacional é o mais baixo de todos no conjunto dos quinze países; a inflação está quase nos 4% e prevê-se que possa vir a atingir os 5% – o que significa que os salários reais desceram; a injustiça fiscal atinge proporções tais que, em média, um trabalhador por conta de outrem paga 210 contos anuais de IRS enquanto um empresário paga apenas sete contos; mais de 750 mil trabalhadores, jovens e mulheres na sua maioria, são afectados pela precariedade; os horários de trabalho são dos mais elevados da Europa com a agravante de milhares de trabalhadores serem obrigados a fazer horas extraordinárias sem qualquer remuneração – pior situação, só a dos trabalhadores imigrantes para os quais a

cretização dessa alternativa passa pelo reforço da influência social, eleitoral e política do PCP.

Garante António Guterres que «o papel do Estado na perspectiva do socialismo democrático não é assegurar a propriedade pública dos meios de produção, mas garantir a regulação da economia de mercado e fazer com que a sociedade não seja uma sociedade de mercado mas uma sociedade solidária». Registe-se a garantia do engenheiro e anote-se o seu significado, já que ele traduz exemplarmente a prática governativa do autor. É óbvio que o «socialismo democrático» cumpriu de forma magistral o primeiro «papel» que o engenheiro lhe destinou e falhou estrondosamente no cumprimento do segundo, ou seja: privatizou quase toda a «propriedade pública» rentável, oferecendo-a de mão beijada ao grande capital (que, por essa via, se tornou, certamente, fervoroso adepto do «socialismo democrático»), e fechou a «sociedade solidária» na mesma gaveta onde, há vários anos, foi fechado o «socialismo» *tout court*.

E não podia deixar de ser assim: de facto, as privatizações – instrumento fundamental da contra revolução de Abril – são não só incompatíveis com qualquer ideia de solidariedade como constituem elemento marcante e definidor do conteúdo de classe da política de direita. Não foi por acaso que, após cada privatização, as primeiras medidas tomadas se reportaram sempre a despedimentos de trabalhadores.

“A situação dos trabalhadores espelha de forma rigorosa o conteúdo de classe de uma política”

benemérita política de direita achou por bem retomar velhas formas de trabalho escravo.

Toda esta situação esteve presente na jornada nacional de luta promovida pela CGTP e na qual participaram, em diversificadas iniciativas, muitos milhares de trabalhadores – jornada de luta que, dando continuidade a muitas e importantes lutas passadas foi, simultaneamente, a afirmação clara da determinação dos trabalhadores de não baixarem os braços, de prosseguirem, intensificar e ampliarem a intervenção na defesa dos seus direitos e interesses e na criação de condições para uma mudança de política.

É cada vez mais claro para um número crescente de trabalhadores que a origem dos seus problemas e das suas dificuldades se situa no conteúdo da política de direita, agora levada à prática pelo Governo do PS, antes executada pelos do PSD. Bem pode o Primeiro-Ministro continuar a falar de «solidariedades» que só ele vê, a prometer desnecessárias «eficácias», «capacidades» e «agilizações» governativas, enfim a fechar os olhos à realidade decorrente da política que pratica: entre os trabalhadores portugueses em luta, ganha força e cresce a convicção de que a única alternativa à política de direita é uma política de esquerda e que a con-

Aliás, em Portugal como em qualquer outro país, a situação dos trabalhadores espelha de forma clara e rigorosa o conteúdo de classe de uma política. Assim, uma política que tem como principais beneficiários os grandes grupos económicos é, inevitavelmente, contrária aos interesses das classes trabalhadoras, às quais procura impor as condições salariais e de trabalho que melhor sirvam a classe exploradora. A luta contra essa política e pela conquista de uma outra, de sentido oposto, é uma expressão da luta de classes e constitui uma das armas fundamentais dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e direitos.

Dir-se-á serem estas verdades tão evidentes que se torna redundante enunciá-las. É possível que sim. Em todo o caso, a naturalidade com que a exploração do trabalho pelo capital é, hoje, apresentada; a insistência e a amplitude com que é divulgada a ideia de que o sistema dominante, baseado na exploração e na opressão, corresponde a uma «ordem natural das coisas»; o tom categórico que acompanha o decreto, profusamente difundido, de que «a luta de classes acabou»; a referência generalizada à acentuação das desigualdades sociais procurando banalizá-las e desviar as atenções das suas causas fundamentais; a hipocrisia que envolve todo este discurso ofensivo da inteligência dos cidadãos – estas e muitas outras mistificações exigem que se insista no óbvio. E que se procure traduzir essa insistência na intensificação da luta, indispensável para a conquista de reivindicações imediatas e portadora das sementes da mudança e da transformação.

(*) Professor de Governo na London School of Economics (Diário de Notícias – 8/06/2001).

Actual

Reality Shows

• José Casanova

Concedendo quase duas páginas da sua edição das quintas-feiras às prosas propagandísticas de Miguel Portas, Santana Lopes e Jorge Coelho, o *Diário de Notícias* prodigaliza-nos um soberbo *reality show pluralista*. Portas mora na página 9; Santana e Coelho são inquilinos da 10: na coluna da direita o primeiro; na outra coluna, o segundo.

Portas faz campanha eleitoral: dispara contra a gestão da Câmara Municipal de Lisboa e, recorrendo ao foguetório demagógico e leviano, em autêntico *reality show de esquerda*, desnuda as muitas virtudes, qualidades e saberes que possui – sempre numa prosa moderna, sábia, bacteriologicamente pura. Se bem me lembro, começou por assinar os seus textos como «dirigente do BE»; depois passou a escrever na qualidade de «jornalista»; finalmente, talvez por efeito de qualquer súbito sobressalto deontológico ou coisa assim, estacionou, até ver, na condição de «economista». Há tempos António Abreu pulverizou-lhe a petulância demagógica num texto que, naturalmente, saiu escondido nas cartas dos leitores. A resposta de Portas,

essa, pluralismo *oblige*, teve honras de página 9.

Santana faz campanha eleitoral: dispara contra a gestão da CML e, naquele seu tão peculiar jeito de tratar a Língua-Pátria, exhibe-nos o seu *reality show de direita*. Um dia destes, fazendo uso daquela «coragem de afirmar» que faltou ao Raposo no momento crucial, ousou mesmo escrever sobre «cultura». Relembrou os saudosos tempos em que, sendo SECC (secretário de Estado da Cultura de Cavaco), demonstrou que é possível ser-se secretário de Estado de nada – esses tempos em que Santana curava as brutas ressacas culturais ouvindo os concertos de Chopin para violino, enquanto algures, na cidade adormecida, o Chefe queimava as pestanas lendo «A Utopia de Thomas Mann» e assegurava o seu lugar no pelotão da frente dos 55% de portugueses que nunca leram um livro.

Coelho faz campanha eleitoral: não fala da gestão da CML; indiferente aos disparos dos colegas de folha, em prosa pitoresca e sávida, elogia os governos do PS e do Blair – e com essa indiferença e esse elogio mata dois

coelhos, salvo seja, com uma só cajadada. Mas, visivelmente, a escrita não é o seu forte: o acto de escrever não comporta a claque que, transportada em meia dúzia de autocarros e com almoços e jantares à borla, delira com os seus *reality shows* eleitorais, cada vez mais semelhantes às festanças do Jardim.

Às vezes, dispara contra o PCP a universal cassete universal do anticomunismo cabotino e pateta – por vocação e hábito, sem dúvida, mas também porque esse anticomunismo é, sabe-o ele bem, a matéria-prima básica que alimenta o *reality show à trois* das quintas-feiras do DN.



Outras contas

• Vítor Dias

Na noite do próprio dia das eleições legislativas na Grã-Bretanha e no dia seguinte o que principalmente terá chegado à opinião pública nacional e mundial foi a ideia amplamente espalhada de que a vitória trabalhista foi «extraordinária», «histórica» e «esmagadora».

A ideia foi servida por dados – os únicos que quase era possível encontrar de imediato – aparentemente corroborantes da série de adjectivos usados, uma vez que atribuíam 413 deputados ao «Labour» e apenas 166 para os «Tory» e 52 para os «liberais-democratas».

E foi assim que muitas pessoas já tinham desligado do assunto quando, com maior atenção, se ficou a perceber que a «extraordinária», «histórica» e «esmagadora» vitória de Blair e do seu «New Labour» estava afinal num resultado que, por comparação com o obtido em 1997, significava a perda de 6 deputados e de 2,4 pontos percentuais (de 44,2% para 41,8%), enquanto os conservadores, embora derrotados, subiam 1 deputado e 1,2 pontos percentuais (de 31,3% para 32,5%), e os liberais-democratas ganhavam mais 6 deputados e subiam 1,7 pontos percentuais (de 17,1% para 18,8%).

E também foi assim, na vertigem de um noticiário e de análises absolutamente prisioneiros da lógica de ferro do sistema eleitoral maioritário vigente na Grã-Bretanha (baseado em 659 círculos

uninominais) e que explica aquela fíniqua repartição de deputados eleitos, que quase ninguém de lembrou de falar do resto.

E o resto é que, viva a democracia representativa!, cada deputado trabalhista ficou a «custar» ou a sustentar-se em 26 mil votos, mas cada deputado conservador já «custou» ou sustenta-se em 65 mil e cada deputado liberal-democrático «custou» ou sustenta-se em 92 mil votos.

O resto é também que, viva outra vez a democracia representativa!, pelo sistema proporcional o partido trabalhista do sr. Blair ficaria não com 413 deputados mas com 269 (a 61 da maioria absoluta), os conservadores ficariam não com 166 mas com 209, os liberais-democratas não com 52 mas com 121 (o dobro!), e os «outros» não com 13 mas com 45. Dito por outras palavras, isto significa que na bancada do «Labour» se vão sentar 144 deputados que, em grande medida, devem sobretudo a sua eleição ao sistema maioritário a uma volta e que, pelo sistema proporcional, pertenceriam justamente a outras forças políticas.

Por fim, o resto, merecedor de um terceiro viva a democracia representativa!, é que nas últimas eleições britânicas houve, mais uma vez, uns largos milhões de cidadãos e respectivos votos a quem o sistema eleitoral roubou representação genuína e eficácia.

Sem grande escândalo, como tristemente se vê.



Como se fosse aprendiz de feiticeiro

• Aurélio Santos

Goethe escreveu e deixou para nós «Aprendiz de Feiticeiro». Traduzido à letra do alemão, «aquele que aprende magia». Um belo poema sinfónico com o mesmo nome, inspirado nas palavras do escritor, ritmado e atrevido no começo, com passos breves e sincopados, deixa entender a descoberta de uma engrenagem não inventada por ele, mas que o aprendiz queria dominar. No fundo, e em verdade, não para aprender a dominar a máquina, mas para poupar o trabalho de encher os reservatórios de água do laboratório. Encheu tanto que já não conseguia parar. E foi preciso o mestre chegar, com a casa toda alagada, para ele pedir, humildemente: mestre, por favor, ajude a desligar a máquina. O mestre desligou. Mas não ensinou ao aprendiz o segredo da engrenagem.

Não ocorreu ao aprendiz, uma coisa: é que não tinha força para dominar. Era dominado.

E quando percebeu isso, começou a obedecer mudamente ao seu mestre, rendendo-se às suas vontades.

Esta fábula retrata bem algumas situações em que quem pensa ser poder e afinal não o é – age apenas em nome e por conta de outrem. Belmiro de Azevedo, com um simples gesto, conseguiu pôr de cócoras a Assembleia da República, recusando-se a comparecer à hora para que fora intimado, alegando que tinha mais que fazer – ir praticar o seu «jogging». E a maioria aceitou. Outros ameaçam, sem a mesma ironia, pôr o «seu capital lá fora». E o Governo, «patrioticamente», vai-lhes cumprindo as vontades, com a tibieza dos vencidos. Outros ainda, quer além, quer aquém fronteiras, gritam a imposição do alinhamento a políticas «globalizantes», incluindo até a alteração da própria forma e concepção do Estado, alienando em estruturas supra-

nacionais, federalistas, o poder de governar em nome do povo.

Como esperar, então, o entusiasmo e empenho populares nas transformações urgentes de que necessitamos? A pergunta não é simples retórica, antes indica a preocupação de quem ouve cada vez com maior insistência que «os políticos são todos iguais». Com a desilusão de quem deixa andar, num sentimento profundo do «não-vale-a-penismo». Sem ser verdadeira, esta asserção reflecte uma forma generalizada de ceticismo político. Que este governo fomenta. Porque não interpreta o que de mais urgente há a fazer. Porque exhibe «paixões» fortes, mas que se revelam de uma instabilidade adolescente. Porque obedece timidamente aos seus mandantes, quando eles falam mais alto e lhe metem medo. Porque não sabe ser poder, isto é, não sabe governar para o bem público.

A dependência do aprendiz governativo em relação ao seu mestre capitalista é tão óbvia que apetece gritar: é necessário, urgente, virar o feitiço contra o feiticeiro!



Frases

“Ken Loach, o mais importante representante do cinema realista britânico, afirmou (...) que Tony Blair “é o verdadeiro herdeiro de Margaret Thatcher, porta-voz dos grandes grupos económicos” e defensor na Europa dos interesses e estratégias dos Estados Unidos. A chamada Terceira Via do socialismo democrático, tão querida a Blair e a Clinton, está assim completamente explicada e percebida. A forma vibrante como o grande capital a apoia também?”

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 07.06.01)

“O exemplo britânico aplica-se em grande parte a Portugal. Guterres e o Partido Socialista encheram-se de diálogo e sorrisos para conquistarem o Poder. O capital, industrial e financeiro, saudou vivamente a vitória da esquerda e conseguiu ganhar bastante dinheiro no primeiro Governo do pós-cavacismo?”

(idem, *ibidem*)

“Pragmáticos, os homens do capital não votam em ideologias. Votam em quem lhes proporciona mais lucros. E como o dinheiro comanda a vida, ganham sempre os que sabem vender a alma pelo melhor preço. A esquerda, à direita ou vice-versa. Tanto faz. Em Portugal ou no Reino Unido?”

(idem, *ibidem*)

“A “cultura profissional” dos actuais gestores das grandes empresas mediáticas baseia-se, regra geral, na indiferença aos valores do jornalismo, reduzido a uma subcategoria do território mais vasto dos “conteúdos”?”

(Mário Mesquita, *Público*, 08.06.01)

“De não-notícias se fará a prosperidade da indústria [de comunicação social]. O não jornalismo tomará progressivamente conta dos “media”. E as histórias, a pouco e pouco, expulsarão as notícias?”

(idem, *ibidem*)

“A televisão também pode ser uma ameaça à democracia como nós a concebíamos?”

(Francisco José Viegas, *Jornal de Notícias*, 07.06.01)

“Assistimos ao espectáculo triste dos grandes partidos a tentarem todos colarem-se de tal maneira ao centro que já mal conseguimos distingui-los uns dos outros?”

(Clara Pinto Correia, *Visão*, 07.06.01)

“O PCP reorganizado surge, sem qualquer ajuda da União Soviética, não só como um novo partido, mas como uma invulgar organização clandestina com características nacionais próprias, sem paralelo no movimento comunista?”

(Manuel Villaverde Cabral, *Diário de Notícias*, 08.06.01)

“Empresários lançam movimento crítico. José Manuel de Melo reuniu (...) 25 líderes dos maiores grupos económicos”. Será verdade? Estes senhores, que foram desde o Plioceno o grupo mais retrógrado da sociedade portuguesa, que apoiaram as mais cegas políticas por conveniências momentâneas, que (na sua maior parte) não fizeram nada que se visse, nem conseguiram passar de Badajoz – estes senhores querem agora oferecer ao País, quase caridosamente, a sua sobrenatural sabedoria?”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 09.06.01)

“Estes senhores, que sempre usaram o seu poder – e não é pouco – para, como admitiu João Salgueiro, extorquir e “aproveitar as benesses do Estado” e que sempre altivamente viveram numa “cultura” de inteira dependência – estes mesmos senhores descobriram agora que a Pátria vai para o abismo e resolveram exigir medidas na economia, na justiça e na educação?”

(idem, *ibidem*)



Loures tem trabalho feito e parte com confiança para as eleições

Fazer mais e melhor

Adão Barata foi apresentado na sexta-feira na presença de centenas de apoiantes, de vários dirigentes das forças que compõem a CDU, incluindo o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, bem como dos dois anteriores presidentes da autarquia de Loures, Severiano Falcão e Demétrio Alves.

O Pavilhão «Paz e Amizade» encheu-se para participar na Festa da CDU, de apresentação do cabeça de lista à Câmara, Adão Barata. A noite começou com a actuação do grupo de música popular portuguesa «Ódagaita», que proporcionou alguns momentos de exaltação entre a audiência, sobretudo quanto o tema tocado era de autoria de José Afonso.

Em seguida, o apresentador da sessão, em frente ao pano de fundo onde se lia em letras garrafais «Loures para todos», chamou ao palco os representantes das várias organizações e sensibilidades da coligação: Gilberto Lindim Ramos, da Intervenção Democrática, Renata Correia, pelo Conselho Nacional do PEV, Paulo Lóia, responsável pela organização concelhia de Loures e do Comité Central do PCP,

o independente José Júlio Morais, Susana Carrilho, da Juventude CDU, Rosa Rabiéis, da Comissão Política do Comité Central do PCP, além, é claro, do candidato Adão Barata e de Carlos Carvalhas.

Na sua intervenção, Adão Barata considerou que a candidatura da CDU «se assume sem hesitações pelo primado do interesse público e dos interesses das populações do concelho de Loures, sobrepondo-se a visões egoístas de grupos e de interesses económicos e especulativos», uma candidatura que se «apoia nos trabalhadores e em todas as camadas da população interessadas no desenvolvimento e progresso do concelho.

Uma obra notável

«É inegável que este concelho conheceu profundas e positivas transformações que o alteraram radicalmente, nomeadamente quanto à sua natureza suburbana e periférica», continuou o candidato, destacando que o trabalho iniciado pela CDU «teve e tem uma expressão clara nos planos social, económico e cultural, e foi progressivamente resolvendo problemas básicos das populações», colocando o concelho em terceiro lugar quanto ao crescimento económico de 1999 para 2000, em segundo lugar ao nível do investimento municipal – só ultrapassado por Lisboa – e em quarto lugar no índice de desenvolvimento industrial.

A cobertura da rede de esgotos domésticos e do seu tratamento (muito próximo dos 100 por cento, a contrastar com os 17 por cento de 1983), a implementação de «um dos mais completos sistemas de recolha selectiva e reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos que há no País», a recuperação de bairros de génese ilegal e a construção de estabelecimentos de ensino e «grandes equipamentos culturais» foram algumas das realizações da autarquia frisadas pelo actual presidente, que considerou que a «CDU faz mais e melhor», deixando o compromisso de continuar o trabalho no próximo mandato.

O bom trabalho da CDU nas autarquias foi também

destacado pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que lembrou que as miragens existentes há quatro anos, não existem hoje, estando o Governo desacreditado, dando o exemplo da apresentação, prevista para breve, de um orçamento rectificativo. «O Governo, o Partido Socialista, está a preparar uma manobra, uma crise política», disse Carlos Carvalhas, que assegurou que o PS não poderá contar com o PCP nem com a CDU para o acompanhar «nestas derrapagens à custa do povo português». «Não aceitaremos que se aperte o cinto aos trabalhadores, aos reformados, àqueles que produzem riqueza; se querem apertar o cinto, que o façam aos grandes senhores da banca e da finança; àqueles que ganham milhões à custa de quem trabalha.»

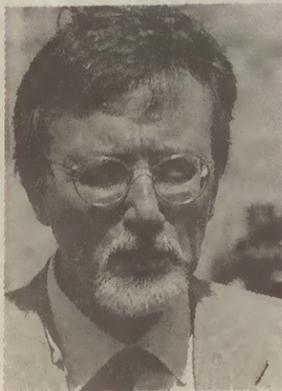
Dois anos confirmam qualidade

Embora nunca tenha sido sujeito ao sufrágio popular como cabeça de lista à Câmara Municipal de Loures, Adão Barata ocupa actualmente a presidência da autarquia, desde que, em 17 de Junho de 1999, substituiu o até então presidente Demétrio Alves. Este facto em nada altera a já longa caminhada do candidato, engenheiro civil de profissão, nos trilhos do trabalho autárquico. No mandato 1994 a 1997 deteve a presidência da Junta de Freguesia de Carnide e ocupou um lugar na Assembleia Municipal de Lisboa até ter sido chamado a participar nas listas da CDU ao concelho de Loures. Ainda em 1997, foi nomeado administrador da Parque Expo'98, SA, em representação da edilidade a que actualmente preside. Eleito vereador

nas eleições de Dezembro de 1997, exerce a presidência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Loures, até ser chamado a ocupar o primeiro lugar no executivo camarário.

Desde que é presidente da Câmara que ocupa, por inerência, as funções de membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de presidente da Assembleia Intermunicipal da AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água e, também, de membro da Assembleia Geral do *Forum Européen pour la Sécurité Urbaine*.

Com 50 anos, o candidato da CDU conta já no seu currículo com a Insignia de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, concedida pelo Presidente da República em 1999.



Adão Barata

«O que interessa ao PS é tirar vantagens...»

Desde o início do mandato que a maioria CDU na Câmara de Loures se depara com grandes dificuldades provocadas quer pela oposição – nomeadamente o Partido Socialista – quer pelo próprio Governo. Os exemplos são variados e o candidato referiu apenas alguns. «A este propósito convirá porventura lembrar que, neste mandato, o ataque à nossa gestão e condução do município de Loures começou ainda antes de tomarmos posse», disse Adão Barata, referindo-se às dificuldades criadas, directa ou indirectamente, da criação do novo município de Odivelas, de que referiu como exemplo «os dois milhões de contos que nos foram retirados logo no início, quando da criação do novo concelho» e um «longo e indefinido processo de partilhas, que claramente perturbou, e ainda perturba, o nosso trabalho normal».

Procurando dar outra prova de que, no PS, «não olham e, estou convicto, não olharão a meios para denegrir o nosso trabalho

e a nossa acção», o candidato referiu «o caso ainda recente da rejeição na Assembleia Municipal por parte do PS de um empréstimo que teria permitido responder a mais necessidades da população». Lembrou-se que este empréstimo – que tinha sido aprovado em reunião de câmara com a anuência do PSD e do PS, por via da abstenção – permitiria à autarquia a realização de importantes trabalhos que se prendiam com a conclusão das obras de saneamento básico no Norte do concelho, de intervenções ao nível do parque escolar e da aquisição de terrenos para construção de equipamentos vários.

Apesar das manobras e das pressões, o presidente da autarquia lembrou que «fomos capazes de desenvolver e concretizar o nosso programa eleitoral, de honrar os nossos compromissos, fomos capazes, uma vez mais, de fazer mais e melhor, fomos capazes de defender os interesses e anseios legítimos das populações».

• Manuel Antunes

Dos inquéritos à pressão

Foi pelas Festas do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada... o telefone tocou:

– «Boa tarde, minha senhora!

– Boa tarde!

– Somos da empresa

“Eurotraste” e estamos a fazer um inquérito às donas de casa. A senhora é de Ponta Delgada?

– Sou, sim senhor.

– Gostaríamos de saber se nos pode responder a umas perguntas?

– Esteja à vontade.

– Conhece a candidata à Câmara de Ponta Delgada, Dr.ª Berta Cabral? O que pensa dela?

– Conheço, sim senhor.

Acho-a um pouco autoritária... não sei. Não simpatizo muito com ela.

– E o Dr. Rui Bettencourt? Então a senhora não o conhece?

– Desculpe a ignorância. Acho que já ouvi falar dele, mas não me recordo bem quem seja...

– É o outro candidato à Câmara de Ponta Delgada.

– Ahhhh!...

– E o Eng. Mário Abrantes, sabe quem é?

– Então não sei! Conheço-o muito bem e é uma pessoa que eu prezo.

– Mas a senhora sabe que esse senhor é do Partido Comunista?

– ???...

– Sabe?

– Sei. Mas olhe, eu não me interessei por partidos. Para mim as pessoas é que contam e acho essa pessoa uma pessoa válida, que se preocupa com os outros e com a resolução dos seus problemas. Já votei nele e votarei outra vez!»

(telefone para o descanso)

Cá estamos, pelos vistos, a tentar reavivar o passado dos papões.

Com inquéritos de tal imparcialidade, cada dona de casa que se «atreveu» a ter a mesma opinião desta senhora levou o mesmo recado (ou não fosse um inquérito «profissional»...). Depois chegam os resultados aos jornais, ou a quem os encomenda, não é verdade? Fácil é concluir tratar-se de um inquérito minado, incapaz para tirar uma radiografia aproximada das simpatias das donas de casa, como deveria ser o seu objectivo. Servirá então para quê?... Deixo a resposta à consideração dos leitores.

Direi apenas que, por detrás destas pressões de luva branca, há quem tenha receio do rigor, do pluralismo e da igualdade de oportunidades.

E eu a pensar que não era preciso ter medo da democracia e da liberdade de voto?...

José Baptista Alves candidata-se à presidência da Câmara de Sintra com a consciência dos interesses estabelecidos que terá de enfrentar

«Pouco escapou à especulação»

Com a presença de Carlos Carvalhas e perante mais de uma centena e meia de pessoas, Baptista Alves e Lino Paulo foram apresentados, no passado dia 6, como candidatos da CDU aos órgãos municipais do concelho de Sintra.

Militar de formação e sócio fundador da Associação 25 de Abril, Baptista Alves exerce actualmente funções de vereador da Câmara Municipal de Sintra, eleito pela CDU. Na intervenção que proferiu na iniciativa de apresentação – que ocorreu na

Galeria Real de S. Pedro de Sintra onde tomaram a palavra, para além do candidato, Deolinda Santos, responsável pelo concelho na DORL, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP –, Baptista Alves confessou sentir-se honrado por ser candidato por «uma força política com relevantes provas dadas na gestão autárquica ao serviço da população» e afirmou que tem «consciência da dimensão da tarefa» a que se propõe.

«Tenho consciência da imensa teia de interesses estabelecidos que é necessário enfrentar; tenho consciência e conhecimento directo da situação de partida a que os sucessivos governos autárquicos do PS, do PSD e, nos últimos oito anos, novamente do PS, conduzi-

ram este concelho onde nada, ou muito pouco, escapou à desqualificação provocada pela voracidade da especulação fundiária e imobiliária», propondo, para fazer face à situação, «uma gestão de qualidade e com capacidade de diálogo com as populações, aberta ao crescimento humanizado e à convivência do crescimento habitacional com a prática das actividades tradicionais, com respeito pelos recursos naturais e paisagísticos».

Afirmada ainda pelo candidato foi a sua determinação em «pôr fim ao descontrolo, à falta de estratégia, à falta de planeamento e coordenação, à construção pela construção, à betonização desenfreada do concelho», dando início à transformação dos dormitórios «desenhados com o único objectivo de enriquecer os seus promotores – a coberto da complacência cúmplice da Câmara».

Um futuro qualificado

Para realizar o grande objectivo da CDU em Sintra, promover um futuro qualificado para os seus habitantes, Baptista Alves destacou três vectores que considerou essenciais: requalificação urbana, defesa do património cultural e paisagístico e o aumento da oferta de emprego no concelho. Para o cumprimento destes vectores o militar procurará mobilizar os trabalhadores da autarquia, os empresários, o movimento



Baptista Alves

associativo e os munícipes, «quaisquer que sejam as suas opções partidárias».

Será com base nestes objectivos que a CDU elaborará o seu Programa de Acção, a ser mais tarde apresentado à população, «programa que obrigatoriamente incluirá medidas de intervenção imediata», como por exemplo «medidas preventivas para todas as áreas consideradas indispensáveis à requalificação dos centros urbanos, classificadas no actual PDM como urbanas ou urbanizáveis», como os

espaços entre Massamá e Aqualva, Queluz e Belas, Cacém e Rio de Mouro, Mem Martins e Sintra, «ainda não comprometidas ou com processos reversíveis».

Outra das medidas propostas é a revisão do PDM, tendo como referencial o aprovado em 1996 que a actual presidente Edite Estrela, após alcançar a maioria absoluta, substituiu pelo actual, herdado do PSD «e com o qual comprometeu o futuro das próximas gerações aumentando a possibilidade do concelho em mais de 42 mil fogos».

Para além do engenheiro Baptista Alves, independente, a CDU apresentou também o candidato à Assembleia Municipal, Lino Paulo, militante do Partido desde 1974. Ocupando a vereação do município de Sintra desde Maio de 1974, teve várias atribuições, de entre as quais se destacam a responsabilidade pela Habitação Social e pelo desenvolvimento do PER – Programa Especial de Realojamento.

Amadora

Governo ignora ilegalidades

A coordenadora concelhia da Amadora da CDU editou, no dia 8, uma nota que denuncia que a «gestão do Partido Socialista e de Joaquim Raposo na Câmara Municipal da Amadora ilustra, actualmente, o controlo quase absoluto por parte do Partido Socialista das instituições encarregues da fiscalização da actividade política e democrática dos órgãos de poder» e que este facto tem permitido à actual maioria socialista na autarquia amadorense «a mais completa impunidade em múltiplos actos de gestão irregulares e

ilegais, tem abafado incompatibilidades e possibilitado o desenvolvimento de processos em cadeia que favorecem uma autêntica central de negócios».

A CDU afirma na nota que tem, «por convicção democrática intrínseca e por obrigação política, denunciado publicamente largas dezenas de situações e casos que exigiam a verificação imediata por parte das entidades fiscalizadoras», tendo, inclusive, proporcionado às diversas instituições públicas o conhecimento «de múltiplos processos duvidosos».

O PSD é considerado como «uma efectiva muleta do PS, no boicote que este promove ao funcionamento da Comissão da Assembleia Municipal da Amadora, constituída em 15 de julho de 1999, para averiguar as denúncias públicas que a CDU promovera nesta data».

A coligação dá conta da evolução (ou estagnação) dos doze processos e vai, para inverter esta tendência, apresentar junto das entidades competentes uma série de medidas para averiguar o que afirma ser uma «comprovada violação do regime do PDM no processo de loteamento do Neudel».

Moita

Um bom trabalho

O documento da CDU da Moita de prestação de contas do trabalho efectuado pelos eleitos da coligação nos quatro anos do mandato é composto por vinte páginas divididas pelas principais realizações dos diversos pelouros – Cultura, Desporto e Associativismo, Educação e Acção Social, Desenvolvimento e Requalificação Urbânica e Ambiente e Serviços Urbanos – e pelos grandes projectos, como o caso do programa Pro-Tejo, e valores da CDU na Moita, como a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores da autarquia e as reivindicações ao poder central.

Destas, a CDU local destaca a luta dos trabalhadores da Norporte e pela construção do Vale da Amoreira, boicotada pelo Centro Regional de Segurança Social de Setúbal, após aprovação da mesma pela Assembleia da República. O documento inclui ainda as iniciativas realizadas pelas diversas freguesias e pela Assembleia Municipal.

Sobre o Programa de Valorização da Zona Ribeirinha, designado por Pro-Tejo, o documento afirma que «assenta na ideia de que a redinamização da zona ribeirinha tem impacto positivo em todo o concelho», pois assenta sobre quatro vectores: «dinamizar as activida-

des económicas tradicionais ligadas ao rio (construção e reparação navais, pesca, aquicultura, salinicultura, artesanato, construção de velas, restauração e outras); incentivar novos usos compatíveis com o rio; promover a fruição do Tejo (turismo, lazer e desporto); e preservar e valorizar o património ambiental. Para que isto seja possível, a CDU entende ser necessário dar «uma atenção especial ao planeamento e ordenamento do território, ou seja, ordenar o crescimento urbano, levando a que ele se insira na estratégia global de valorização da zona e obstando, com medidas específicas, a que a sua implantação acarrete impactos ambientais indesejáveis».

Como grande objectivo, a CDU – que dirige os destinos da Moita desde 1976 – pretende «afirmar o concelho na Área Metropolitana de Lisboa e no País», objectivo que se concretiza «pela qualificação social e do território, urbano e natural, e também pela promoção activa da imagem do concelho». Foi esta, afirmam, a meta que presidiu a todas as acções promovidas pela Câmara local, sendo de destacar a operação de requalificação urbana do Vale da Amoreira e a planeada requalificação da Vila da Baixa da Banheira.

MULHER

Plano de acção 2001

CDU - um projecto autárquico em que as mulheres participam!

1. O processo de elaboração do plano de acção da CDU sempre se caracterizou pelas reuniões abertas e presenciais de trabalho, onde se discutem as prioridades e se definem as estratégias de intervenção. Este processo foi iniciado em 1999, com a realização de reuniões em todas as freguesias do concelho, tendo sido elaborado o plano de acção da CDU para o ano 2001.

2. O plano de acção da CDU para o ano 2001 é o resultado de um processo de trabalho colectivo, onde se discutem as prioridades e se definem as estratégias de intervenção. Este processo foi iniciado em 1999, com a realização de reuniões em todas as freguesias do concelho, tendo sido elaborado o plano de acção da CDU para o ano 2001.

3. O plano de acção da CDU para o ano 2001 é o resultado de um processo de trabalho colectivo, onde se discutem as prioridades e se definem as estratégias de intervenção. Este processo foi iniciado em 1999, com a realização de reuniões em todas as freguesias do concelho, tendo sido elaborado o plano de acção da CDU para o ano 2001.

8

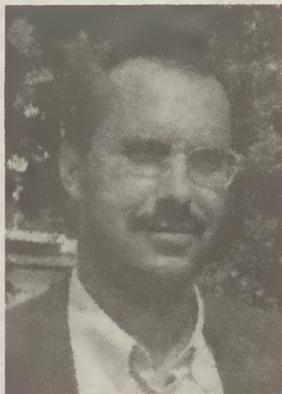
As mulheres participam

A comissão junto do Comité Central do PCP para os problemas e movimento das mulheres editou mais um número da sua folha informativa «Mulher», inteiramente dedicada à participação feminina nas autarquias e à diferença que constitui a CDU também neste aspecto do Poder Local Democrático. Considerando o projecto da CDU aberto à participação e colaboração das mulheres, a dita comissão propõe a valorização da mulher aos vários níveis do trabalho autárquico, desde a continuação da forte componente feminina nas listas da CDU como também ao nível do trabalho desenvolvido pelas autarquias geridas pela coligação, dando o exemplo das actividades levadas a cabo pela Câmara Municipal de Moura, com o intuito de valorizar as mulheres do concelho.

Sesimbra

Só promessas por cumprir

No passado sábado a CDU apresentou, perante mais de 150 pessoas, todos os seus primeiros candidatos aos órgãos autárquicos do concelho de Sesimbra, Câmara Municipal, cujo candidato é Augusto Pólvora, Assembleia Municipal, com Odete Graça, e às três freguesias do concelho, Santiago, Castelo e Quinta do Conde, às quais se candidatam, respectivamente, João Narciso, Dinis Pereira e Helena Cordeiro. Na iniciativa esteve presente o membro da Comissão Política, Jorge Pires.



Augusto Pólvora

Na sua intervenção, o vereador Augusto Pólvora, candidato da CDU à presidência da autarquia, lembrou que, há quatro anos, os «sesimbrenses conferiram aos socialistas um mandato claro e inequívoco para governar o concelho» e que, também há quatro anos, a CDU avisou a população dos «perigos» desta solução. «É hoje quase impossível encontrar um sesimbrense que dê a cara pelos socialistas e se reveja na sua governação», afirmou Augusto Pólvora que lançou o desafio: «se pedirmos a qualquer cidadão, do mais anónimo ao mais bem informado, que aponte uma obra projectada, iniciada e concluída pelos socialistas neste mandato, dificilmente teremos alguma resposta». Os socialistas, lembrou, «prometeram aos sesimbrenses, para além de mudança e entre outras coisas, diálogo, participação dos cidadãos, apoio do Governo socialista, rigor financeiro e contenção das despesas correntes» e, depois, ao nível do diálogo, «não conseguimos registar nenhuma decisão dos socialistas que tenha sido precedida do tão famoso diálogo», dando vários exemplos, desde as revisões dos planos da Quinta do Conde e Lagoa de Albufeira à localização da nova escola de Santana, todos eles com decisões tomadas à revelia das populações interessadas. Quanto ao apoio do Governo, o candidato lembrou que, dos projectos contemplados em PIDDAC, só «meia dúzia de projectos insignificantes da ordem dos 100 mil contos» foram realizados. O aumento das despesas correntes foi o resultado da promessa de... reduzir essas mesmas despesas.

«Estes próximos quatro anos serão decisivos e não permitam mais aventuras», afirmou o candidato, referindo-se ao fim do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, datado de 2006, e lembrou que «grandes decisões terão de ser tomadas» em relação à integração do município de Sesimbra nos Sistemas Intermunicipais de Captação e Tratamento de Água e, por exemplo, quanto à revisão do PDM e que a CDU, pelo conhecimento que tem do concelho e pelo idoneidade dos seus candidatos, é a melhor opção dos sesimbrenses.

Bragança

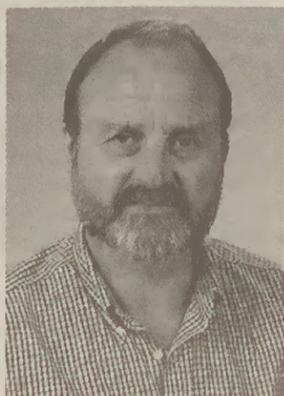
Levar ao executivo a voz da CDU

Apresentados no passado dia 5, os candidatos da CDU em Bragança – Lídio Correia, para a Câmara, e José Brinquete, para a Assembleia – deixaram, pela voz do candidato a edil, um «recado» aos jornalistas presentes: «a partir de hoje são três os candidatos à presidência da Câmara Municipal de Bragança; em democracia não há vencedores antecipados, há candidatos que deverão reclamar, e eu reclamo, igualdade de tratamento e oportunidades».

Antes disto, já o candidato havia considerado a CDU como «o lugar de todos os que não se conformam e reivindicam o progresso e desenvolvimento do concelho de Bragança», entendendo que este desenvolvimento está «nas propostas da CDU e que os anseios da população são interpretados e ganham corpo com o trabalho de equipa dos seus membros».

Lídio Correia comprometeu-se a «lutar com convicção, empenhamento e seriedade, para colocar no Executivo Municipal a voz da CDU», que procurará intervir para criar um «concelho de Bragança moderno e gerador de bem-estar, onde rural e urbano se comple-

mentem». O cabeça de lista da CDU defendeu ainda a promoção da coesão do concelho, «criando condições, nomeadamente, para o intercâmbio cultural e a comercialização de produtos entre todo o espaço rural e entre este e a sede do concelho», o que só é possível «com boas vias de comunicação e com acesso às novas tecnologias».



Lídio Correia

Para desenvolver o concelho, considerou, é necessário afirmá-lo como uma capital de distrito forte, «que urge revitalizar e dinamizar», encontrando como factores de revitalização a criação da Universidade de Bragança, a rentabilização do Parque Natural de Montesinho e do património histórico-cultural. Também as vias de comunicação eficazes são de grande importância, tendo Lídio Correia destacado a importância da ligação a Espanha do caminho-de-ferro.

«O progresso do concelho passa necessariamente pela revisão do PDM», que não se pode desligar do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho e da elaboração de um Plano de Urbanização – cuja inexistência o candidato considerou «grave e injustificável».

Beja recandidata equipa eleita em 1997

Ir mais longe

A CDU apresentou no passado sábado, perante quatrocentas pessoas e com a participação de Carlos Carvalhas, o cabeça de lista à Câmara de Beja, Carreira Marques, seguido dos três vereadores actualmente eleitos.

A decisão de apresentar a mesma equipa de há quatro anos prende-se, segundo o actual presidente, com o facto

Para combater a perda de população, são necessárias medidas estatais

de apresentar a mesma equipa de há quatro anos prende-se, segundo o actual presidente, com o facto de ter dado provas e, sobretudo, «porque soube ser inovadora». Entendendo que um programa eleitoral vale por quatro anos, o período de um mandato, Carreira Marques entende que o projecto de transformação do concelho de Beja iniciou-se há muito tempo e continuará no futuro, desde logo porque temos um Plano Estratégico para a cidade que ultrapassa os programas eleitorais», ou seja, uma «linha de orientação para o futuro e queremos ir mais além e criar planos estratégicos para cada freguesia rural».

O candidato e actual presidente chamou a atenção para o documento de prestação de contas da CDU que sairá brevemente no concelho alentejano e que dará conta «do que fizemos, do que deixámos projectado para o futuro, do pouco que faltou fazer e porquê e daquilo que excedeu o que havíamos previsto». «É bom dizer, por ser verdade, que se não fomos mais além foi por fortes constrangimentos financeiros e por métodos de diversão de organismos do Poder Central.»

José Manuel Carreira Marques deixou expressa, na sua intervenção, uma preocupação relativa aos dados estatísticos que revelam que o concelho de Beja perdeu 168

habitantes, tendo, porém, a sua zona urbana ganho cerca de duas mil e quinhentas pessoas. O candidato está dispo-

nível para «estancar esta hemorragia», sentida sobretudo nas freguesias rurais, mas tem noção que esta situação só pode ser alterada criando riqueza e postos de trabalho, o que só será possível se o «Poder Central se dispuser em pôr em prática medidas de incentivos e apoios diversos e uma correcta dimensão da área agrícola sobretudo nas futuras zonas regadas».

Continuar a desenvolver

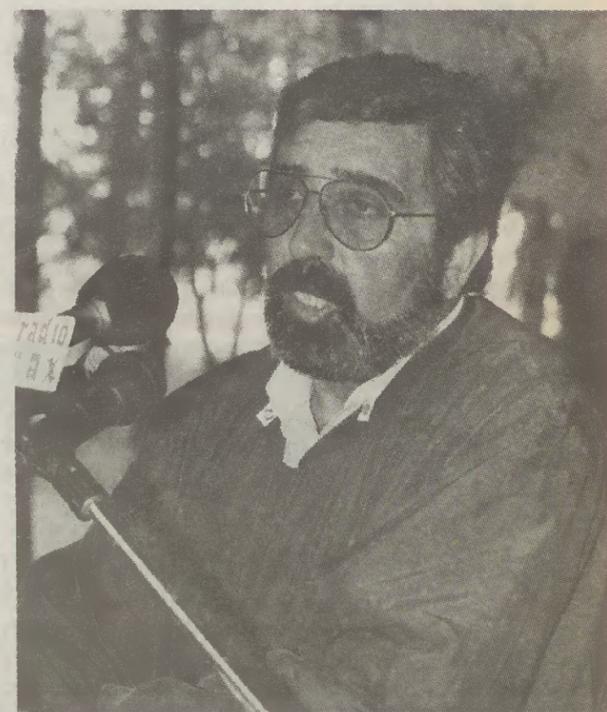
Para o próximo mandato, Carreira Marques afirmou que, no âmbito do Programa Polis, «vamos trabalhar afinadamente para a requalificação urbana e ambiental da cidade, que nos vai permitir criar um Parque Urbano, transformar a Praça da República, o Largo de S. João, novos espaços de estacionamento, melhorar diversos edifícios e via urbanas e a colocação de mobiliário urbano de qualidade». Ao nível social, o

autarca de Beja comprometeu-se a concretizar os projectos com vista à «dignificação do Bairro da Boa Esperança e apoiaremos a população de etnia cigana com a construção de habitações apropriadas aos seus usos e costumes e criaremos um Parque Nómada».

O mandato que se iniciará no início do próximo ano, «obriga-nos a ser mais exigentes

A equipa é composta pelos actuais vereadores Maria Manuel Ramos, Vítor Silva, Manuel Camacho e o cabeça de lista Carreira Marques, de 57 anos, residente da Câmara desde 1983, depois de, no ano antes, ter saído de deputado, cargo que exerceu desde 1975.

Também na Assembleia Municipal se mantém o actual



Carreira Marques

tes conosco próprios, razão porque a equipa que hoje se apresenta vai ter que ser ainda melhor coordenada, melhor articulada ao nível dos serviços e com mais eficácia nas respostas».

presidente, Bernardo Loff Barreto, de 54 anos. O mandatário da candidatura será o director do Serviço de Cirurgia do Hospital Distrital de Beja, Carlos Ferreira de Sousa.

Ponte de Sor «É preciso um plano de desenvolvimento»

José Amante, presidente da Câmara de Ponte de Sor de 1979 a 1993, é novamente o candidato da CDU à presidência da autarquia. Membro da DORPOR do PCP, José Amante foi apresentado no passado sábado na zona ribeirinha da vila, na companhia de muitas dezenas de apoiantes e do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Na sua intervenção, o ex-presidente afirmou que apenas aceitou o convite feito por sentir que pode contribuir «para a melhoria das condições de vida dos nossos conterrâneos e para alterar a situação que se vive no nosso município, repondo os valores democráticos do diálogo e da convivência».

Propôs-se, ainda, a lógica de ausência de um plano coordenador, avançando com algumas ideias do que será o futuro programa da CDU a apresentar à população, referindo que «o concelho precisa, com urgência, de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado, que determine as prioridades dos investimentos, hierarquize as necessidades a satisfazer, responda às solicitações e dinâmicas das populações de todo o concelho, permita, enfim, com a participação e discussão aberta a todos os agentes económicos, sociais e políticos, a integração das grandes linhas estruturantes regulamentadoras do concelho – o PDM, o Plano de

Ordenamento da Albufeira de Montargil, os Planos de Desenvolvimento Cultural e Desportivo.»

Prometendo uma gestão transparente, discutindo com a população o que a esta diz respeito, José Amante enumerou uma série de projectos e ideias para ao concelho, ao nível do trânsito e estacionamento, dos equipamentos culturais e urbanos, do apoio à criação e dinamização de pólos de micro e pequenas empresas.

Continuou, afirmando que «foram criados ou não foram solucionados, ao longo destes quase oito anos, um conjunto de problemas que exigem soluções democráticas, da CDU», assinalando que «temos que voltar a intensificar o papel da intervenção social da Câmara Municipal e lembro a necessidade de haver uma política de aquisição de terrenos destinados a habitação», lembrando depois que «nestes últimos dois mandatos, praticamente não se adquiriu um metro quadrado de terreno para urbanização».

A importância do apoio à terceira idade e ao desporto – prometendo que, com a CDU, não mais os jovens de Ponte de Sor ficarão afastados das provas nacionais ou regionais, como aconteceu nesta edição dos Jogos do Alentejo, por falta de interesse da Câmara – foram algumas das prioridades enunciadas pelo ex-autarca da candidatura da CDU.



José Amante

Acções repressivas

● António Filipe

Recentemente, o Comando Geral da GNR decidiu mandar instaurar processos disciplinares a dois dirigentes da Associação dos Profissionais da Guarda por declarações feitas à comunicação social, precisamente nessa qualidade, sendo que num dos casos tais declarações nem sequer foram difundidas, limitando-se a acusação a referir um despacho da LUSA que lhes faz alusão.

Trata-se, como é óbvio, da utilização abusiva de um procedimento disciplinar com intuídos meramente repressivos e intimidatórios. Os dois profissionais da GNR em causa não são visados pelo Comando por terem tido algum comportamento impróprio no exercício das suas funções policiais. Nada disso. Eles são visados por algo que é completamente alheio ao cumprimento das suas missões enquanto elementos da GNR e que diz respeito exclusivamente ao exercício das suas funções enquanto dirigentes de uma Associação que se encontra legalmente constituída, e que presta contas, não ao Comando da GNR mas única e exclusivamente aos seus associados. Mas mais ainda:

considerou alterar a natureza militar da GNR e dotá-la com um estatuto adequado às suas funções de Força de Segurança. É certo também que os problemas mais graves com que a GNR e os seus profissionais se confrontam, continuam por resolver. Mas é inegável que se verificou uma abertura ao diálogo que não existia no tempo do PSD: a Associação dos Profissionais da Guarda passou a ser reconhecida em função da sua inquestionável representatividade socioprofissional, mantendo contactos directos e regulares com os ministros da Administração Interna, com a Assembleia da República e com o Comando Geral da GNR, tendo sido inclusivamente autorizado que as eleições para os corpos gerentes dessa Associação fossem realizadas nas próprias instalações da Guarda. Nos últimos tempos, com a nomeação de novo Comandante Geral, a situação alterou-se profundamente e o associativismo profissional da GNR voltou a ser reprimido. Foi proibida a afixação de informação associativa nos placards dos quartéis (prática pacificamente aceite desde há vários anos) e culminando uma escalada de intimidações, foram instaurados os

processos ditos disciplinares aos dirigentes associativos. Estamos assim perante uma situação completamente insólita: o ministro afirma reconhecer o papel de interlocutor do associativismo profissional na GNR e o secretário de Estado reúne com a Associação representativa

os dois dirigentes associativos são processados disciplinarmente por delitos de opinião. Mais uma vez não está em causa qualquer incumprimento dos seus deveres como profissionais, mas única e simplesmente o facto de, enquanto dirigentes associativos emitirem opiniões – que evidentemente expressam o ponto de vista da associação que representam – que não agradam ao Comando da GNR. Estas acções repressivas são sintomas muito graves quanto às concepções prevaletentes no actual Comando da GNR e representam um lamentável retrocesso em relação a uma postura de reconhecimento da importância do associativismo profissional da GNR que vinha a ser assumida pelo Governo e pelo anterior Comandante Geral. Na verdade, com o afastamento do PSD do Governo, em 1995, foram feitos progressos sensíveis em matéria de reconhecimento de direitos associativos aos profissionais da Polícia e foi abandonada uma postura de repressão interna no âmbito das Forças de Segurança que se traduzia, no caso da GNR, por sistemáticas acções intimidatórias contra os dirigentes associativos. É certo que o Governo PS nunca

dos profissionais, e por seu lado o Comandante Geral não reconhece os interlocutores do ministro, reprime-os, e manda instaurar-lhes processos disciplinares por delito de opinião, provavelmente a mesma opinião que é transmitida aos membros do Governo. Perante uma situação tão insólita, o ministro da Administração Interna não pode remeter-se ao silêncio. Ou desautoriza o Comando Geral da GNR ou continua a ser desautorizado por ele. Mas o problema não fica por aqui. O mais grave de tudo isto está no que esta atitude revela quanto à concepção de GNR que é perfilhada por quem a comanda. Como é que alguém que não é capaz de conviver com o exercício do direito de associação e que nem sequer reconhece a uma associação legalmente reconhecida o direito à emissão de opiniões que discordem das suas; e que nem sequer hesita em instrumentalizar o exercício do poder disciplinar com objectivos persecutórios e de intimidação, pode estar em condições de superintender sobre uma instituição que tem precisamente por função fazer cumprir a lei e defender os direitos dos cidadãos?



Urge uma cultura de segurança no trabalho

Aprovado projecto de resolução com base em proposta do PCP

Mantém-se a um nível alarmante a sinistralidade laboral no nosso país. O que impõe uma aposta forte na política de prevenção capaz de gerar uma cultura de segurança. É nesse sentido que vai um projecto de resolução agora aprovado pelo Parlamento.

Acolhido favoravelmente por todas as bancadas, à excepção do CDS/PP que se absteve, o documento, tendo por base um texto apresentado pelo PCP, de quem partiu a iniciativa, institui o dia 28 de Abril como o Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho.

No âmbito das comemorações deste dia nacional, segundo a resolução aprovada pelo Parlamento, deverá o Governo promover uma campanha de informação, formação e prevenção com o objectivo de reduzir os acidentes de trabalho.

Destaque merece também a recomendação que vai no sentido da apresentação anual pelo Governo à Assembleia da República dos dados disponíveis relativos à sinistralidade laboral, bem como a informação das medidas e acções realizadas e previstas na área da prevenção e segurança no trabalho.

Concretizado, com este projecto de resolução, fica assim o primeiro passo preconizado pela bancada comunista com vista à criação de uma dinâmica de prevenção que conduza ao cumprimento das normas e a uma cultura de segurança a todos os níveis.

Trata-se de um objectivo pelo qual o PCP desde há muito se vem batendo e que radica, como é sabido, no número assustador de acidentes de trabalho que ocorrem no nosso país.

Para a bancada comunista - que entende não ser este fenómeno uma fatalidade - importa, pois, reflectir sobre as suas razões e origens. E o que está provado, como sublinha o projecto de resolução, é que os acidentes não acontecem por acaso mas sim porque a grande maioria dos locais de trabalho não oferece as mais ele-

mentares condições de higiene e segurança.

O que importa mudar, por conseguinte, é a atitude permissiva que está na base do quadro actual, por forma a melhorar, designadamente, aquelas condições e a prevenir o risco. O que passa, na perspectiva do PCP, «por medidas de organização, formação e, fundamentalmente, por investimentos».

Só assim, é convicção do Grupo comunista, poderá alterar-se a dramática realidade que tem caracterizado neste capítulo o nosso país, evidenciada por números que dizem tudo: os acidentes de trabalho situam-se anualmente entre os duzentos e os trezentos mil, dos quais resultam, em média, a perda de 600 vidas e a incapacidade parcial ou total de muitos milhares.

Partindo do pressuposto de que não haverá progresso nos domínios social e económico enquanto se «continuar a pagar um tributo tão grande em vítimas», o PCP defende, por isso, o urgente incremento de uma «acção coordenada» que diminua a sinistralidade laboral, dando para o efeito prioridade «às funções de investigação, organização, informação e formação» nos sectores onde seja maior a incidência dessa sinistralidade.

Os acidentes ocorrem porque os locais de trabalho não oferecem condições de higiene e segurança.

Segurança e saúde nas minas

Há séria razões para pôr em causa o empenhamento do Governo e das entidades dele dependentes, como a Inspecção Geral do Trabalho (IGT), em garantir uma saudável e segura actividade laboral. A essa conclusão se chega, obrigatoriamente, se atendermos à realidade existente no sector mineiro. O tema esteve em debate na passada semana a propósito da ratificação de uma Convenção da OIT relativa à segurança e saúde nas minas. O documento, aprovado por unanimidade, visa a promo-

ção da melhoria das condições de segurança e saúde dos trabalhadores mineiros.

Condições estas que, a avaliar pelos testemunhos levado a debate pelo deputado comunista Vicente Merendas, estão longe de estar preenchidas no nosso país. O parlamentar do PCP falou mesmo na existência de uma «cumplicidade passiva e activa do Governo e da IGT nas causas e incúrias que originam ou potenciam acidentes, doenças profissionais e atentados ambientais».

Referido foi, por exemplo, o das minas de Loulé, onde os

mineiros, privados do acesso nos elevadores habituais, se recusaram já a descer pelas escadas por receio quanto à sua segurança. Na Somincor, por outro lado, muitas dezenas de mineiros sofrem de hérnias resultantes das condições de trabalho, mas, por absurdo que pareça, há apenas um caso reconhecido como doença profissional. No caso da Empresa Nacional de Urânio (ENU), por sua vez, ao contrário do que o Governo anunciou, não está a ser assegurada qualquer medida de protecção ambiental.

Finalmente os julgados de paz!

No passado dia 31 de Maio, em votação final global, a Assembleia da República aprovou o texto final da Lei sobre os Julgados de Paz.

Os Julgados de Paz, previstos na Constituição da República, regressam assim à orgânica judiciária pela mão do PCP.

Deve, no entanto, ser assinalado o consenso que se verificou em torno da iniciativa legislativa e os contributos dados pelo Ministério da Justiça e pelos restantes grupos parlamentares...

No entanto, o texto final deixa algumas preocupações.

Introduzindo uma fase de pré-mediação e de mediação na marcha processual (surripiada à competência do Juiz de Paz e a cargo de mediadores) o Governo descaracterizou, um tanto, a figura do Juiz de Paz, menorizando-o.

Acresce que a competência em matéria penal (recorde-se que o projecto de lei do PCP atribuía esta competência quando não devesse ser aplicada pena privativa da liberdade) acabou por ser retirada

aos Julgados de Paz, ao que parece contra a vontade do próprio ministro da Justiça. Este é um traço muito negativo que assinalamos.

Prevedendo-se a data de Janeiro de 2002 como o dia D para a entrada em funcionamento de 4 Julgados de Paz, o que a lei já deixa antever é a necessidade de regressar depois disso a novas propostas, para que os Julgados de Paz sejam verdadeiramente aquilo para que estão vocacionados: fazer justiça de proximidade.

Recenseamento de emigrantes

A Assembleia da República aprovou na generalidade, por unanimidade, um projecto de lei do PCP destinado a permitir o recenseamento eleitoral de portugueses residentes no estrangeiro mediante a apresentação do título de residência. Até ao momento, a lei exige a apresentação do bilhete de identidade para efeitos de recenseamento e só permite efectuar o recenseamento no local de residência constante do bilhete de identidade. Como muitos emigrantes portugueses possuem bilhete de identidade emitido em Portugal, ficam desde logo impossibilitados de exercer o direito de voto no país onde residem. Com esta medida, que se espera seja aprovada em votação final ainda nesta sessão legislativa, fica eliminado um obstáculo à participação eleitoral de muitos portugueses a viver além-fronteiras.

Informação genética

«Que mundo queremos: um mundo em que a ciência está ao serviço do homem ou um mundo em que a ciência está ao serviço do dólar e do índice NASDAQ?» Esta uma das perguntas formuladas pelo deputado comunista Bernardino Soares, em debate na semana transacta, a propósito das questões relacionadas com o património genético. Uma área do conhecimento que tem conhecido notáveis progressos e que poderá proporcionar, como foi salientado, inúmeros avanços no combate a doenças graves e uma decisiva melhoria na qualidade de vida dos homens e das mulheres de todo o mundo. Mas em relação à qual existem, simultaneamente, se não foram acauteladas medidas, algumas preocupações que radicam sobretudo na tutela e na forma de utilizar a informação genética pessoal. Foi sobretudo para esses perigos que o deputado do PCP chamou a atenção, alertando para a necessidade de que a aplicação dos conhecimentos nesta área sejam postos ao serviço da humanidade e não para novas formas de discriminação que aumentem as desigualdades entre ricos e pobres ou entre países mais ou menos desenvolvidos. E para isso, sublinhou, importa desde logo que seja proibida, e devidamente fiscalizado o seu cumprimento, qualquer discriminação com base em informação genética, seja no acesso a seguros, empréstimos bancários ou muito especialmente nas questões laborais. Como se impõe que as novas terapêuticas e inovações, por estritos mecanismos de patenteamento que visam exclusivamente a multiplicação do lucro, não sejam propriedade apenas de alguns.

Apoio firme e solidário do PCP à jornada de protesto nacional

Por uma nova política para quem trabalha

Faz hoje oito dias, por diversas formas e em vários locais do País, sobretudo em acções de rua, milhares de trabalhadores reclamaram melhores salários e respeito pelos seus direitos. No hemisfério, à mesma hora, o PCP saudou a sua luta e expressou-lhes a sua activa solidariedade.

Em intervenção no período antes da ordem do dia, Vicente Merendas, em nome da bancada comunista, explicou as razões deste apoio que considerou «total» à luta dos trabalhadores. E o principal motivo para este protesto, que assumiu a forma de jornada nacional, encabeçada pela CGTP, prende-se com a falta de qualidade dos empregos. O mesmo é dizer, segundo o

deputado do PCP, «altos níveis de precariedade, baixos salários, elevada sinistralidade, baixas qualificações, elevada carga horária». O que dá razão, do seu ponto de vista, aos que exigem «uma nova política» que responda às reivindicações de quem trabalha.

Que trave e inverta, por exemplo, o generalizado aumento da precariedade nas relações laborais,

Os trabalhadores portugueses têm os mais baixos salários e as mais elevadas cargas horárias de trabalho

PCP exige do Governo Empenho na defesa da reforma fiscal

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, exigiu o claro e firme empenho do Governo na defesa da reforma dos impostos sobre o rendimento, reforma aprovada no final do ano passado com o voto dos deputados comunistas e do PS. A questão foi suscitada na passada semana no decurso do debate de um diploma do CDS/PP que viria a ser rejeitado e que pretendia isentar a tributação das mais-valias mobiliárias realizadas pelas sociedades gestoras de participações sociais. Dando corpo e voz às posições dos patrões e dos grandes grupos económicos, que têm subido de tom a contestação à reforma fiscal, o CDS/PP mais não fez do que repisar velhos argumentos numa tentativa frustrada de subverter o sentido de equidade desta reforma fundamental para o País.

Daf que o projecto, que classificou de «requentado», não tenha merecido de Octávio Teixeira nenhuma ponderação particular. Atenção aturada, essa sim, dedicou-a ao comportamento do Governo, que, a par do PCP, teve «um papel central e positivo» para a reforma dos impostos sobre o rendimento, mas de quem o líder parlamentar comunista disse começar a ter dúvidas quanto a saber «se ainda apoia», já que o empenho público na sua defesa «deixa muito a desejar».

E sendo esta uma das poucas leis de que o Governo e o PS «se pode e deveria orgulhar», como salientou Octávio Teixeira, é inaceitável que, «tal como outras altas instâncias políticas que durante algum tempo publicamente reclamaram uma reforma fiscal com urgência, pareçam agora temer a contestação de

alguns «belmiros» da nossa praça e a ampliação mediática que dessa contestação fazem alguns comentadores encartados».

«É evidente que uma reforma fiscal digna desse nome, isto é, que visasse impor a equidade onde campeava o privilégio ilegítimo de uma minoria, teria necessariamente de suscitar a pressão e a contestação dos que perdem os privilégios que detinham à mesa do Orçamento», sublinhou o presidente da formação comunista, numa alusão directa à tributação das mais-valias mobiliárias obtidas pelas sociedades gestoras de participações sociais. E que teve a preocupação de separar os pequenos aforradores ou investidores, relativamente aos quais, esclareceu, foram adoptadas medidas que favorecem a estabilidade das suas aplicações, a par da não tributação até ao montante de 200 contos.

Recusando qualquer relação de causalidade entre a reforma fiscal e o descalabro da Bolsa de Valores nos últimos meses, como alguns pretendem fazer crer, o presidente do Grupo comunista frisou que a alteração introduzida no nosso sistema fiscal é idêntica à que já vigorava em Espanha, não constando que no país vizinho «alguém culpe o regime fiscal dos altos e baixos da sua Bolsa».

«A responsabilidade pelo que na Bolsa de Valores se passa deve ser procurada nela própria e nos agentes que nela intervêm. Deve ser procurada na falta de transparência que nela campeia e na insuficiência da informação prestada pelas empresas cotadas aos investidores», sustentou Octávio Teixeira.

causado por uma estrutura de emprego que assenta cada vez mais em formas de flexibilidade. Vicente Merendas lembrou, a propósito, como a precariedade, afectando mais de 750 mil trabalhadores, na sua maioria jovens e mulheres, tem vindo a traduzir-se na multiplicação de contratos a prazo, existindo empresas onde a quase totalidade dos seus trabalhadores estão nestas condições.

Trabalhadores, precários ou não, que auferem salários que são três vezes inferiores aos da média europeia e menos de metade dos praticados em Espanha, como referiu o parlamentar comunista.

E que vêem violados os seus direitos individuais e colectivos, designadamente em certas zonas do país, situação que apelidou de «verdadeiro escândalo» para o qual exigiu que seja posto termo. Citados, a este respeito, foram numerosos casos de atropelos, pressões psicológicas, discriminações e mesmo perseguição com despedimento de dirigentes sindicais. Tudo isto perante a falta de uma adequada intervenção da Inspeção Geral do Trabalho. Trazida à colação foi também a «alta sinistralidade por falta de condições de segurança», responsável pela morte anual, em média, de mais de 600 traba-

lhadores e pela incapacidade, total ou parcial, de muitos outros milhares.

Mostrando como é necessária uma outra política, Vicente Merendas citou também o caso das reformas e pensões – principal causa da pobreza e exclusão social no nosso país –, que constituem o meio fundamental de vida para 95 por cento das pessoas com mais de 65 anos. E falou também da inflação, que já vai quase em quatro por cento, admitindo-se que possa atingir os cinco, o que significa que a generalidade dos salários negociados ou foram ou serão «comidos» só pelo aumento da inflação.



Os trabalhadores portugueses têm os mais baixos salários e as mais elevadas cargas horárias de trabalho

Novos direitos em projecto de lei do PCP

Apoio às mães e pais adolescentes

O Parlamento aprovou, na generalidade, com a abstenção do PS e os votos favoráveis das restantes bancadas, um projecto de lei do PCP que estabelece medidas de apoio social às mães e pais adolescentes.

O diploma incide em dois planos complementares. Num caso, como explicou a deputada comunista Margarida Botelho, define um conjunto de direitos e garantias no sentido de evitar que os pais e mães adolescentes tenham insucesso escolar ou abandonem a escola. No outro, dirige-se para os pais e mães que, decidindo sê-lo antes de concluírem a sua formação, carecem de apoios específicos que ajudem a conciliar a paternidade e a maternidade com o prosseguimento da sua formação.

Embora com a absoluta consciência de que este projecto de lei não resolverá o problema da gravidez precoce, que classificou de «dramático», e que a aposta deve estar fundamentalmente numa política de prevenção – para a qual, aliás, já contribuiu com várias iniciativas legislativas – o PCP entende que as medidas por si preconizadas neste diploma podem representar um decisivo contributo no combate ao abandono e insucesso escolares.

Trata-se, acima de tudo, ao garantir determinado apoios, de interromper o «ciclo de exclusão social» – assim lhe chamou Margarida Botelho –, que «tantas vezes se inicia ou agrava com uma gravidez adolescente. Registe-se que Portugal ocupa o segundo lugar europeu em matéria de

mães adolescentes, tendo, segundo o INE, em 1999, ocorrido 104 partos de raparigas com menos de 15 anos (mais 9,5 por cento relativamente a 1998) e cerca de 7300 nados vivos de mães entre os 15 e os 19 anos.

Entre as medidas previstas no diploma para os estudantes menores de idade, emancipados ou não, conta-se um regime especial de faltas, a possibilidade de adiar avaliações e uma época especial de exames para acompanhamento médico antes e após o parto.

As grávidas e mães terão igualmente direito a ser transferidas de escola, fora da sua área de residência, se assim o entenderem, do mesmo modo que terão direito (e neste caso também o pai), enquanto estiverem a estudar, a que o filho tenha preferência na admissão e frequência nos estabelecimentos pré-escolares da zona ou em áreas da segurança social.

Quanto ao segundo plano abordado no projecto de lei – o dos pais e mães não necessariamente adolescentes mas ainda estudantes –, a perspectiva de que parte a bancada do PCP é a de que o direito à formação e o direito à maternidade e paternidade conscientes não podem ser incompatíveis. Por outras palavras, como salientou Margarida Botelho, «são duas dimensões da vida que, a bem da felicidade de cada um, devem ser o mais possível conciliáveis». E que justificam, por isso, que a lei consagre estes novos direitos.

A Área Metropolitana do Porto não correspondeu às expectativas e necessidades, acusam os comunistas

PS e PSD têm visão centralista

Após a sua reunião de dia 4, no Porto, a Comissão Política do PCP reuniu com eleitos e candidatos municipais comunistas na Área Metropolitana do Porto, seguindo-se uma conferência de imprensa onde o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política e responsável pela organização do Porto, deram conhecimento do diagnóstico feito e das alternativas que propõem para a Área Metropolitana do Porto.

A Área Metropolitana do Porto sofre «de uma persistente e acentuada limitação em termos do investimento público» ainda que, em contraste com outras sub-regiões, concentre alguns equipamentos e recursos, considera o PCP, para quem o agravamento das assimetrias regionais tem levado à acentuação da degradação do ambiente, da desordem da ocupação do território, das carências habitacionais, dos índices de poluição, da insegurança das populações e da criminalidade.

Entretanto, nos últimos anos, acentuaram-se tendências negativas ao nível da evolução económica e social, o crescimento eco-

A Junta Metropolitana funciona como «palco» de disputas entre PS e PSD

nómico beneficia as empresas com uma política de baixos salários e mão-de-obra desqualificada e o aumento do custo de vida, da instabilidade e da precariedade do emprego levam a que o distrito do Porto continue a ter a maior percentagem de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido.

Porém, o reconhecimento destes problemas na Assembleia Metropolitana e nas assembleias municipais não se traduziu por um «espírito metropolitano», tendo a visão redutora e centralista do PS e PSD impedido que na consagração legal da AMP lhe fossem reconhecidas atribuições e dados meios, poderes e compe-

tências para um exercício eficaz das suas funções.

A AMP não correspondeu, assim, às expectativas e necessidades; a Junta Metropolitana funcionou como um «palco» de disputas entre o PS e o PSD; o Conselho Metropolitano não chegou a ser constituído; a Assembleia Metropolitana limitou-se a cumprir as reuniões legalmente estipuladas.

A experiência da AMP nestes dez anos mostra, assim, a necessidade de alterar o estatuto e as condições de funcionamento das áreas metropolitanas, razão por que os eleitos e candidatos da CDU apoiam o projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP que visa «reforçar os poderes e meios de actuação das estruturas e funcionamento das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto».

Alternativa

As deficiências da gestão autárquica do PS e do PSD, subordinada em geral aos interesses dos grandes grupos económicos e dos capitalistas locais, colocam também na ordem do dia «a inevitabilidade de uma mudança política».

Mas as presentes análises e propostas são apenas «um ponto



O distrito do Porto tem a maior percentagem de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido

de partida» a ser enriquecido nos debates e encontros previstos, no âmbito da CDU, com vista à apresentação em Outubro de um programa mais consolidado para a AMP.

Para já, considera-se «indispensável» para o desenvolvimento da AMP alterações no plano institucional, económico e social, assim como a execução de uma política «que seja de facto de esquerda e vá ao encontro dos problemas mais sentidos das populações».

Urge alterar a bipolarização existente entre o PS e PSD e romper com as rotinas e o poder instalado destes partidos, o que passa pelo reforço significativo da CDU, em votos e mandatos, nas próximas eleições autárquicas.

No plano económico e social, é preciso apostar na melhoria dos salários dos trabalhadores, na valorização das carreiras profissionais, na criação do emprego com direitos e no combate à sinistralidade laboral; em maiores investimentos públicos; num serviço público de qualidade e quantidade; na intervenção determinada e sustentada de apoio aos sectores produtivos da região, designadamente, indústria transformadora (metalurgia, têxtil, vestuário), agricultura e pescas, com particular atenção às micro, pequenas e médias empresas.

Por último, impõe-se medidas indispensáveis para combater as bolsas de pobreza e exclusão social.

Questões prioritárias

Na consideração dos principais problemas que condicionam a qualidade de vida e o desenvolvimento da AMP, o PCP aponta em primeiro lugar a questão das acessibilidades e transportes.

Relativamente à rede rodoviária, o PCP diz que a maior parte das estradas mantêm-se há anos incompletas, enquanto a rede de estradas nacionais que atravessam o distrito se degrada por falta de obras de manutenção.

Por outro lado, a escassez e fraca qualidade dos transportes públicos colectivos que servem a AMP, incentivando a utilização do transporte individual – 65% das deslocações – congestionam, em horários de ponta, praticamente todas as vias de acesso e a própria cidade do Porto, situação agravada pela inexistência de estacionamento automóvel nas principais entradas/saídas da cidade.

Assim, para ultrapassar a situação, impõe-se uma «aposta consequente» no transporte público colectivo, a criação de um passe modal inter-operadores – expandindo a rede da S.T.C.P. para os concelhos limítrofes, reactivando linhas de transporte ferroviário, criando parqueamentos automóveis nas zonas periféricas da cidade do Porto; a criação de uma autoridade metropolitana de transportes. É preciso, ainda, ultrapassar, de vez, os problemas e dificuldades que têm atrasado a construção do metro ligeiro.

A concretizar

Mas para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Área Metropolitana do Porto, que o PCP e os eleitos da CDU defendem, impõe-se a concretização de outras medidas e investimentos essenciais.

Assim, na área do ambiente e saneamento básico é preciso, por exemplo, concluir as ETARs programadas; proceder à despoluição das bacias hidrográficas; apoiar os municípios para a construção das redes de águas residuais; apoiar os projectos de parques e reservas naturais.

Na habitação e urbanismo, impõe-se planificar a recuperação e beneficiação de casas degradadas; acelerar a construção de mais fogos de habitação social, designadamente os previstos no PER; melhorar as condições de créditos para cooperativas e associações de moradores; investir na requalificação urbana.

Na cultura, o PCP propõe a criação de uma rede de espaços, equipamentos e instituições culturais polivalentes; a recuperação e defesa do património arquitectónico, artístico, cultural e etnográfico; apoio aos Festivais de música, teatro, artes plásticas, assim como à edição de livros e discos com temáticas locais.

Na educação, há que generalizar o acesso à educação pré-escolar; promover a construção de novas escolas, a melhoria dos edifícios degradados e a dotação de equipamentos como pavilhões gimnodesportivos, bibliotecas, laboratórios, meios informáticos; apoiar a criação e a fruição cultural.

Na segurança, os comunistas propõem a criação e instalação de Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos em todos os concelhos da Área Metropolitana e a adequação dos efectivos e dispositivos policiais de acordo com a densidade populacional e incidência da criminalidade, com uma maior atenção às acções de carácter preventivo. Por fim, o PCP considera essencial a elaboração participada de um plano integrado de desenvolvimento e ordenamento da AMP, que sirva de suporte aos investimentos públicos e municipais e às reivindicações junto da administração central.



PCP recebe Associação da GNR

Uma delegação do PCP, constituída pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, o deputado António Filipe e José Martins, do Comité Central, recebeu, na segunda-feira, no CT Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Associação de Profissionais da GNR, que integrava o presidente da Direcção Nacional, J. Manageiro, o secre-

tário-geral C. Correia, e o secretário regional, C. Brás.

Em causa estiveram os problemas da GNR e dos seus profissionais e a repressão que se abate sobre o movimento associativo e seus dirigentes, nas figuras do presidente da Direcção Nacional e do secretário regional da Zona Sul, José Alho.

Trefilaria

Governo «apadrinha» encerramento

Um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP ao Governo, no passado dia 8 de Fevereiro, pretendia saber que intervenção e medidas este pensava assumir com vista à viabilização da Companhia Portuguesa de Trefilaria e à defesa dos postos de trabalho de mais de uma centena de trabalhadores.

Na origem do requerimento esteve o anúncio, com que os trabalhadores foram confrontados em Outubro, de que as máquinas iriam ser desmontadas, tudo apontando para o

encerramento da empresa. Isto, depois de, em 1999, a Trefilaria ter sido objecto de alguns investimentos susceptíveis de dinamizar a produção e viabilizar a empresa que, na opinião dos comunistas, é «viável e útil num concelho que já viu sair parte dos seus sectores produtivos».

O Governo demorou, porém, a responder ao PCP. Fê-lo, finalmente, ao fim de três meses, limitando-se a escrever uma nota que «deve ter com origem informações da entidade patronal» e que, segundo a Comissão Conce-

lhia de Loures do PCP, «se resume a isto: não fazer nada!».

De facto, começando a historiar a vida da Trefilaria desde 1947, quando se formou, o Governo vai ao longo da sua resposta desvalorizando a empresa, até considerar que a sua «fraca produtividade» e «obsolescência tecnológica» acabaram por conduzi-la a uma situação de incumprimento perante os fornecedores e à redução progressiva da sua actividade.

Hoje é a Socitrel que lidera o mercado e, para o Gover-

no, a forma de a manter na liderança do sector e inviabilizar a entrada de trefilarias integradas espanholas «implica a desactivação da CPT, caso se mantenham os resultados negativos desta empresa».

A Concelhia do PCP, indignada com esta resposta, solidariza-se com a luta dos trabalhadores da Trefilaria em defesa dos seus direitos e reclama do Governo medidas que permitam o reforço da produção nacional no sector da trefilagem, impedindo a sua entrega ao estrangeiro.

PONTA DELGADA PCP visita Tribunal de Família

O Grupo Parlamentar do PCP/Açores foi recebido, na quinta-feira passada, pela Meritíssima Juiz Presidente do Tribunal de Família e Menores de Ponta Delgada. O encontro, que se realizou a pedido do PCP, visou a troca de impressões sobre as condições gerais de funcionamento, carência de instalações, de trabalho ou humanas do Tribunal, o estado da criminalidade ao nível das suas competências e a situação dos processos tutelares educativos.

LOURES Discriminação na CITROËN

Está claro, hoje, para os trabalhadores que o Governo impôs a contenção salarial «falseando e manipulando as suas previsões da inflação», diz a Comissão Concelhia de Loures do PCP, para quem os aumentos salariais em 2001 não só não aumentaram o poder de compra dos trabalhadores como o degradaram ainda mais.

No caso da CITROËN, a situação é ainda mais evidente, considera o PCP, pois a empresa ao impor os aumentos deste ano optou por não aumentar alguns trabalhadores, insistindo numa política de discriminação salarial. Entretanto, as diferenças entre o salário mais baixo e o mais alto na mesma categoria, oscilando entre 75.500\$00 e os 206.300\$00, revelam que é possível aumentar os salários a todos os trabalhadores, particularmente àqueles que os têm mais baixos.

Por seu lado, o PCP garante que continuará empenhado na luta por salários justos e pela defesa do emprego industrial com maior qualidade, «como parte integrante de uma indústria automóvel forte e sustentada».

LISBOA O seu a seu dono

O Sector da Comunicação Social da Organização Regional de Lisboa do PCP considera «justo e necessário» regular a protecção legal dos direitos de autor dos jornalistas consagrada na lei 1/99 (Estatuto do Jornalista) que, aprovada em 13 de Janeiro, deveria ter sido legalmente definida 120 dias depois. O facto de até hoje tal não se ter verificado leva a que os jornalistas continuem sem voz activa sobre a sua criação intelectual e vejam utilizados os seus trabalhos sem qualquer remuneração.

Assim, e dando continuidade ao seu programa eleitoral de 1999, o PCP defende o imediato agendamento e aprovação da lei que salvaguarda os direitos de autor dos jornalistas, já apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP em 21 de Março. Uma lei que regula os termos da protecção legal dos textos, imagens, sons ou desenhos resultantes do exercício da liberdade de expressão e criação dos jornalistas, permitindo que estes zelem pela integridade das suas obras e garantindo-lhes retribuições adicionais sempre que os seus trabalhos sejam cedidos a empresas terceiras.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS Um prémio merecido

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis do PCP congratula-se com a subida da União Desportiva Oliveirense à II Liga. Os comunistas consideram essa subida - que «hoje enche de orgulho os oliveirenses e o concelho» - como o «prémio merecido do esforço, dedicação e trabalho que o clube desenvolveu ao longo de um época» e para que contribuam jogadores, técnicos, dirigentes, associados e apoiantes.

Para um PCP mais forte

No tempo em que vivemos, a actualidade é marcada pelo efémero, pela superficialidade, por uma abordagem de temas influenciada pelos grande meios de comunicação social, que, em geral, não têm relação com os problemas do País e a acção política é muitas vezes determinada por estas questões, a que é necessário dar resposta e sobre as quais é preciso ter posição, mas que não substituem a análise e posição sobre as situações e os problemas mais importantes e mais profundos e sobre os caminhos de intervenção para lhes responder.



Francisco Lopes
Membro da
Comissão
Política

O horizonte da intervenção política muitas vezes não ultrapassa o calendário dos próximos actos eleitorais que, com toda a sua importância não esgotam a intervenção política, particularmente quando ela não se limita à gestão dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e visa uma transformação profunda que dê resposta aos problemas com que Portugal e o povo português se confrontam neste início do século XXI.

Neste quadro, a decisão da última reunião do Comité Central sobre o

reforço da organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho, no seguimento das conclusões do XVI Congresso, associada a linhas de trabalho relativas a outras áreas e à intervenção junto de outras camadas e sectores sociais, assume particular importância e define mais uma vez o PCP como partido diferente.

O CC, tendo como objectivo garantir que o Partido tenha trabalho organizado nas empresas e locais de trabalho com mais de mil trabalhadores e ou de importância estratégica, deci-

diu apontar caminhos e medidas que vão agora passar à fase de concretização e que serão objecto de uma primeira avaliação geral de resultados no segundo semestre de 2002.

Trata-se de uma decisão oportuna dada a situação económica e social do País, quando a política de direita e de

abdicação nacional, prosseguida pelo Governo PS, põe em causa o aparelho produtivo, ataca os direitos e o poder de compra dos trabalhadores, continua o processo de privatizações e alimenta o crescimento dos lucros dos grupos económicos e financeiros, criando uma situação que exige uma forte e organizada resposta política de massas.

Planificar a acção

Mas, acima de tudo, trata-se de uma decisão cujos resultados tendo reflexos em cada batalha política, em cada batalha eleitoral, não são aferíveis em função das próximas batalhas políticas ou eleitorais. O reforço da organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho, o alargamento da sua influência, a dinamização do esclarecimento e da luta e o aumento da força organizada dos trabalhadores, são elementos estratégicos para um partido com as características e objectivos do PCP.

Está em causa um plano de acção que articula o reforço da organização, com a intervenção política e o desenvolvimento da acção de massas, cuja concretização permitirá uma maior ligação do Partido à realidade nacional, contribuirá para o reforço do esclarecimento, unidade e luta, para um movimento sindical que continue vinculado aos interesses dos trabalhadores e para o reforço dos ORTs em geral, alargará as possibilidades de formação de quadros para o Partido, constituirá um poderoso elemento de germinação da consciência de classe e política e será um pólo da sua irradiação para as zonas envolventes das empresas.

Muitos aspectos podem contribuir para a evolução da consciência política, para o alargamento da influência do Partido junto dos trabalhadores. No entanto, a visão do País e do mundo tendo como ponto de partida a contradição fundamental do capitalismo, a luta de classes, a realidade da exploração com que os trabalhadores são confrontados, destaca-se pela sua importância e consequências. Dificilmente podemos encontrar aspecto que contribua mais do que este para eliminar preconceitos e romper com o domínio de valores ideológicos do capital sobre os trabalhadores, para a evolução da sua consciência política, para o desenvolvimento de uma relação de confiança, para o crescimento de um apoio sólido ao PCP. Esse é o caminho mais eficaz para mostrar o papel insubstituível do PCP em ligação com a sua natureza de classe e o seu projecto político, para que cada vez mais trabalhadores compreendam que o PCP, o partido dos trabalhadores, é o seu Partido.

Um partido que precisa de ser mais forte e mais influente, e que será tanto mais forte e mais influente quanto maior for a intervenção de todos e de cada um dos seus militantes, quanto mais forte for a sua organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho, quanto mais profundas forem as suas raízes na classe operária, nos trabalhadores, no povo português.

“Um partido
é tanto mais forte
quanto maior
for a intervenção
de todos”



Leça da Palmeira Presidente recusa Salão

Em análise à situação social e autárquica da freguesia de Leça da Palmeira, a Comissão de Freguesia do PCP considera «preocupantes e pouco dignificantes» os acontecimentos que ultimamente se verificaram nos órgãos autárquicos e culminaram com a retirada de poderes pelo Presidente da Junta a dois elementos do Executivo – um vogal e o ex-presidente da Junta –, impedidos de usar da palavra na Assembleia de Freguesia de 27 de Abril, evidenciando a postura «pouco dialogante» da maioria que domina a Junta e a Assembleia de Freguesia.

«Inaceitável» é, ainda, para os comunistas o facto de o Presidente da Junta de Freguesia ter recusado a cedência do Salão Nobre para uma reunião do PCP com moradores do Bairro do Ródão, a pretexto de querer «evitar a sua politização». Para o PCP trata-se de uma atitude tanto mais «estranha» quanto ela é diferente do comportamento das autarquias vizinhas e mesmo de Executivos anteriores do próprio município.

Por fim, a Comissão de Freguesia do PCP analisou os problemas das populações que irão merecer a intervenção dos comunistas e dos eleitos da CDU, através de iniciativas próprias ou da sua acção nos órgãos autárquicos, como sejam as questões ligadas às condições de habitação, ao ambiente e estado da orla costeira, às condições para a prática desportiva, à carência de infra-estruturas básicas ou às deficiências que eventualmente apresentem.

Montijo Uma condenação política

A condenação em tribunal da ex-presidente da Câmara Municipal do Montijo, Jacinta Ricardo, é «claramente uma condenação política», já que dezenas de autarquias têm procedido à retenção temporária de dinheiros do IRS para fazer face a outras despesas, sem que qualquer autarca tivesse sido condenado por isso.

Significativo é também para a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP - que, solidária com Jacinta Ricardo, faz a denúncia -, «a celeridade» deste processo e a divulgação da sentença seis meses antes das eleições autárquicas, quando outros processos bem mais graves correm riscos de prescrever, como é o caso do da UGT, que envolve dirigentes nacionais do PS e a utilização de centenas de milhares de contos.

O PCP sublinha, depois, o facto de a maioria política da Câmara que interpôs o processo ser a mesma que, em 1989, deixou o município numa situação «de quase bancarrota financeira», obrigando não só ao corte de investimentos necessários às populações como a uma «permanente ginástica financeira» para cumprir compromissos assumidos e pagar aos trabalhadores.

Entretanto, ao comparar publicamente o «crime» - pagar aos trabalhadores - de Jacinta Ricardo a «roubos e mortes», a actual presidente mais não fez do que «estender essa acusação» ao «seu camarada de partido» e presidente da Câmara de Setúbal, Mata Cáceres, cuja gestão, em 1993, revelou, entre outras irregularidades, a retenção de mais de 400 mil contos de IRS, IRC, Caixa Geral de Aposentações e Montepio dos Servidores do Estado.

O Supremo Tribunal Administrativo considerou, então, que não tinha havido aproveitamento pessoal e negou provimento ao recurso apresentado. Ora, também neste caso, «ao contrário do que se está desonestamente a fazer crer», não há claramente qualquer utilização dos meios da autarquia em benefício próprio. A sua utilização teve em vista cumprir os compromissos da Câmara com os trabalhadores e resultou, como acima se disse, do muito mau quadro financeiro herdado do anterior executivo PS.

Por último, a DORS do PCP considera «caricato» que a ex-presidente da Câmara do Montijo tenha sido condenada por retirar dinheiro do Estado, quando os municípios «são sistematicamente credores do Estado» por receitas recebidas e não devolvidas nos prazos estabelecidos.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Covilhã

Recentemente falecidos na Covilhã, **Alberto dos Santos Saraiva, Francisco Ressurreição Pinto, José Francisco Gomes, José Gomes Lisboa e José Vicente Milhano** foram operários da indústria têxtil, desde cedo militantes do PCP. Profundamente empenhados nas lutas dos anos 40 levadas a cabo nos têxteis, alguns deles pagaram tal dedicação com a privação da liberdade. Mantiveram-se até ao final das suas vidas militantes activos no Partido.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Para passar da consciência social e de classe
à consciência política e ao apoio ao PCP

Intervir e organizar

«Reforçar o Partido nos Locais de Trabalho» foi o lema a que se subornou o Encontro Distrital de Quadros da ORL que se realizou, no passado dia 31 de Maio, no CT Vitória, em Lisboa, com a participação de centena e meia de destacados militantes.

No decurso do debate, que entrou pela noite dentro, foi assim discutido o papel das células, organizações e organismos do Partido para a elevação da consciência social e de classe dos trabalhadores, promovendo a sua evolução para «uma mais avançada consciência política e para o apoio ao PCP».

O Encontro decidiu o recrutamento de 250 militantes até Maio de 2002

empenhamento» das organizações na dinamização das lutas designadamente por salários dignos, pela redução do horário de trabalho e a conquista das 35 horas semanais e, ainda, pela resolução de problemas concretos dos trabalhadores, pela igualdade de condições e direitos entre trabalhadores

Uma linha de trabalho a adotar vai, contudo, no sentido do acompanhamento e apoio regional a todas as empresas e locais de trabalho com mais de 500 trabalhadores.

As empresas da indústria transformadora com cerca ou mais de 50 trabalhadores devem ainda ser uma prioridade dos vários sectores do distrito, a par dos vários locais de trabalho de Câmaras Municipais, de Hospitais, da comunicação social, das grandes superfícies comerciais.

Alguns objectivos

Os participantes do Encontro consideraram ainda a necessidade de avaliar as possibilidades

Mas o encontro definiu também objectivos de trabalho, apontando para a «existência de Partido», em mais cem locais de trabalho onde haja «nem que seja um militante», para o recrutamento, até Maio de 2002, de 250 novos membros do Partido, para o aumento de 25% dos «Avante!» vendidos.

Outras medidas apontadas pelos quadros de Lisboa do PCP vão no sentido da edição regular de comunicados e de um Boletim Informativo por cada sector profissional e concelhio; da realização de acções distritais de contacto com os trabalhadores, do aprofundamento da articulação entre os comunistas eleitos para as organizações representativas dos trabalhadores e os comunistas organizados nas células de empresa, na base do «respeito pelo funcionamento e autonomia» de cada uma das organizações.

Do Encontro saiu uma nota equacionando as suas principais conclusões e onde, à laia de incentivo, se sublinha no fim uma das considerações da Resolução do Comité Central que apontou para a necessidade do reforço do Partido nas empresas: «A realidade demonstra que dificuldade não significa impossibilidade. O reforço e a melhoria das organizações do Partido, nomeadamente a sua ligação aos trabalhadores e aos locais de trabalho, determinarão o seu reforço político, social e eleitoral para encarar com mais confiança e capacidade de intervenção as tarefas do futuro.»



Centena e meia de quadros discutiram em Lisboa o reforço do PCP

As intervenções proferidas viraram-se, naturalmente, para a situação concreta do distrito de Lisboa, delas resultando uma série de conclusões que os comunistas lisboetas têm intenção de levar à prática.

Entre as ideias mais debatidas no Encontro, destaca-se a necessidade de «um vigoroso

nacionais e imigrantes, pela defesa da produção nacional e de um sector público empresarial dinâmico e eficiente.

Há que definir, porém, os locais de trabalho que devem constituir prioridade, tendo em conta, por um lado, o estado da organização, por outro o grau de concentração de trabalhadores.

des de reforço do trabalho nos sectores de serviços e construção civil, destacando quadros e criando condições para uma intervenção do Partido.

Abuso de poder em Oliveira do Bairro

«Prepotente e ilegal» é como a Comissão Concelhia de Oliveira do Bairro do PCP classifica a decisão do Presidente do Município de colocar cinco cantoneiras a fazerem o serviço de cozeiro, querendo obrigá-las a cumprir essa polivalência aos sábados, domingos e feriados.

Trata-se não só de «um abuso de poder», como revela a falta de sensibilidade perante o facto de algumas das trabalhadoras terem filhos pequenos, diz o PCP espantado também com a comparação feita por aquele edil entre «plantar uma árvore» e «abrir covas nos cemitérios», como se estas tarefas não requisessem preparação diferenciada.

Preocupados, os comunistas dizem que, com este exemplo, o presidente da Câmara «perdeu autoridade moral para exigir que as indústrias que se instalam no Município cumpram com os seus deveres

legais e éticos para com os trabalhadores», interrogando-se sobre o que fizeram os restantes vereadores, nomeadamente os do PSD, em relação a este problema.

Na opinião do PCP, era bom que em vez de se gastarem «escandalosas verbas em monumentos para satisfação de vaidades pessoais», se aplicasse o dinheiro do povo ao serviço dos interesses do povo, neste caso, e perante a falta de cozeiros, dando emprego nesta actividade a quem precisa.

Por fim, a Concelhia do PCP manifesta a sua solidariedade para com as trabalhadoras em causa e, exigindo das entidades competentes a garantia do rigoroso respeito pelos direitos laborais, diz que continuará atenta a todo o desenvolvimento deste processo, sobretudo tendo em conta o facto de algumas das trabalhadoras recearem represálias.

A Comissão Distrital de Vila Real do PCP, depois de analisar a situação social e política do distrito, considerou «inaceitável» a falta de resposta do Ministério da Saúde aos problemas e carências do Hospital de S. Pedro, designadamente à falta de médicos anestesistas e cardiologistas e de uma Unidade de Radioterapia.

Simultaneamente, no Centro de Saúde n.º 1 de Vila Real, onde cerca de sete mil utentes estão sem médico de família, há carências de pessoal, quer de enfermagem e administrativo quer para a o desenvolvimento de um Centro de Atendimento a Jovens, particularmente necessário, dada a numerosa população estudantil decorrente da existência da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O PCP exige ainda a reabertura da EN 108 - Mesão Frio/Peso da Régua - ao trânsito de pesados e condena a decisão da EDP de encerrar balcões comerciais e extinguir serviços técnicos em Alijó e Vila Pouca de Aguiar, pelos prejuízos que acarreta para os

utentes, particularmente unidades agrícolas e industriais que verão agravados os cortes de abastecimento e a demoras para a sua reposição.

Entretanto, os comunistas estranham e condenam a nomeação do novo presidente da CIRD pelo Ministério da Agricultura, não só por se tratar de uma pessoa de fora da região mas também porque para essa nomeação não foram consultadas as instituições regionais, incluindo a Casa do Douro que apenas no próprio dia tomou conhecimento do nome do indigitado.

Assim, para além das razões que possam existir para a ausência de consulta, o PCP quer saber que motivos justificam a não opção por um cidadão da Região Demarcada do Douro, com funções e experiência técnica e profissional adequadas.

Por fim, o PCP verificando que do mapa das concessões para as vias de comunicação a construir até 2006 não consta o do IC-26, Régua-Mesão Frio-Amarante, exige a sua inscrição no PID-DAC/2002.

Vila Real

Carências na saúde

Fenprof desconvoca greves

Vigilância e luta

As greves de professores, previstas para os dias 18 e 21 de Junho, já não se vão realizar. Uma decisão da Fenprof, face à aproximação registada, por parte do Ministério da Educação, às reivindicações dos pelos professores.

O Secretariado Nacional da Fenprof decidiu-se pelo levantamento das greves de professores, previstas para a época de exames, na sequência da aproximação das posições do Ministério da Educação (ME) às exigências apresentadas pela Federação.

Naturalmente nem tudo foi conseguido mas, como referiu Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, ao «Avante!», registaram-se significativos avanços, designadamente em relação a estabilidade profissional e a vinculação de professores contratados, a revisão das legislações sobre quadros e concursos, assim como a redução do tempo de serviço para aposentação.

O ME comprometeu-se a vincular os professores profissionalizados, medida que irá abranger mais de quatro mil profissionais, e a incluir no quadro das negociações a

vinculação dos professores com habilitação própria.

Relativamente às condições de trabalho e aposentação, o Ministério ficou de apresentar uma proposta até ao final do primeiro período do próximo ano lectivo.

No que respeita aos horários lectivos, no quadro da reforma curricular, foi assumido o compromisso de que não haveria sobrecarga de trabalho.

De par da necessária vigilância em relação ao cumprimento dos prazos do acordo agora estabelecido com o ME, prosseguem duas importantes lutas

De anterior reunião, a 24 de Maio, já tinha resultado o compromisso do ME em negociar em Setembro/Octubre os critérios para a redefinição da rede escolar e da tipologia das escolas básicas/secundárias.

É neste quadro que se insere a decisão do Secretariado Nacional, mandatado pelo Conselho Nacional, de levantar a greve. No imediato, e de par da necessária vigilância em relação ao cumprimento dos

prazos do acordo agora estabelecido com o ME, prosseguem duas importantes lutas. Dos educadores de infância, exigindo a aplicação do calendário escolar. E contra os cortes na educação especial.

Lutas em curso

Centenas de educadores de infância da rede pública manifestaram-se, sexta-feira passada, frente ao Ministério da Educação, exigindo que o calendário escolar, que define o início, encerramento e interrupções das actividades lectivas, seja também aplicado à educação pré-escolar.

Em comunicado distribuído à população, a Fenprof sublinha que o «o Jardim de Infância não necessita de ter um Calendário Escolar diferente para garantir um horário de funcionamento alargado». Para isso basta que seja cumprido o protocolo assinado pelo ME, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Ministério do Trabalho e Solidariedade, que prevê a componente socioeducativa (almoço e prolongamento horário) e as condições para a sua implantação.

A Fenprof considera que o ME não pode continuar a confundir Calendário Escolar com horário de funcionamento dos Jardins de Infância e exige que os educadores de infância sejam respeitados como docentes de pleno direito.

Na véspera desta acção de rua dos educadores de infância, cerca de três centenas de docentes de Educação Especial estiveram reunidos em plenário, em Lisboa, para analisar a preocupante situação da Educação Especial, para a qual estão previstos, no próximo ano lectivo, cortes na ordem dos 60% nos lugares de apoio às crianças com necessidades educativas especiais. A concretização destes cortes poria em causa a qualidade do apoio prestado a estas crianças.

Os docentes aprovaram uma moção – entregue na Direcção Regional de Lisboa – em que exigem a divulgação imediata dos critérios para a abertura de lugares e as respectivas datas de candidaturas.

Os docentes aprovaram ainda a realização de uma concentração à frente do ME e contactos a estabelecer com as Federações das Associações de Pais.



Professores do pré-escolar querem direitos iguais

«Juventude na Cidade»

«Juventude na Cidade» foi o tema do debate organizado pela Juventude CDU de Évora no passado dia 6 de Junho.

O objectivo fundamental deste debate – o primeiro de uma série que os jovens da CDU pretendem promover – foi fazer o balanço do trabalho desenvolvido pela autarquia na área da juventude e ouvir o que os jovens têm a dizer sobre o que falta fazer, o

que querem de uma cidade aberta à juventude, e assim construir um programa CDU que vá ao encontro das expectativas e aspirações dos jovens do concelho.

Do balanço feito ressaltou, nomeadamente, a constituição de um pelouro da Juventude, com quadros técnicos especializados no acompanhamento às muitas associações juvenis existentes no concelho. Foi igual-

mente referida a fábrica da música, projecto há muito reivindicado numa cidade em que existem 60 bandas a trabalhar com alguma regularidade. A necessidade de aprofundar a relação com a Universidade de Évora, pólo de desenvolvimento do concelho, no trabalho com as associações de estudantes e com as associações juvenis e desportivas, foi outra das questões debatidas.

Grandes opções de Segurança Interna

• José Martins

Vários foram os ministros de Administração Interna que, ao longo destes últimos seis anos, vieram assumindo compromissos no tocante à produção de diversa legislação considerada nevrálgica para a definição de princípios e objectivos em que deve assentar a política de segurança interna do Estado português. Trata-se da «Lei de Grandes Opções de Segurança Interna», da «Lei de Bases do Dispositivo Policial», do «Código Deontológico» e das «Leis Orgânicas das Forças de Segurança», que correspondem às necessárias reformas que esta área de há muito carece, e cuja publicação, por ausência de vontade política e irresponsabilidade do Governo, tem vindo a ser protelada. É por via deste vácuo legislativo e política de zigzagues do Ministério de Administração Interna (MAI), que eclodem ciclicamente os «picos» de insegurança. Na sua origem estão atrasos graves na implementação de

segurança pública e trave a degradação que se vem a registar nesta área.

As propostas do PCP

As Grandes Opções da Política de Segurança Interna são, sem dúvida, um documento que pretende ir ao encontro de uma aspiração fundamental da sociedade e dos cidadãos – o direito constitucional à segurança e tranquilidade pública. É no contexto desta firme e coerente opção que são estabelecidas a doutrina e os princípios fundamentais da Política de Segurança Interna; que são definidos os princípios de enquadramento e as orientações; que são delineadas as 27 medidas prioritárias e imediatas destinadas a garantir equilíbrio e eficácia neste complexo e delicado edifício dos direitos, garantias e liberdades dos cidadãos e da democraticidade das Forças de Segurança.

Desta forma, e em síntese, o projecto de Grandes Opções estabelece, como orientações fundamentais de Política de Segurança Interna: a defesa da natureza civil das Forças e Serviços de Segurança; a prossecução, em todo o território nacional, de uma política de segurança de proximidade, suportada por um dispositivo e um policiamento preventivo próximo dos cidadãos; a afectação prioritária dos efectivos, meios e equipamentos das Forças de Segurança às missões de segurança pública; o reforço



uma polícia de proximidade e preventiva; gestão ruínosa dos efectivos policiais; desajustamentos do dispositivo policial às realidades e tipologia criminal; deficiente articulação e coordenação entre as várias forças e serviços que actuam numa mesma área; desmotivação que avassala os agentes policiais e a escalada da militarização dos serviços públicos de segurança, com destaque para a GNR.

É a tradicional concepção dogmática e esclerosada do PS a funcionar em relação às Forças de Segurança e a sua natural incapacidade para superar os fenómenos evidentes de crise que se avizinham nesta área.

É em referência a este quadro profundamente negativo e preocupante, e dando cumprimento a um compromisso do seu programa Eleitoral e a uma orientação do seu XVI Congresso, que o PCP avança com a apresentação de um projecto de lei de Grandes Opções de Segurança Interna, cujo conteúdo estruturante e globalizante dê resposta gradual e eficaz à grave situação em matéria de

da cooperação e articulação policial entre as Forças e Serviços de Segurança que actuem numa mesma área ou em áreas limítrofes; o reconhecimento do direito de participação das populações na procura de soluções para os problemas de segurança, através dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos; a atribuição, aos agentes das Forças e Serviços de Segurança, de um estatuto que determine remuneração digna e o exercício do direito de cidadania, nomeadamente de associação socioprofissional ou sindical. O PCP procura assim, e através deste projecto, dar o seu contributo sério e empenhado para a melhoria da segurança e tranquilidade pública e suscitar o debate e a reflexão sobre esta importante área. E porque o Governo, também nesta área, não tem em conta as aspirações das populações e dos cidadãos, é cada vez mais evidente a necessidade de uma nova Política de Segurança. O PCP, como se constata, continuará a intervir e a contribuir para que a necessidade de uma nova política tenha real expressão no País.

MURPI Piquenício nacional

O MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, em conjunto com a Federação Distrital de Setúbal de Reformados, Pensionistas e Idosos, estão a organizar o 7.º piquenício nacional, que terá lugar, dia 16 de Junho, na Quinta do Serrado, em Amora / Seixal.

Esta iniciativa – que pela primeira vez se realiza no distrito – irá reunir milhares de reformados numa festa que conta com a participação de 50 grupos de cantares e ranchos de todo o país.

Guarda Agricultura familiar

A Associação Distrital de Agricultores da Guarda (ADAG) vai realizar, no próximo domingo, em Gouveia, um Encontro Distrital de Agricultores.

No encontro, que terá lugar no Salão dos Bombeiros Voluntários de Gouveia, vai proceder-se ao balanço do trabalho realizado, ao levantamento dos problemas da agricultura, e apresentar propostas para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a resolução dos problemas que afectam o Distrito da Guarda.

A importância das creches

O Conselho Nacional de Educação recomendou um investimento sério na expansão, desenvolvimento e qualificação do sistema de creches para que seja garantido o acesso de todos a estes equipamentos.

A recomendação do CNE surge no contexto de um parecer sobre aprendizagem ao longo da vida, na sequência do Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida – elaborado pela Comissão Europeia como resultado das conclusões dos Conselhos Europeus de Lisboa em Março de 2000 –, que se encontra em fase de consulta pública. No documento, o Conselho Nacional de Educação faz 41 recomendações e chama atenção, não só para a questão das creches, mas também para os cidadãos com necessidades educativas especiais.

O conselho recomenda assim que se considere a diversidade da situação dos cidadãos com necessidades formativas especiais e específicas e que se criem condições para que não sejam excluídos do processo de aprendizagem ao longo da vida.

Sobre as creches, o CNE recomenda que seja estimulado o alargamento da rede de estabelecimentos de forma a, gradualmente, garantir a universalização do seu acesso e a avaliação continuada da qualidade das condições de funcionamento das instituições existentes.

No seu parecer o conselho defende também que se promova a integração, na orgânica do Governo, das áreas de educação, formação profissional e emprego de forma a, efectivamente, concretizar as necessárias medidas de compatibilização e articulação de políticas e de execução de programas e projectos.

Almada Jardim Botânico

A Câmara Municipal de Almada inaugurou sábado o Jardim Botânico Chão das Artes, um espaço inédito no país por as espécies vegetais e arbóreas plantadas remeterem o visitante para o universo da pintura.

Localizado na Casa da Cerca-Centro de Arte Contemporânea, o jardim divide-se em vários módulos: Mata, Pomar das Gomas, Jardim dos Pintores, dos Óleos, das Telas e dos Pigmentos.

Na Mata foram plantados castanheiros, cuja madeira é usada para suportes de telas, e espécies resinosas como pinheiros e abetos, dos quais é extraída a resina para o fabrico dos solventes. As amendoeiras e cerejeiras compõem o Pomar das Gomas, o rosmaninho, o alecrim e a alfazema o Jardim dos Óleos, o linho, o algodão e o cânhamo o Jardim das Telas. Dedicado este ano ao movimento dos Impressionistas, o Jardim dos Pintores tem nenúfares e outras plantas e flores a formar jogos de cor, numa alusão aos quadros de Monet. Outras espécies serão plantadas anualmente em referência a outros pintores.

A assinalar a abertura do novo espaço estará patente ao público de sábado a 21 de Outubro a exposição «A Natureza Mestre das Artes». A mostra apresenta desenhos científicos do biólogo português Pedro Salgado e pinturas de José Malhoa, entre outros artistas naturalistas, cedidas pelos museus do Chiado e da Sociedade Nacional de Belas-Artes.

Exames nacionais

Quase 150 mil alunos inscreveram-se para os exames nacionais do ensino secundário, cuja primeira fase se inicia a 18 de Junho e terminam a 20 de Julho. Ao todo deverão realizar-se 540.830 provas que permitem aos alunos não só concluir o ensino secundário como também aceder ao ensino superior.

Dos 145.542 alunos inscritos, 115.617 pretendem prosseguir estudos para o nível superior e 29.925 apenas realizam os exames para concluir o ensino secundário.

Ainda do total de alunos que decidiram fazer os exames, 120.514 são do novo ensino secundário, 6.312 da via de ensino, 10.929 do ensino recorrente, 5.850 do profissional, 29 dos cursos complementares dos 10.º e 11.º anos, 752 dos Técnico-profissionais, 40 da via profissionalizante do 12.º ano e 10 da via profissionalizante dos 10.º/12.º anos.

«Fim de Partida», de Samuel Beckett

● Isabel
Araújo
Branco

Entre a vida e a morte

A «Associação Cultural Só Nós Três Porque?!!» tem em cena uma adaptação livre da peça «Fim de Partida», do irlandês Samuel Beckett, uma tentativa de reflexão e alerta para os perigos do mundo moderno. A peça tem a particularidade de já ter sido várias vezes modificada nos últimos meses.

«Fim de Partida», uma adaptação livre da peça homónima de Samuel Beckett, é uma reflexão sobre a sociedade moderna, presente e futura, através de um doente terminal que jaz numa cama de hospital, vigiado por um enfermeiro apático e indiferente ao seu sofrimento e aos seus pedidos.

**Dor e desilusão
nas palavras
de um vencedor
que não sabe
que o é**

Decepcionada, angustiada e profundamente pessimista é a visão do mundo que esta obra nos traz, um mundo perdido, destruído e sem esperança, como a alegoria que o doente inventa do poderoso que encontra um homem que lhe pede algum trigo para sustentar o filho, que deixou há três dias, algures, num planeta destruído e sem vida. «Não se esqueça que estamos na Terra», lembra o poderoso, numa fria noite de Natal, procurando anular qualquer esperança mais humana que teimasse em acreditar na solidariedade entre os homens, na justiça e no futuro.

É esse mesmo frio que se sente na pequena sala da peça. É o frio da morte, do medo, mas sobretudo da angústia e da desilusão, da revolta e da raiva. É o frio de quem se sente atingido pela solidão e o desespero. Por quem diz ter desistido, mas que ainda tem força e imaginação para inventar novas histórias, impelido pelo espírito criador inerente a tudo o que é humano e pela necessidade de evasão. Por quem se pergunta por que é que a morte tarda em chegar e se esquece que está a lutar

com o ser mais forte – e talvez mais vivo – que existe à face da Terra: ele próprio.

É ele que exprime a sua frustração em relação aos outros, desesperançado no futuro, certo de que todos acabarão como ele, derrotados e sós, inermes e sem forças, mas que não deixa jamais de se mexer e falar, de lutar contra a dor e a inércia, sem perceber que é já um vencedor.

Mas, à beira da morte, clamando por ela e desejoso de acabar com o sofrimento e de se afastar do mundo, hesita em arrancar as míriades de fios que o ligam ainda à vida hospitalar. Talvez com medo do que possa encontrar, talvez sem querer abandonar a Terra, talvez impedido pela vida que pulsa em si.

Morte?

À entrada do teatro, os espectadores tiram um número à sorte, que os acompanhará até ao final do espectáculo. De forma aleatória, os números são chamados por uma forte voz masculina. Descemos uma escadas estreitas e esperamos um homem de bata verde, com uma máscara na cara e a zona dos olhos pintada de vermelho, sinal de morte ou, pelo menos, de luta contra a morte. Exige ver a nossa «senha» e, depois de confirmar o número, leva-nos para uma pequena sala onde nos ordena que dispamos o casaco e que estiquemos os braços



Um doente terminal, profundamente angustiado com o mundo, numa peça de Beckett

para vestir uma bata igual à sua. Enquanto no-la abotoa, colocamos uma máscara.

Sentamo-nos, então, num banco de pau corrido, esperando pelos outros espectadores e entrando já em outro universo, sem uma palavra ou gesto amável, demasiado higiénico para ser humano. Quando todos estão prontos, passamos para a sala seguinte onde nos sentamos nos lugares marcados pelos nossos números, espalhados também de forma aleatória, para evitar qualquer sensação de contacto ou proximidade com alguém familiar.

À nossa frente um homem nu, ligado através de fios a garrafas que pendem do tecto, jaz, deitado numa cama. É ali que tudo se desenrola. É ali que a sua voz nos vai ferir de verdade e desencanto. É ali que vamos sentir escorrer o seu

sangue e observar o sofrimento físico e mental de um homem só.

No fim, já sem nada a perder ou a temer, ele assustado com os 18 pares de olhos que encontra à sua frente, meros espectadores do seu sofrimento, assépticos, que observaram a sua luta, ouviram as suas palavras e nada fizeram por ele, não lhe deram a mão, não manifestaram a sua presença, nem tão-pouco se levantaram numa recusa ao horror. E chora. E, chorando, passa para nós os seus sentimentos, pensamentos e (in)certezas.

«Fim de Partida», adaptação livre da peça homónima de Samuel Beckett, pela «Associação Cultural Só Nós Três Porque?!!» Encenação de Eduardo Fão Interpretações de Jorge Cabral e Nuno Messias No Teatro de Bolso, em Lisboa, aos sábados, às 22 horas.

Concurso de bandas em Aveiro e Alentejo

Já estão abertas as inscrições para o 1.º Concurso de Bandas do Litoral Alentejano. Esta iniciativa, promovida pela Organização Regional do Litoral Alentejano da JCP, pretende potenciar e divulgar as novas bandas musicais da região e apurar uma banda para tocar na edição deste ano da Festa do Avante!.

As bandas interessadas poderão pedir o regulamento e inscrever-se em qualquer centro de trabalho do PCP da região, até 20 de Julho. O concurso realiza-se a 18 de Agosto, na cidade de Sines.

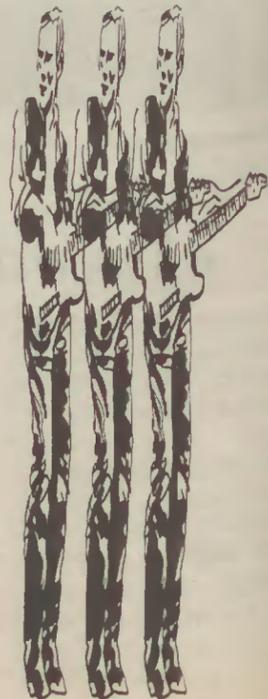
A Organização Regional de Aveiro da JCP está igualmente a promover um concurso de bandas, sob o lema «Audácia de conquistar», integrado na promoção da Festa do Avante!.

Este evento tem por objectivos divulgar bandas e cantores do distrito de Aveiro e apurar a banda ou cantor(a) que irá actuar no Palco Juventude da Festa.

As bandas interessadas em participar deverão dirigir-se aos centros de trabalho do PCP e pedir uma ficha de inscrição e uma cópia do regulamento que se encontram à sua disposição.

As inscrições decorrem até dia 15 de Junho e, no acto de entrega da ficha, as bandas devem entregar uma maqueta (cassete ou cd) com um mínimo de dois temas; uma caução de 5000\$00 (até dois elementos) ou 10 000\$00 (três ou mais elementos).

As três eliminatórias decorrerão semanalmente, a partir de 22 ou 23 de Junho, no centro de trabalho do PCP em Santa Maria da Feira. Serão apuradas as três bandas melhor classificadas. A final será uma semana após a última eliminatória.



Hospiarte

O conflito entre a Mundinter e o sócio que esta colocou na Hospiarte, quando a criou, em 1993, é o motivo por que não foram pagos os salários no final de Maio, como confirmou o próprio presidente da Mundinter aos trabalhadores – denunciou o Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria. A outra «novidade», comunicada recentemente, foi a aquisição de uma posição maioritária na Mundinter por parte da Fundação Oriente, para a gestão de hospitais de Misericórdias e a construção e gestão de outras unidades.

CTT

Estiveram em greve segunda-feira e ontem os trabalhadores da assistência técnica informática dos CTT da região de Lisboa e Vale do Tejo, exigindo a substituição da chefia, que acusa de tratamento «pouco humano». Amélia Monteiro, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, disse à Agência Lusa que tem havido discriminação na atribuição de prémios de desempenho ou de equipa. Desde o final de 1999 que os trabalhadores daquele serviço protestam contra o mau ambiente laboral sem obterem solução. Além da greve de dois dias, recusam desde sábado e até dia 17 a prestação de horas extraordinárias e serviço ao fim-de-semana e feriados.

Tendinites

Mais de 900 trabalhadores de empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico estão de baixa e correm o risco de perder o emprego, enquanto milhares de outros poderão revelar sintomas de tendinite, a curto prazo. O alerta foi dado pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, que levou a cabo na passada sexta-feira, em Setúbal, um encontro sobre lesões por esforços repetitivos, com o objectivo de exigir a aprovação de medidas de prevenção e combate às tendinites, pelo patronato e o Governo, e também para alertar a opinião pública para as consequências daquela doença músculo-esquelética irreversível, que afecta mais de 1500 trabalhadores, sobretudo mulheres que trabalham em empresas da indústria eléctrica e electrónica. O SIESI/CGTP revelou ainda, num comunicado à imprensa, que nos últimos dois anos, através de rescisões dos contratos por mútuo acordo, ou de despedimentos colectivos, mais de mil mulheres trabalhadoras portadoras de tendinite, das principais empresas da indústria electrónica, foram lançadas no desemprego, sem qualquer desvalorização para o trabalho e sem perspectiva de obtenção de novas ocupações. Indelma, Visteon (antiga Ford Electrónica), Alcatel, Tyco, Pioneer, Deta, Samsung, Legrand Eléctrica e Delphi são algumas das empresas que, segundo o SIESI, apresentam um elevado registo de tendinites.

«Cartão amarelo» na administração local Forte adesão

A greve de segunda-feira constituiu «uma prova clara da determinação dos trabalhadores na luta e da revolta crescente sentida no sector», afirma o STAL, que refere um nível de adesão global de 70 por cento.

A política de degradação dos salários, de incumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo e até da própria lei, e de destruição dos serviços públicos recebeu, assim, o «cartão amarelo», disse à Lusa o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. Em conferência de imprensa dada ao final da manhã de dia 11, na Amadora, Francisco Brás condenou a falta de seriedade do Governo e apontou os salários do sector, em Portugal, como «a vergonha da Europa», reafirmando a exigência de um aumento intercalar de 3 contos, no mínimo.

A falta de seriedade do Governo, nas negociações com as estruturas sindicais, tem um escandaloso exemplo no suplemento de insalubridade, penosidade e risco, cujas negociações começaram em 1996 e que desde 1998 tem um prazo de 150 dias definido pelo próprio Governo para regulamentar a parte final. Para dia 4 de Julho está marcado um Tribunal de Opinião

Pública, iniciativa sindical que pretende fazer o julgamento do Governo por esta grave falta.

A greve de segunda-feira, refere o STAL, num comunicado que divulgou ao início da noite, «fez-se sentir um pouco por todo o País, com especial relevo para os sectores de resíduos sólidos e operário», mas também com uma adesão «forte» por

parte dos trabalhadores administrativos e técnicos, provocando o encerramento de «inúmeras repartições e serviços». O sindicato regista ainda a participação na greve de pessoal de diversas empresas municipais e de empresas privadas a operar no sector, «apesar da crescente precariedade».

Entre os municípios e empresas com maiores níveis de adesão à greve, o STAL destacou Almada, Seixal, Loures, Amadora,

Évora, Barreiro, Sintra, Viseu (onde os trabalhadores da recolha do lixo entraram em greve, na sexta-feira, contra a imposição de novos horários), Ovar, Guimarães, Alandroal, Arraiolos, Borba, Montemor-o-Novo, Vendas

Novas, Vila Viçosa, Silves, Santarém, Salvaterra, Alpiarça, Coruche, Palmela, Alcácer do Sal, Cerveira, Viana do Castelo, Melgaço, Générale des Eaux, Stuar e Agere.

**O Governo
nem sequer
respeita
os compromissos
que define
para si próprio**



A luta vai prosseguir depois da greve e da participação na jornada nacional da CGTP

TWA fecha mas não paga

Nos ministérios do Trabalho e dos Negócios Estrangeiros,

onde foram reclamar a intervenção do Governo face

à actuação da TWA – que, após a aquisição pela Ameri-

can Airlines, deixou de cumprir os pagamentos aos trabalhadores ainda ao seu serviço, em Lisboa, e àqueles com que acordou indemnizações pelo anunciado encerramento do escritório português – os dirigentes do Sitava e os funcionários da transportadora aérea americana não foram recebidos. No MNE, houve até reforços da polícia, temendo uma manifestação, quando ali apenas se deslocaram alguns trabalhadores (na foto) e a delegação que tentou ser recebida. O sindicato considera que está em causa a dignidade do Estado, quando o Governo nada faz para obrigar uma companhia desta dimensão a cumprir as leis do país que a acolheu durante 55 anos.



Trabalhadores exigem cumprimento da lei

Trabalhadores defendem Tribor

Desde segunda-feira, dia 4, os trabalhadores da Tribor permanecem nas instalações da fábrica, em Lousado (Famalicão), e conseguiram, no sábado de manhã, evitar que fossem retirados bens – informou o Sinorquifa/CGTP.

«Confirmam-se assim as piores expectativas quanto ao comportamento da administração», acusada pelo sindicato de tentar «promover o

lock-out, resultante da sua gestão objectivamente danosa, que conduz ao desrespeito das obrigações contratuais». Os trabalhadores da Tribor Indústria de Borracha exigem o pagamento dos salários em dívida (Janeiro e Maio) e dos retroactivos da última revisão salarial, e contestam a «decisão unilateral e arbitrária da administração» de cessar a actividade produ-

tiva. O sindicato, que considera este propósito como lock-out, confirmou dia 7 que os principais responsáveis da empresa se encontram ausentes e não deixaram instruções quanto ao pagamento da dívida aos trabalhadores.

Junto de vários órgãos de poder tem o Sinquifa tentado fazer valer a razão dos trabalhadores, na maioria com dezenas de anos ao serviço da

Tribor e mais de 45 anos de idade, havendo casos em que na empresa trabalham marido e mulher, condições que agravam os problemas sociais originados por esta situação. Foi criticada, numa das notas distribuídas quinta-feira, a falta de resposta do presidente da Câmara Municipal de Famalicão ao pedido de audiência entregue pelo sindicato havia mais de 15 dias.

Terrorismo do PSD

As pensões de reforma e o perigo que correria o seu pagamento no futuro têm merecido do PSD e de Durão Barroso declarações públicas que a CGTP classifica como «terrorismo político», que provoca «o alarmismo, a confusão e o descrédito do Estado e da Segurança Social». A afirmação de que o Estado poderia, no futuro, pôr em risco o pagamento das pensões de reforma porque o Orçamento de Estado pode não ter dinheiro para pagá-las foi vivamente contestada pela central, que considerou ser tal declaração «inadmissível num responsável político». Em comunicado à imprensa, a Intersindical Nacional esclarece que «a grande maioria dos pensionistas portugueses recebe pensões de reforma do regime geral (contributivo), sem que do OE seja recebido sequer «um centavo», pois «o sistema universal e solidário do regime geral da Segurança Social suporta-se totalmente nas contribuições dos trabalhadores no activo». Apenas são pagas por transferência de verbas do OE as pensões do regime não contributivo e, a partir de 1994, a parte não contributiva das pensões mínimas do regime geral, lembrando a CGTP que «durante a vigência de diversos governos e, nomeadamente, dos do PSD, estas transferências não foram integralmente realizadas e o PSD nunca mostrou preocupação por os trabalhadores do regime geral, na altura, estarem a pagar» pensões que competiam ao Orçamento do Estado. A Inter recorda ainda que, por os governos do PSD não fazerem cumprir as obrigações do Estado, este acumulou para com a Segurança Social uma dívida de vários milhares de milhões de contos. A CGTP exige que o chefe do PSD assuma publicamente «as consequências daquilo que afirma»: deve esclarecer que se trata das pensões não contributivas (as pensões sociais e dos agrícolas) e deve também «dizer que põe em causa as pensões mínimas e o rendimento mínimo garantido». «Pretende o PSD assumir perante o País que, se for governo, não vai assegurar as pensões mais baixas da população mais pobre do País» – questiona a CGTP. Para a central, «o alarmismo do PSD visa desacreditar o sistema e provocar desconfiança nos trabalhadores, tornando-os mais permeáveis às ofertas dos bancos e das seguradoras quanto aos PPRs e outros produtos financeiros e serve, ainda, para pressionar a privatização de uma parte das pensões». Contra «este alarmismo sistemático», a CGTP defende «uma posição construtiva», apontando como «prioridade imediata» a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social «no cumprimento dos princípios nela consagrados».

Milhares de trabalhadores participaram na jornada nacional de dia 7, afirmando forte determinação de prosseguir e intensificar a luta por «uma nova política para quem trabalha». Além das manifestações em Lisboa e no Porto (de que aqui incluímos fotos) e em mais uma dúzia de localidades, realizaram-se plenários e greves em muitas empresas de diversos sectores.

Junto à residência oficial do primeiro-ministro, o secretário-geral da CGTP garantiu que os próximos meses vão ser de luta, porque os trabalhadores estão mobilizados para continuarem a protestar contra os baixos salários e por melhores condições de vida. Carvalho da Silva apontou a desvalorização salarial, face à derrapagem da inflação, e criticou a falta de medidas efectivas de combate à precariedade de emprego e à injustiça fiscal, a elevada sinistralidade no trabalho, a degradação do ensino e da saúde e as ameaças à Segurança Social — particularmente a operação de «terrorismo político» desencadeada no início da semana por Durão Barroso.

Também a resolução aprovada na concentração, em São Bento, e noutras acções na passada quinta-feira, reafirma que, «perante o quadro político actual, as justas e legítimas reivindicações que formulamos e tendo presente os grandes combates que é preciso travar, particularmente em torno da melhoria dos salários, do emprego com direitos, da Segurança Social, da saúde, do ensino e da política fiscal, assumimos aqui, hoje, o compromisso de, a partir dos locais de trabalho, intensificar o esclarecimento e a mobilização dos

Solidariedade activa

Carlos Carvalhas acompanhou a passagem do desfile, em Lisboa, para exprimir o empenhamento do PCP em continuar a bater-se, nas várias frentes de intervenção, por uma política que corresponda às justas reivindicações e aspirações dos trabalhadores e da CGTP. Acompanhado por Rosa Rabais e Jerónimo de Sousa, membros da Comissão Política, o secretário-geral do Partido foi saudado por muitos dos participantes na manifestação. Os comunistas, em apelos públicos e na acção de muitos militantes, deram mais uma vez um contributo determinante para a jornada de dia 7 nas diferentes regiões.



trabalhadores e desenvolver, nos próximos meses, todas as lutas que se mostrem necessárias para prosseguir os nossos objectivos reivindicativos». Antes de se deslocarem, em desfile, até ao Palácio de São Bento, os trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal — sobretudo de empresas e sectores em luta, como os estabelecimentos fabris das Forças Armadas, a Administração Pública, os transportes, as indústrias eléctricas, a metalurgia, a química, os escritórios e serviços, entre outros — concentraram-se na Praça do Comércio. Apesar dos protestos serem veementes, os manifestantes procuraram dar um ar festivo ao desfile. À frente, seguiam dois «cabeçudos», acompanhados dos inseparáveis e ruidosos bombos e

Determinação na jornada nacional da CGTP

É para continuar

gaitas de foles. Muitos dos participantes na manifestação empunhavam arcos enfeitados ao estilo das festas dos santos populares, alguns com quadras alusivas aos motivos do protesto.

No Porto, a manifestação teve lugar na Praça dos Poveiros, depois de um desfile que percorreu algumas ruas da baixa. O coordenador da União dos Sindicatos do Porto deu notícia da forte participação que também se registava, na altura, nas acções realizadas no resto do País e salientou a necessidade de alterar a política. Tal como Carvalho da Silva, em Lisboa, também João Torres expressou preocupação quanto à regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, que poderá ser feita no sentido de permitir que os direitos adquiridos dos trabalhadores sejam postos em causa.

O sindicalista sublinhou as diferentes situações de despedimento colectivo e de paralisação de empresas ocorridas nos últimos meses no distrito do Porto, recordando que a média salarial dos trabalhadores por conta de outrem é aqui inferior em 7,2 por cento à média do País. Um recente estudo da USP indica que o distrito tem uma das mais elevadas taxas de precariedade, a nível nacional, possui 25,2 por cento dos beneficiários do rendimento mínimo garantido e ocupa o segundo lugar nacional, logo a seguir a Lisboa, na ocorrência de acidentes de trabalho mortais.

Os problemas dos 135 trabalhadores da fábrica de conservas «Comalpe», sem trabalho há cerca de um mês,

predominaram na manifestação frente ao Governo Civil de Faro, debaixo de um sol abrasador. A União dos Sindicatos de Aveiro convocou a concentração distrital para a Praça Melo de Freitas, de onde centenas de trabalhadores de vários sectores desfilaram até à delegação da Inspeção do Trabalho. Outras acções integraram igualmente a jornada nacional da CGTP, com destaque para as concentrações e



manifestações em Beja (para onde se deslocaram, entre outros, os mineiros de Aljustrel), Braga, Covilhã, Coimbra, Funchal, Portalegre, Entroncamento, Viana do Castelo e Viseu. «Como a CGTP tem afirmado, a jornada mostrou que o descontentamento está em crescendo no País», afirmou ao Avante! o responsável pelo pelouro da acção reivindicativa

na Comissão Executiva da CGTP. Amável Alves valorizou o facto de, como era objectivo da central, ter sido possível, no dia 7, trazer para as ruas, em acções convergentes ao nível dos vários distritos, os problemas e exigências de muitos trabalhadores que, nos últimos meses, têm estado em luta por objectivos específicos. A crescente amplitude dessas lutas reflectiu-se nas manifestações da semana

passada, onde ficou vinculada a reclamação de «uma nova política para quem trabalha», na linha do que a central afirmou no 1.º de Maio. Na próxima semana, reúnem a Comissão Executiva e o Conselho Nacional da CGTP, que vão analisar a situação social e laboral e, nesse quadro, fazer um balanço da jornada de luta de dia 7 e perspectivar as formas de lhe dar continuação, mesmo durante o Verão.



Motivos convergentes

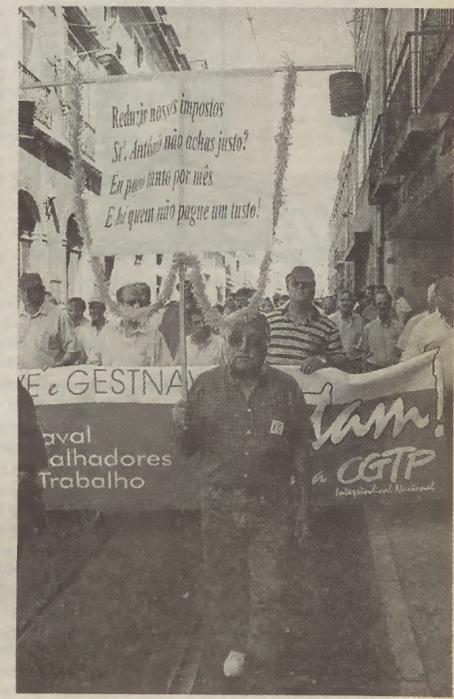
As reivindicações da CGTP unem, em torno do fundamental, os milhares de trabalhadores que estiveram em greve, que participaram em plenários de empresa e que se manifestaram nas ruas de dezena e meia de localidades na passada quinta-feira.

Contra a subida dos preços, que retira ainda mais valor aos já baixos salários dos trabalhadores portugueses (os que menos ganham e os que mais horas trabalham na União Europeia); contra os elevados índices de precariedade no emprego, com especial incidência nos jovens e nas mulheres; contra a exploração desregulada de milhares de imigrantes; contra a injustiça fiscal, que penaliza os assalariados; contra a degradação dos serviços públicos, que afecta sobretudo quem deles mais necessita, a CGTP colocou para a jornada de 7 de Junho um leque de reivindicações que vai ao encontro das aspirações de todos os trabalhadores portugueses e, em particular, dos que, em vários sectores e empresas, têm realizado acções de protesto e luta. A *Inter* exige, designadamente:

- que se proceda a aumentos salariais intercalares, para a reposição do poder de compra (na Administração Pública o aumento intercalar deve ser de, pelo menos, 3 contos);
- que, pelo mesmo motivo, haja um aumento intercalar do salário mínimo nacional e uma melhoria significativa dos valores das pensões de reforma;
- que sejam progressivamente reduzidos os horários de trabalho, sem redução dos salários, visando os 35 horas semanais;
- que aumente o período de férias para 25 dias úteis;
- que se proceda a uma reforma fiscal baseada no esforço contributivo de todos e numa maior justiça fiscal, aplicando as medidas aprovadas na AR;
- que a regulamentação da lei de bases da Segurança Social se faça de acordo com os seus objectivos e princípios, salvaguardando direitos adquiridos e em formação e o futuro do sistema.

- que seja alterada radicalmente a política de saúde e que se promova uma escola pública de qualidade e para todos.

Estas reivindicações tiveram, dia 7, o apoio claro e convergente dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, que, antes de irem para a Praça do Comércio, foram ao Ministério da Defesa reclamar que o Governo concretize a revisão de carreiras profissionais, prometida há uma década, e dê garantias quanto ao futuro do sector; dos trabalhadores de transportadores privados de passageiros, que fizeram greve nos dias 7 e 8, com incidência especial no Norte, onde os patrões insistem em aumentos salariais de 3 por cento; dos trabalhadores da Preh, confrontados com um injustificável despedimento colectivo, e da Descos, onde a deslocalização ameaça mais de 300 postos de trabalho; dos trabalhadores da Renova, paralisados a 90 por cento na quinta e na sexta-feiras, por aumentos salariais justos e negociados; dos trabalhadores da Lisboagás (que se concentraram dia 7 no Ministério da Economia, exigindo o cumprimento do acordo no encerramento da fábrica de Cabo Ruivo) e os de muitas outras empresas da química, farmacêutica, metalurgia, indústria naval e sector automóvel (a Fequimetal enumerou mais de meia centena de firmas cujos trabalhadores decidiram paralisar).



O Não da Irlanda

• Pedro Guerreiro

Dia 7, a Irlanda realizou o seu referendo ao Tratado de Nice. Nessa mesma noite, bem desesperou este simples mortal por ter notícias dos resultados - ou pelo menos o acesso a uma das célebres sondagens à saída das urnas - realizando um intenso *zapping* pelos teletextos dos canais de televisão (infelizmente sem acesso a nenhum da Irlanda), para apenas conseguir ser submergido por Blair, o tal da «terceira via», e as eleições na Grã-Bretanha. Já dia 8, o mesmo esforço, agora com o recurso às agências noticiosas, para igual resultado. O que se passará para tanto silêncio? A resposta chegou ao fim da manhã. A República da Irlanda disse NÃO ao Tratado de Nice. Este resultado caiu que nem uma bomba junto daqueles que, «cegos» pelos seus objectivos, avançam já para a negociação de novos compromissos de aprofundamento do processo de orientação federalista, sem que o Tratado de Nice tivesse sido ratificado nos diferentes estados-membros. A República da Irlanda é o único país da UE onde é obrigatória a realização de um referendo para a ratificação de um novo Tratado. Será possível avançar como razões que deram suporte à vitória do NÃO a rejeição do actual processo de militarização da UE e dos compromissos do governo irlandês relativamente a esta, e a defesa, em contrapartida, do estatuto de neutralidade da Irlanda. Assumiu igual importância na argumentação das forças políticas que defenderam o NÃO, a rejeição da actual integração de orientação federal

Respeitar o referendo

É interessante acompanhar algumas das considerações vindas a público sobre o significado deste resultado; por exemplo, a ideia de que a soberania nacional se poderia trocar por fundos comunitários, chegando alguns a acusar os irlandeses de «egoísmo» por estes defenderem os seus interesses e a salvaguarda do direito de decidir do seu destino. Afinal, o exemplo irlandês desta vez já não é para ser seguido... Evidenciando, afinal, apesar de algumas declarações, não respeitar a vontade expressa em referendo e que o respeito da vontade de um povo é medido à luz dos seus desejos, o governo da Irlanda, a Comissão Europeia e a Presidência sueca do Conselho, assim como alguns dos responsáveis de governo vieram já afirmar que o processo não pára e que há que encontrar uma forma de ultrapassar o que consideram um contratempo. A semelhança do que aconteceu com a Dinamarca no referendo ao Tratado de Maastricht, em 1992, procurarão encontrar uma forma de realizar tantos referendos quantos os necessários para que o povo irlandês ratifique o Tratado de Nice. Para já a questão foi debatida no Conselho de Assuntos gerais realizado na passada segunda-feira e será o tema central da Cimeira que se iniciará dia na próxima sexta-feira, em Gotemburgo, na Suécia. Por outro lado, não deverão faltar aqueles que procurarão colocar em causa o actual método de alteração dos tratados avançando com propostas que procurarão limitar a soberania de cada Estado quanto a esta questão, nomeadamente procurando condicionar o papel e responsabilidade dos governos e dos parlamentos nacionais.

Sério aviso

Essencialmente, este resultado é um aviso aos que desejam novos saltos qualitativos no sentido do federalismo, pois revela o quão longe dos interesses efectivos dos trabalhadores e das populações está a União Europeia, os seus objectivos e as políticas que a esse nível são definidas, bastando, para tal, ter em conta o elevado nível de abstenção verificado. Mas este resultado é também um sério aviso para aqueles que, em

Portugal, tomam decisões e procuram acelerar novos e gravosos passos de integração de orientação federal mesmo antes do Tratado de Nice ter sido submetido a ratificação na Assembleia da República, secundarizando o seu papel, e sem que se tenha realizado um profundo e participado debate nacional sobre as suas consequências. E, tendo a consciência que muito ficou por escrever, este resultado demonstra que é possível e necessário «**um outro rumo para a Europa, que negue o actual processo de integração neoliberal, militarista e federal**» e que, pelo contrário, seja «**alicerçado no respeito pela cooperação entre Estados soberanos e iguais, na promoção da paz e na resposta às efectivas necessidades dos povos**».

da UE a par do reforço do poder das grandes potências no processo de decisão e a defesa, em contrapartida, da sua soberania nacional. Não serão de subestimar os efeitos das recentes intervenções de Schröder, Jospin e de outros responsáveis de governos, assim como de Prodi, presidente da Comissão Europeia, coincidiram com o período de campanha do referendo na Irlanda, evidenciando que Nice não é mais que um passo num processo que tem já uma nova etapa apontada para 2004, como também da recente advertência da Comissão e do Conselho à Irlanda pelo seu não cumprimento dos critérios do Pacto de Estabilidade, o que terá sido entendido como uma ingerência inadmissível pelos irlandeses.



Os salários das mulheres portuguesas representam apenas 66 por cento dos salários pagos aos homens

Mulheres portuguesas ganham cada vez menos em relação aos homens

Discriminação agravada

Portugal é o estado-membro dos Quinze onde as mulheres ganham menos em relação aos homens, indicador que tende a agravar-se, ao contrário da tendência europeia.

Um estudo sobre a população e condições sociais nos Quinze, elaborado pelo Eurostat, organismo responsável pelas estatísticas comunitárias, conclui que na estrutura dos salários em 1995, o rendimento médio das mulheres que trabalham a tempo inteiro nos sectores secundário (indústrias) e terciário (serviços) da UE era inferior a 75 por cento ao dos homens.

As mulheres portuguesas eram as que ganhavam menos em relação aos homens (67 por cento) seguidas pelas

Grécia e Holanda (70 por cento), estando no outro extremo a Suécia (com 88 por cento), logo seguida pela Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo.

Todavia, em vez de se atenuarem as discriminações, como era exigível e tudo faria prever (recorde-se que o Governo PS até criou um Ministério da Igualdade para o efeito), nos três anos seguintes (segundo dados de 1998), o quadro deteriorou-se ainda mais em Portugal, contrariando a tendência europeia que prosseguiu no senti-

do do nivelamento dos salários entre homens e mulheres.

Analisando o sector da indústria, em Portugal o salário das mulheres diminuiu mais de um por cento em relação ao dos homens, de 1995 para 1998. No sector dos serviços verifica-se a mesma tendência, sendo mais uma vez apontado como a excepção à regra.

Em sete estados-membros - Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido - os salários das mulheres revelam uma tendência de aproximação aos dos homens. Contudo, apesar das melhorias registadas nestes países, os dados mais recentes mostram que, na UE, os rendimentos das mulheres são, em média, «claramente inferiores aos dos homens», nunca ultrapassando os 90 por cento.

Direito de consulta

UE elimina sanções às empresas

Os ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais dos Quinze aprovaram uma versão da directiva sobre informação e consulta dos trabalhadores nas decisões das empresas que elimina as sanções previstas no projecto inicial em caso de incumprimento.

Reunidos no Luxemburgo, na segunda-feira, os governantes definiram as regras que as empresas passam a estar sujeitas na tomada de decisões como o despedimento colectivo. Porém, no documento, que será ainda sujeito a uma segunda leitura do Parlamento Europeu, deixou de estar prevista a aplicação de penalizações «efectivas, proporcionais ou dissuasivas» e ficou de fora a intenção de suspender as decisões tomadas pela empresa enquanto a lei não fosse cumprida.

Os ministros concordaram ainda em estabelecer uma derrogação aos países que não dispõem de organismos nacionais de informação e consulta, como é o caso do

Reino Unido e da Irlanda. Os Quinze pretendem que, em 2005, todos os países disponham de um sistema de informação e consulta aos trabalhadores nas empresas com um mínimo de 50 trabalhadores, à excepção do Reino Unido e Irlanda, que só serão obrigados a isso nas empresas com mais de 150 funcionários.

Em 2007, estes países deverão aplicar as regras comunitárias nos locais com mais de 100 trabalhadores, descendo para os 50 apenas em 2009.

A legislação portuguesa já consagra o direito de informação e consulta, mas o número mínimo de trabalhadores é de 100, pelo que, até 2005, este direito laboral deverá ser aplicado nas empresas com mais de 50 trabalhadores.

Para a comissão europeia do Trabalho, Anna Diamantopoulou, o objectivo principal da medida é «promover a qualidade das relações industriais, um clima de coo-

peração nas companhias e prevenir as crises».

Os recentes acontecimentos neste âmbito - como o encerramento da Marks and Spencer's na maior parte dos países europeus ou as reduções de pessoal na Danone - «só confirmam a necessidade de a UE enviar uma mensagem clara aos cidadãos, assegurando-lhes que as reestruturações serão feitas de forma socialmente aceitável», afirmou a comissária.

Diamantopoulou defendeu ainda a necessidade de estabelecer sanções suficientemente dissuasoras e efectivas para que os empresários cumpram os requisitos mínimos de informação e consulta aos trabalhadores, mas o apelo que os Quinze não acolheram.

Os ministros alcançaram ainda acordo político na proposta destinada a evitar os efeitos nocivos do ruído na saúde dos trabalhadores, fixando um nível máximo de decibéis que os estados-membros devem respeitar.

Suíça pode tributar lucros

Depois de o Senado Federal suíço ter rejeitado uma proposta de lei que visava a tributação dos lucros obtidos na Bolsa, a União Sindical Suíça decidiu submeter a questão a um referendo. O seu líder, Serge Gaillard, afirmou estar «seguro que a população aceitará esse imposto porque é ilógico descontar até ao último cêntimo nos salários, enquanto os lucros do capital não são tributados». Entretanto, num referendo realizado no domingo, os eleitores suíços pronunciaram-se, por uma escassa margem de dois por cento, a favor do uso de armas pelos soldados do país em missões de paz no estrangeiro, abrindo ainda a possibilidade de o país fazer acordos com outros estados em matéria de instrução militar. No entanto, o ministro da Defesa garantiu que em nenhum caso os 160 soldados estacionados no Kosovo participarão em missões de combate, assim como não está em causa, por enquanto, a adesão à Nato nem o abandono da tradicional neutralidade.

Comissário contra tabaqueiras

O comissário europeu para a Saúde e a Protecção dos Consumidores, David Byrne, saudou a condenação da tabaqueira Philip Morris em Los Angeles, Califórnia, e espera que tais veredictos façam escola na União Europeia. Um júri de Los Angeles condenou na semana passada a tabaqueira norte-americana Philip Morris a pagar três mil milhões de dólares (660 milhões de contos) a um fumador de 56 anos que padece de cancro. Esta decisão é a mais pesada aplicada até hoje contra uma tabaqueira na sequência de uma queixa em nome individual.

UE retoma negociações com China

A União Europeia vai retomar, em breve, as negociações com a China para ultrapassar os pontos de divergência que subsistem em relação à adesão da República chinesa à Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse sentido, o Comissário Europeu para o Comércio, Pascal Lamy, encontrou-se com o ministro chinês do Comércio, Shi Guangsheng, marcando para 28 de Junho uma reunião do grupo de trabalho para preparar a adesão da China. No sábado, os Estados Unidos e a China anunciaram que tinham chegado a um acordo sobre a adesão à OMC, que, segundo o representante norte-americano para o comércio, Robert Zoellick, poderá acontecer ainda este ano.



A contestação ao Tratado de Nice começou desde a primeira hora pelos trabalhadores e forças de esquerda (na foto, a delegação da CGTP-IN na manifestação de 6 de Dezembro de 2000)

Irlanda rejeita Tratado de Nice Ferido de morte

O Não irlandês ao tratado de Nice apanhou de surpresa os líderes da União Europeia que buscam agora uma saída para o impasse gerado.

A vitória do Não vem suspender para já o polémico tratado de Nice, concluído na cimeira de chefes de estado e de governo dos Quinze que, no passado mês de Dezembro, encerrou a presidência francesa da União Europeia. Igualmente congelado fica por enquanto o processo de alargamento da UE — um dos objectivos da reforma institucional de Nice.

Dada a dimensão das consequências, não surpreende que os responsáveis europeus tenham ficado atónitos que uma maioria de eleitores de um pequeno país tenha tido a ousadia (segundo alguns terá sido mesmo uma demonstração de «egóismo»), de pôr em causa um projecto que abrange 490 milhões de europeus, contando aqui com as populações dos 12 países candidatos. Tanto mais que, asseguram a despropósito, a Irlanda tem sido um dos países mais

beneficiados com a integração europeia.

Também o facto de se ter registado uma grande abstenção foi aproveitado, nomeadamente pelo primeiro-ministro português, António Guterres, para defender a repetição da consulta, evocando o episódio dinamarquês quando, em 1992, um referendo rejeitou o Tratado de Maastricht.

Mas se é verdade que apenas 34 em cada 100 irlandeses com direito voto acorreram às urnas, na passada sexta-feira, não é menos certo que mais de 54 por cento (529.478) se manifestaram contra Nice, enquanto apenas 46 por cento (453.461) se pronunciaram favoravelmente. A legitimidade democrática do resultado é inquestionável e estes números apenas evidenciam a vitória folgada do Não, o que desaconselha novo referendo pelo menos enquanto

não se alterarem as disposições contestadas.

De resto, recorde-se que os dinamarqueses só aprovaram, à segunda vez, em 1993, o Tratado de Maastricht, depois de ter ficado claro que o país não incorporava a moeda única nem a política judicial e policial.

Sem soluções à vista

Porém, no caso presente, a campanha pelo Não, conduzida sobretudo pelos partidos Sinn Féin e Verdes, insistiu no facto de que, aderindo ao tratado, o país perderia o estatuto de nação neutral uma vez que Nice prevê a criação do pilar europeu de defesa e de uma força militar de reacção rápida. Para além desta questão, alertaram para o défice democrático provocado pela reforma das instituições, como por exemplo, a adop-

ção das decisões por maioria qualificada e a eliminação do direito de um estado vetar matérias que sejam contrárias ao interesse nacional.

Sem a Irlanda, o Tratado de Nice não poderá ser ratificado

Ou seja, não se trata aqui de pormenores mas sim da orientação federal do processo de integração europeia, que reforça o poder dos países grandes à custa dos pequenos, sob o pretexto da necessidade de governabilidade de uma Europa alargada.

Compreende-se assim que a actual presidência sueca, através da ministra dos Negócios Estrangeiros, Anna Lindh, apesar de ter afastado a hipótese de revisão do Tratado, o qual como notou «já foi ratificado por alguns países», não tenha sido capaz de adiantar uma solução para o imbróglio jurídico.

Sem respostas concretas foi também como terminou o Conselho de ministros dos Negócios Estrangeiros, reunido na segunda-feira no Luxemburgo. A declaração final expressa a vontade de prosseguir o processo de ratificação do Tratado, bem como, na sua base, as negociações de adesão dos países candidatos, mas não diz como é que vai conseguir ultrapassar o chumbo irlandês.

Embora todas as declarações tenham excluído a reabertura do Tratado, ninguém tem ilusões de que será preciso chegar, quanto antes, a um compromisso que permita ao governo irlandês obter o Sim num novo referendo.

O ministro espanhol dos Assuntos Exteriores foi um dos poucos a sugerir que a Irlanda possa ficar de fora da política de defesa europeia, dado que «historicamente é um país neutral». Resta saber se esta condição satisfará os irlandeses.

Cinema europeu em queda

A percentagem de produções europeias em exibição nas salas de cinema da União voltou a cair passando de 29,5 por cento, em 1999, para 22,5 por cento, em 2000. Os nove filmes com maior sucesso de bilheteira nos 15 países da UE, no ano passado, foram produções norte-americanas. O filme «O Gladiador» foi o mais visto (24 milhões de espectadores), seguindo-se «Toy Story 2» (23,75 milhões) e «Beleza americana» (21,4 milhões). Nesta lista, o primeiro filme europeu surge apenas em 12.º lugar. Trata-se da produção francesa «Taxi 2» (11,3 milhões de espectadores). Em contrapartida, o número de frequentadores das salas de cinema da União Europeia continuou a aumentar no ano passado, atingindo 844 milhões de espectadores, ou seja, 4,4 por cento mais do que em 1999. Segundo o Instituto de Informação Audiovisual, de Estrasburgo, a Irlanda foi onde se verificou um aumento maior, com 19,5 por cento, sendo a Dinamarca o único país que teve uma diminuição de dois por cento.

Cabo Verde renova acordo de pescas

Cabo Verde e a União Europeia assinaram um novo acordo de pescas para três anos, depois de vários meses de negociações. O novo convénio, concluído na passada semana, vigora entre o próximo dia 1 de Julho e 30 de Junho de 2004 e substitui o anterior que expirou em Setembro de 2000.

As novas condições prevêm o aumento de possibilidades de pescas, principalmente de atum e peixe de águas profundas, beneficiando os barcos portugueses, espanhóis e franceses que ali operam. A contribuição financeira da União Europeia foi igualmente revista, sendo fixada em 2,04 milhões de euros (408 mil contos) para todo o período de vigência do acordo, o que representa um aumento de cerca de 30 por cento face ao anterior acordo.

Programa ambiental

O Conselho de ministros do Ambiente realizado no Luxemburgo aprovou o 6.º Programa Comunitário de Acção em matéria de ambiente até 2010, que consagra o princípio da revisão dos Fundos Comunitários à luz dos objectivos traçados. Para o secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Pedro Silva Pereira, em declarações à Agência Lusa, este programa permite a Portugal o «reforço do financiamento comunitário das operações de requalificação urbana e o reforço das verbas para financiar a Rede Natura», prevendo ainda a reorientação dos fundos para financiar políticas agrícolas favoráveis à biodiversidade.

Condenada orientação federal e militarista

Numa nota do Gabinete de Imprensa, o PCP considera que «o NÃO dos irlandeses no Referendo ao Tratado de Nice significa, antes de mais, a sua oposição à militarização da União Europeia e pela manutenção do estatuto neutral em matéria de política de defesa da República da Irlanda. É também um NÃO contra o actual processo de aprofundamento da orientação federal da União Europeia e pela defesa da soberania nacional de cada Estado, nomeadamente quanto à preservação do direito de veto de um Estado ao nível do Conselho».

Os comunistas, que divulgaram a sua posição no passado sábado, entendem ainda que «o elevado nível de abstenção revela o quão longe dos interesses efectivos das populações está a União Europeia e as políticas que realiza».

Por outro lado, vêem neste resultado «um aviso para aqueles que, em Portugal, tomam

decisões e procuram acelerar novos e gravosos passos de integração de orientação federal mesmo antes do Tratado de Nice ter sido ratificado pela Assembleia da República numa evidente secundarização do seu papel. Sem que se tenha realizado um profundo e participado debate nacional sobre as suas consequências e simultaneamente sobre o balanço de 15 anos de participação de Portugal na CEE/UE, sob a direcção dos governos PS e PSD».

Realçando o «grande significado político» deste referendo, o PCP sublinha que ele «demonstra que é possível um outro rumo para a Europa, que negue o actual processo de integração neoliberal, militarista e federal. Um novo rumo alicerçado no respeito pela cooperação entre estados soberanos e iguais, na promoção da paz e na resposta às efectivas necessidades dos povos».

Tribunal belga condena ruandeses...

Um tribunal da Bélgica declarou culpados de genocídio duas freiras beneditinas, um professor universitário e um ex-funcionário do governo do Ruanda, todos de nacionalidade ruandesa. Segundo o tribunal, ficou provado que os quatro réus participaram na morte de sete mil pessoas que procuraram refúgio no convento de Sovu, no Sul do Ruanda, durante o genocídio de 1994. Estima-se que nesse período os hutus terão massacrado cerca de um milhão de pessoas, entre a etnia tutsi e os hutus moderados. O julgamento foi feito com base numa lei aprovada em 1993, que permite à Bélgica processar e condenar acusados de crime de guerra, independentemente da sua nacionalidade e do país onde os crimes foram cometidos.

... e pode julgar Ariel Sharon

Também o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, poderá cair sob a alçada da legislação belga. Segundo uma notícia do diário espanhol *El País*, de quinta-feira passada, um juiz instrutor aceitou uma das acções interpostas por um grupo de pessoas que quer ver Sharon no banco dos réus por crimes contra a humanidade. O grupo, integrando belgas, palestinianos, libaneses e marroquinos, fundamenta a queixa no massacre ocorrido no Líbano em 1982, quando soldados israelitas atacaram os campos de refugiados palestinianos de Sabra e Chatila, provocando cerca de 2000 mortos. Uma comissão oficial de investigação responsabilizou indirectamente Ariel Sharon, então ministro da Defesa, pela matança, forçando-o a demitir-se.

Ordem de captura contra Stroessner

Procurado pela Justiça está também o antigo ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner, exilado no Brasil desde 1989. Uma queixa apresentada pelo advogado Rodolfo Asseretto levou o juiz Carlos Escobar a pedir às autoridades brasileiras a extradição de Stroessner. O ditador é acusado da morte, por tortura, dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, ocorrida em Setembro de 1976. Segundo a acusação, ambos «foram torturados selvaticamente durante quase um mês e permaneceram presos até 21 de Setembro, data em que foram executados com alevosia». Os crimes imputados a Stroessner não prescrevem.

Carlos Menem preso

O ex-presidente da Argentina, Carlos Menem, foi preso quinta-feira passada acusado de tráfico ilegal de armas para o Equador e a Croácia. Por ter mais de 70 anos, Menem tem direito a ficar em prisão domiciliária. Dois altos funcionários da administração de Menem (de 1989 a 1999) e um ex-chefe do Exército, o general na reforma Martín Balza, estão igualmente presos por envolvimento no tráfico de armas.

O lema do capitalismo a nível mundial continua a ser «os trabalhadores que paguem a crise»

Despedir para poupar

A desaceleração da economia norte-americana continua a fazer-se sentir no mercado de trabalho. Despedimentos e reformas antecipadas estão na ordem do dia.

A fabricante norte-americana de equipamento de telecomunicações Lucent Technologies vai propor um plano de reforma antecipada a 15 mil dos seus funcionários, anunciou a semana passada o *Wall Street Journal*.

A decisão foi tomada após terem fracassado as negociações para a fusão da Lucent com a francesa Alcatel. A empresa, que conta com 104 000 trabalhadores, havia anunciado em Janeiro um plano para a redução de 10 000 postos de trabalho até 31 de Julho, 2000 dos quais foram já liquidados até 31 de Março último.

O plano divulgado foi entregue aos trabalhadores elegíveis para reforma (mais de 15 anos na empresa), ou perto dela, no dia 11 Junho, tendo os funcionários um mês para aceitá-lo. A empresa escusou-se a revelar se irá proceder a dispensas forçadas caso o número de funcionários que aceite o plano não seja suficiente.

Segundo os especialistas, se metade dos trabalhadores aceitarem a proposta de reforma antecipada a Lucent conseguirá poupar 100 milhões de dólares por ano.

Despedimentos na Swissair...

A transportadora aérea suíça *Swissair* prevê economizar 322,6 milhões de euros até ao final do ano através de um plano de reorganização de estruturas internas e redução de pessoal que está a levar a cabo.

O objectivo é o restabelecimento económico do grupo, pelo que a redução da sua

força de trabalho é apresentada como «inevitável». Uma das principais medidas da transportadora consiste na simplificação de hierarquias e de estruturas complexas.

... na Daewoo...

A *Daewoo Motor Poland* anunciou na passada semana o despedimento de 800 dos 2900 trabalhadores da sua unidade de utilitários em Lublin (Leste da Polónia), que deverá ser comprada pelo grupo polaco Pol-Mot Holding SA.

Estes despedimentos juntam-se à supressão, já anunciada no início do ano, de 900 postos na mesma unidade.

... e na Nasdaq

O mercado norte-americano *Nasdaq*, cujo volume e notoriedade aumentaram fortemente durante o «boom» no sector da tecnologia em 1999 e início de 2000, comunicou aos seus empregados que se devem preparar para despedimentos.

Os despedimentos incidirão sobre 5 por cento dos trabalhadores, o que corresponde a um número compreendido entre 60 e 70 pessoas. O *Nasdaq* anunciou a redução de pessoal num e-mail enviado aos cerca de 1400 trabalhadores daquele mercado electrónico.

Segundo um porta voz da empresa, «a diminuição nas comissões de emissão é um factor determinante nesta decisão, uma vez que a redução de pessoal ajudará a melhorar a eficiência interna».

Militares da Renamo condenados a 20 anos de prisão

O tribunal provincial de Pemba, província de Cabo Delgado, em Moçambique, condenou na passada semana a 20 anos de prisão cada um dos cinco militares da Renamo responsáveis pela organização da manifestação antigovernamental realizada em Montepuez, a 9 de Novembro de 2000.

Além dos 20 anos de prisão, o responsável máximo pela organização da manifestação, Secundino Cinquenta, e os outros quatro militantes do maior partido da oposição do país, João Katae, Rodrigo Bacar, Latifo Alino e José dos Santos Pintainho, foram condenados a pagar indemnizações às famílias dos sete polícias mortos no decorrer dos confrontos.

As manifestações da Renamo em Montepuez estiveram na origem da morte de 21 civis e sete polícias moçambicanos. No

total, em todo o país, pelo menos 42 pessoas morreram nos confrontos entre manifestantes e a polícia durante as referidas marchas antigovernamentais.

A pena de 20 anos de prisão corresponde ao cúmulo jurídico dos crimes provados, nomeadamente rebelião armada, libertação de presos, tomada de instituições públicas, posse ilegal de armas de fogo e desobediência qualificada.

No processo estiveram ainda envolvidos seis outros militantes da Renamo, quatro dos quais foram condenados a três meses de prisão por desobediência qualificada, e dois saíram em liberdade por insuficiência de provas. Os quatro militantes condenados saíram também em liberdade por terem cumprido em prisão preventiva a pena a que foram condenados.



Em Abril foram despedidos nos EUA 223 mil trabalhadores

Empresas «ponto.com» em queda nos EUA

Só no mês de Maio desapareceram, nos EUA, 54 empresas «ponto.com», elevando para 493 o total de firmas de negócios pela Internet encerradas desde Janeiro de 2000. Segundo a *Webmatters.com*, sediada em S. Francisco, nos primeiros cinco meses deste ano encerraram 269 dessas empresas, ou seja, 55 por cento. Na origem da maioria dos problemas económicos estará a desaceleração do mercado publicitário.

A queda das «ponto.com», registada tanto em empresas viradas para os consumidores como nas especializadas em negócios entre empresas, foi mais rápida do que o esperado pelos especialistas do sector. De acordo com a *Webmatters.com*, quem está a lucrar com a situação são os grandes grupos, que estão a adquirir as pequenas empresas em dificuldades.

Investimento em alta

O investimento na Internet continua de resto de vento em popa, embora só para alguns.

Governo italiano toma posse

O novo governo italiano, liderado por Silvio Berlusconi, tomou posse no domingo. O executivo, de 25 membros - apenas duas mulheres -, tem como vice-presidente Gianfranco Fini, o neofascista que preside à Aliança Nacional (AN), a segunda maior força da coligação de direita Casa das Liberdades que venceu as legislativas de 13 de Maio último.

Fini, de 49 anos, aderiu ao Movimento Social Italiano (MSI, fascista) aos 17 anos, e nunca escondeu a sua admiração pelo ditador Benito Mussolini, na sua opinião «o maior homem de Estado do século XX». Em

1987, Fini ainda prometia «construir o fascismo em 2000».

Na sua breve passagem pelo efémero primeiro governo de Berlusconi, em 1994, Fini apresentou-se com uma linguagem mais moderada, liderando a AN, a que chama «direita moderna, democrática, nacional e social». O novo elenco governamental integra ainda 10 elementos da Força Itália (de Berlusconi), cinco da Aliança Nacional, três da Liga do Norte, de Umberto Bossi, cinco independentes e dois democratas-cristãos.

A escolha de Umberto Bossi - da separatista Liga do

Norte - para ministro da Reforma e Descentralização, a quem cabe levar a cabo modificações institucionais, é outro dos aspectos inquietantes do elenco governativo.

Berlusconi, o homem mais rico de Itália, que construiu o seu império à sombra do Partido Socialista de Bettino Craxi, e que enfrenta ainda na Justiça processos por corrupção e evasão fiscal, diz-se «bastante satisfeito» por ter reunido «uma excelente equipa de governo que poderá cumprir as promessas feitas aos italianos, garantir a inovação, a liberdade e o bem-estar de todos».

Khatami reeleito presidente no Irão

O presidente iraniano, Mohamed Khatami, considerou este sábado a sua reeleição «uma vitória da democracia e da liberdade», noticiou a agência iraniana IRNA, citada pela Lusa.

Contados os votos, Khatami obteve 76,9 por cento dos votos expressos, isto é, 21 656 476 dos 28 159 289 votos, anunciou o Departamento Eleitoral do Ministério do Interior.

O resultado eleitoral de Khatami ultrapassa em 9 por

cento o que tinha alcançado no últimas eleições, quando foi eleito por 68 por cento dos sufrágios. Khatami, 57 anos, foi assim reeleito Presidente da República Islâmica à primeira volta, apesar de a participação nestas eleições ter sido ligeiramente menor que em 1997.

«O povo procurou alcançar um adequado modelo de sociedade fundada na moral e nos valores religiosos conjugado com a liberdade e a democra-

cia», disse. «Esta é a verdadeira vitória e não me será certamente fácil honrar esta divida», concluiu. Entretanto, Moscovo já reagiu à reeleição de Khatami considerando que ela é um apoio à política reformista do Presidente. Segundo um despacho da agência noticiosa ITAR-TASS, o Ministério dos Negócios Estrangeiros russo considera que esta vitória «exprime um largo apoio às reformas em curso» no Irão.

Bush na Europa

Política dos EUA contestada

O périplo europeu de Bush, ontem iniciado em Espanha, está a suscitar fortes protestos contra a política dos EUA, considerada uma ameaça para o planeta.

«Não à mundialização, sim ao ambiente» foi uma das palavras de ordem mais gritadas pelos milhares de manifestantes (mais de três mil segundo a polícia, 25 000 de acordo com os organizadores) que domingo desfilarão nas ruas do centro de Madrid, da Praça de Espanha à célebre Puerta del Sol.

A manifestação contra a globalização, organizada pela Izquierda Unida (IU) e por numerosas organizações, decorreu sem incidentes,

apesar do forte dispositivo policial deslocado para o local.

«É preciso dizer a Bush que ele não é o xerife do mundo ou da globalização e que não tem o direito de pôr em perigo o planeta nem economicamente, nem socialmente, nem ao nível do ambiente», afirmou Gaspar Llamazares, coordenador de IU, que também criticou «a atitude servil de José Maria Aznar (primeiro-ministro espanhol), que quer ser o principal adjunto de xerife na Europa em troca de um cargo num organismo internacional».

Na Puerta del Sol, Adolfo Jiménez, presidente do Comité de Empresa da Sintel, cujos empregados não recebem salários há cinco meses e que acampam no centro de Madrid, leu um comunicado em nome dos promotores do protesto e apelou à participação na manifestação marcada para ontem junto à embaixada norte-americana em Madrid.

Depois de Espanha, o presidente dos EUA visitará a Bélgica, Suécia, Polónia e Eslovénia.

Arrogância da Casa Branca

Os protestos europeus não impressionam a administração norte-americana. Na véspera da partida de Bush para a Europa, o secretário-geral da Casa Branca, Andrew Card, não hesitou em afirmar à cadeia de televisão Fox que os europeus são «mais guiados pela emoção que pela ciência», pelas críticas que fazem à recusa de



Bush em aceitar o protocolo de Kyoto, ao sistema de defesa antimísseis e à pena de morte nos EUA.

Os europeus, afirmou Card, citado pela Lusa, «dedicam-se a um joguinho», porque o «protocolo de Kyoto é em si próprio um malogro», que «nenhum país europeu ratificou» e de que a China, segundo poluidor mundial de CO₂, está excluída.

O facto de os EUA, com apenas cinco por cento da população mundial, serem responsáveis por um quarto das emissões de CO₂ para a atmosfera, parece

ser totalmente irrelevante para o responsável da Casa Branca.

Divergências nos EUA

No dizer de Andrew Card, o presidente Bush «quer uma política responsável, baseada na ciência e não na emoção», pelo que advoga a instalação de um sistema voluntarista para a redução dos gases com efeito de estufa e incitações para respeitar estas normas, ao invés da fixação de quotas por países, como previsto no protocolo de Kyoto.

Esta posição é confirmada pelo *Washington Post* de domingo, onde se afirma que Bush deverá propor o financiamento de novos estudos científicos, bem como uma participação sem reservas dos Estados Unidos nas negociações sobre o clima, em Julho, em Bona, mas continuará a opor-se a controlos obrigatórios. Segundo o jornal, o presidente apoiou o seu vice-presidente, Dick Cheney, contra o secretário de Estado, Colin Powell, e a ministra do Ambiente, Christine Todd Whitman, que defendiam a fixação de objectivos obrigatórios e o início de discussões com a indústria norte-americana.

O novo chefe da maioria democrata no Senado, Tom Daschle, não teve qualquer dificuldade em prever que os europeus «não vão apreciar esta mensagem», como disse à cadeia de televisão CBS. «Para sermos sérios, temos que estudar os meios de tratar a questão de maneira obrigatória, e não voluntária. Experimentámos as opções voluntárias, e falharam», sublinhou Daschle, fazendo notar que uma atitude «demasiado dogmática» afectará as relações com os aliados europeus.

Democratas controlam o Senado

O partido de oposição democrata tomou oficialmente o controlo do Senado norte-americano, na passada semana, após o senador republicano James Jeffords ter abandonado as fileiras do seu partido por julgá-lo muito conservador.

Ainda que a mudança de poderes dê aos democratas a presidência da maioria das comissões, a relação de forças nesta câmara será muito equilibrada (50-49). Por isso, Tom Daschle, presidente da Câmara norte-americana, admitiu que «os senadores indecisos desempenharão um papel crucial como na aprovação do mês passado do plano fiscal do presidente George W. Bush para reduzir os impostos em 1,35 trilhões de dólares ao longo de 10 anos».

Entretanto, a maioria do Senado prometeu não bloquear a agenda de Bush, mas disseram que tratarão de impulsionar as propostas democratas para a educação e saúde, entre outros temas.

Discriminação eleitoral

Os jornais dos Estados Unidos tiveram acesso na passada semana a um relatório de uma comissão de direitos humanos que analisou o processo eleitoral de 2000 na Flórida. O documento afirma que foram detectadas formas de discriminação contra minorias e deficientes físicos.

A investigação verificou, por exemplo, que 54 por cento dos votos rejeitados durante as eleições na Flórida — estado que definiu a vitória de George W. Bush na corrida presidencial — eram de eleitores negros, sendo que estes correspondem a 11 por cento do eleitorado do estado. Os eleitores de origem latino-americana ou haitiana não receberam as cédulas de voto na sua língua materna, e vários obstáculos impediram o acesso a deficientes físicos às zonas eleitorais.

A comissão realizou três dias de audiências, entrevistou 100 testemunhas e analisou 118 mil documentos.

Não às eleições, disseram 17 milhões

Manoel de Lencastre

A esperada vitória de Tony Blair nas eleições gerais britânicas da passada quinta-feira confirmou-se, mas em condições que não deixaram ao primeiro-ministro margem para grandes celebrações. Recordamos as cenas que tiveram lugar em Downing Street no dia seguinte ao triunfo de 1997, quando o país imaginava conseguir as transformações que se impunham após vinte anos de governos conservadores. Desta vez, Blair preferiu mostrar-se mais sóbrio. Não lhe escapa a convicção de que o mandato agora recebido é o último que o povo britânico lhe concede se acaso não cumprir o rosário de promessas que já tinha apresentado há quatro anos. A posição dos partidos na Câmara dos Comuns ficou assim distribuída: Trabalhistas, 413 lugares; Conservadores, 166; Liberais-Democratas, 52; SNP (Partido Nacionalista Escocês), 5; Plaid Cymru (Partido Nacionalista Galês), 4; outros, incluindo deputados da Irlanda do Norte, 12. O número de votantes foi de 26 025 797, o que equivale a, apenas, 59,3% do eleitorado. Pode dizer-se, portanto, que Tony Blair se viu

(Harold Wilson), com 37 por cento dos votos, tida como a de mais baixa percentagem nos tempos modernos, representou um mandato mais significativo do que o de Blair, agora. Wilson, naquela eleição, conseguiu 11 639 000 votos. Neil Kinnock, derrotado em 1992, também contou mais votos - 11 560 000.

A percentagem de eleitores que decidiram ir às urnas foi a mais baixa desde 1918 e mostrou-se particularmente ténue em circunscrições de voto seguro para os trabalhistas. Na região de Merseyside (Liverpool), uma das de mais baixo nível de vida, os votantes não foram além de 30 por cento dos inscritos. Na circunscrição do primeiro-ministro, quatro em cada dez votantes abstiveram-se.

Tornou-se interessante mas politicamente indecifrável, a decisão do primeiro-ministro de transferir Robin Cook do lugar de secretário do «Foreign Office» para o de «leader» dos Comuns. Cook aderira, com Blair, ao festim do capitalismo desde que a URSS desapareceu. No «Foreign Office» tinha-se mostrado um dos políticos britânicos mais agressivos e

provocadores na defesa da adesão da Grã-Bretanha ao Euro e das campanhas da NATO contra a Sérvia e, na generalidade, contra a Jugoslávia. Cook era um pilar da política do secretário-geral da NATO, George Robertson, e do «ministro dos Estrangeiros» da União Europeia, Javier Solana.

Hague vai para os privados

No campo conservador, esta derrota levou à demissão de William Hague do cargo de «leader». Fê-lo a conselho da esposa, a bela e radiante Ffion, que deseja vê-lo ao serviço dos grandes negócios.

Nunca se tinha visto um tão largo apoio da imprensa britânica a um primeiro-ministro trabalhista.

A tradição e o

inevitável alinhamento em termos de classe costumavam colocar a «imprensa livre» invariavelmente ao lado dos «tories». Agora, porém, dado que os trabalhistas também se apresentam ao eleitorado conduzidos por um político de estilo «thatcherista», grandes nomes da imprensa mais circunspecta (*The Times*, *The Guardian*, *The Independent*), não hesitaram em aconselhar os seus leitores ao voto em Blair. Naturalmente, «*The Financial Times*» e «*The Daily Telegraph*» não mudaram de campo e continuaram a apoiar o partido a que, genuinamente, pertencem, o dos «tories». Um jornal diário como o «*Morning Star*» (comunista) não podia fazer outra coisa senão apoiar os trabalhistas mas denunciando o «*New Labour*» como favorável ao capitalismo e ao patronato. O lixo dos tablóides fez sempre campanha pelos conservadores.



reconduzido com a

mais baixa percentagem de sufrágios desde 1928. Os trabalhistas, com efeito, mantêm o poder com menos votos (10 740 168) do que qualquer outro partido vencedor desde aquele ano. As abstenções foram em número jamais visto.

Nada menos de 17 milhões de eleitores recusaram o seu voto aos partidos e ao sistema da democracia no capitalismo - pessoas que se recusaram a participar no acto de eleger um parlamento dando lugar a um novo governo e disseram «Não!» aos políticos e aos partidos que enganam o povo, que o subestimam, que pretendem adormecê-lo para que a exploração dos capitalistas prossiga e se accentue. O número de abstenções, assim, foi superior à soma dos votos obtidos pelos trabalhistas e pelos liberais-democratas, conjuntamente. Mesmo a vitória trabalhista de 1974



• António
Topa

Agora somos europeus

«Coragem, Portugueses, só vos faltam as qualidades» (José de Almada-Negreiros)

Descobrimos o caminho marítimo para a Índia, achámos o Brasil, cometemos patifarias e também distribuímos alguns carinhos, ali e acolá.

Ao que parece, agora somos bons alunos da União Europeia. Só falta esperar pela factura, a acrescentar às muitas que ainda temos por pagar, nomeadamente a de quarenta e oito anos de bico calado e, sobretudo, da espinha vergada, de tal forma que até nos custou acreditar que Maio foi em Abril.

Durante este tempo todo nem sequer nos apercebemos dos anónimos – como sempre, aqueles que da história apenas lhe conhecem o gosto amargo, como também no tempo das caravelas. Cabe perguntar: foi só o ilustre Vasco da Gama que ia ao leme? Ia sozinho o não menos ilustre Pedro Álvares Cabral? Quem ia no porão? Quem perdeu os dentes com o escorbuto? E quem nas margens aonde se chegou pagou com o escárnio e a morte o sorriso e as mãos abertas que estendeu a quem chegava?

Cinco séculos passados não houve ainda nenhum Fernão Lopes que parisse um texto sobre o descobrimento do caminho para a emigração. Ninguém que comparasse – nos anos sessenta – Austerlitz com Auschwitz, mesmo se a comparação é ousada.

Deixemos de lado os pormenores, os epifenómenos, pensam e sempre pensaram muitos, os ilustres e até mesmo os anónimos e simples, afirmando altaneiros: já não somos emigrantes, agora somos europeus. (Alto e pára o baile: mas então onde está o brio Lusitano, ao que parece herança de Viriato?)

Ao que consta, em França parece que somos quase um milhão dos chamados portugueses de gema, de Monção até à Ponta de Sagres, sem falar naqueles a quem recentemente se passaram a chamar luso-descendentes, nem naqueles que, no tempo dantes e porque não tinham escolha, porque colonizados, são agora tão lusitanos como vossa excelência e eu.

Mas não somos só este milhão de patriotas. Para nos ajudar a melhor sermos dóceis, temos nada mais nada menos do que 3 embaixadas, com os seus respectivos embaixadores, esposas e pessoal doméstico, todos a ganhar apenas os salários mínimos nacionais, ou seja, o de Portugal e o da França, não em escudos, claro, mas em dólares! (Quero ver se, em 2002, será em euros.)

(Ressalva: o pessoal doméstico e os outros ao serviço dos donos do MNE não beneficia do mesmo privilégio, mas tem um muito maior: calar-se e, sobretudo, não pensar.)

Para além dos embaixadores, há ainda que acrescentar os respectivos adidos e conselheiros, sem esquecer os respeitáveis cônjuges, eventual pessoal às ordens, ajudas de custo, viaturas oficiais, subsídio de alojamento, normalmente em zonas próximas dos antigos bairros de lata onde centenas de milhar de portugueses passaram inolvidáveis dias de lazer, como foi o caso em Champigny e Saint-Denis.

Temos também 17 consulados e respectivos cônsules sempre atentos e activos, defendendo com unhas e dentes e não raramente com talento, não os reais interesses da comunidade – «inculta e cheirando a sardinha» – mas sim as directivas dum Ministério que muitos conhecidos responsáveis políticos, alguns de renome internacional, qualificam como «citadela», «ninho de víboras» e outros apupos... sem no entanto terem mexido o mais pequenino dos dedos para que o ar de Abril penetrasse no Palácio das Necessidades.

Temos finalmente um secretário de Estado das Comunidades Portuguesas que até criou (panem et circenses?) um Conselho das Comunidades Portuguesas eleito por sufrágio universal. O resultado está à vista: total desrespeito pelo sufrágio universal, porque não interessava ao então secretário de Estado que agora brilha como ministro dos Desportos; desrespeito pelas decisões dos tribunais portugueses; mas sobretudo um total desrespeito pelo conjunto da comunidade portuguesa de França que está farta de promessas e quer actos concretos.

Mas se temos isto tudo, de que nos poderemos queixar, a não ser relembrar as palavras do soldado n.º 72 do Corpo Académico dos Bravos do Mindelo, ele também exilado em França: «Se na nossa cidade há muito quem troque o B pelo V, há muito pouco quem troque a honra pela infâmia e a liberdade pela servidão.»

Moralidade: decorar e meditar sobre o que nos disseram José de Almada-Negreiros e António de Almeida Garrett.

Até à próxima.

Um documentário oportuno

Processo-crime

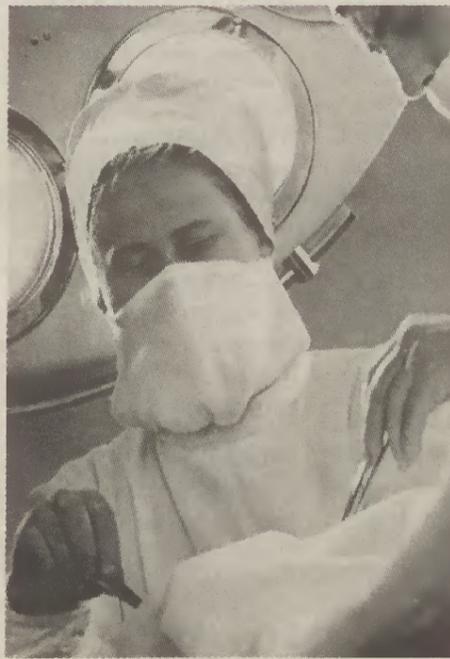
141/53

• Glória
Marreiros

Por iniciativa do Núcleo de Lagos do Movimento Democrático de Mulheres, foi exibido no dia 5 de Maio o documentário «Processo-Crime 141/53», no salão comum das juntas de freguesia de São Sebastião e de Santa Maria.

«Processo-Crime 141/53», pela objectiva da realizadora Susana de Sousa Dias, com música de seu irmão António de Sousa Dias é, de facto, um documentário (porque documenta) e também um trabalho de amor e de respeito que respira uma intenção pedagógica.

O filme passa-se nos anos 50. Um anómalo decreto proíbe as mulheres casadas de exercerem enfermagem nos hospitais do Estado. Doze enfermeiras do Hospital Júlio de Matos são expulsas por terem casado. Isaura e Hortênsia são irmãs e ambas enfermeiras. Isaura protesta e é presa. Depois segue-se a prisão da irmã. Em Caxias vivem o isolamento, os castigos e as celas comuns onde encontram outros dramas. É patente no filme a marca deixada nestas duas mulheres que, 48 anos depois, mantendo a mesma postura íntegra da juventude, relatam as suas experiências com tão sentida vivacidade como se tudo se tivesse passado ontem. Razões de sobra para a nossa entrevista com a realizadora.



História do Estado Novo

GM – Sei que não é o teu primeiro filme; apesar disso, não posso deixar de me espantar com a sua maturidade e com o teu olhar profissional.

Susana – Efectivamente não é o meu primeiro filme, embora em certos aspectos o possa considerar como sendo. Todos os outros filmes, documentários, resultaram de propostas, se bem que os argumentos fossem da minha autoria. Este, pelo contrário, nasce de um projecto original que teve como ponto de partida um trabalho de Mestrado feito pela minha mãe Maria Helena Sousa Dias sobre o problema das enfermeiras no Estado Novo que, curiosamente, teve conhecimento deste caso por uma entrevista, feita pela Glória Marreiros à Isaura Borges Coelho, saída na Revista Mulheres.

GM – Fico muito sensibilizada com a referência. Vi o teu filme «Uma Época de Ouro – Cinema Português 1930-45» que também é um documentário sobre o tempo do fascismo. Tinhas apenas 12 anos quando se

deu o 25 de Abril. Pergunto: por que te interessas tanto por esses anos sombrios que outros pretendem branquear?

Susana – Quando realizei «Uma Época de Ouro – Cinema Português 1930-45», optei por fazer uma leitura do cinema deste período na sua relação estreita com o Estado Novo, tratando a questão da simbólica do poder e desmistificando algumas das «inocentes» comédias áureas, que são vistas sempre sem uma contextualização política. «Processo-Crime 141/53» partiu da minha vontade de continuar a trabalhar sobre o Estado Novo.

GM – Além da denúncia, o teu filme tem uma mensagem de sinal positivo. Queres falar nisso?

Susana – Verifiquei que muita gente já adulta, nos anos 50, ignorava que tinha existido um decreto-lei que impossibilitava as mulheres casadas e às viúvas com filhos de exercerem enfermagem hospitalar. Mesmo as próprias enfermeiras ao ingressarem na profissão desconheciam tal decreto. E, se o primeiro factor que me atraiu no projecto foi o de perscrutar as razões que estariam na origem desta lei absurda e única no panorama das ditaduras europeias da época, o que acabou por emergir foi a história de Isaura – e claro, num outro plano, uma das questões essenciais da nossa existência: a Liberdade; nesse sentido, evidentemente que há uma mensagem.

GM – Para terminar, gostaria que nos falasses sobre o teu trabalho de pesquisa, ao qual faço uma vénia.

Susana – Realizei, de facto, uma pesquisa exaustiva nos arquivos da Torre do Tombo e nos arquivos da PIDE. É absolutamente devastador ler os processos, e de facto só quem ignora totalmente o que é um processo da PIDE – não estou a falar de informações com meia dúzia de páginas estou a falar de processo-crime com centenas de páginas – é que não compreende do que estou a falar. A Hortênsia Campos de Lima, quando o filme foi apresentado, disse que só depois de ler os processos, dela e do marido, é que percebeu quanto a PIDE lhe tinha tirado da vida. Repare bem, uma mulher que foi presa mais do que uma vez, uma das vezes com as próprias filhas, cuja irmã e cunhado foram presos, cujo marido perseguido teve que se exilar, ela própria esteve exilada, em Paris, 12 anos, e só depois de ler os processos é que compreende o verdadeiro alcance que a PIDE teve na sua vida... Isto é terrível e vai muito além do conhecimento factual das coisas. É por isso que considero o cinema o meio por excelência de trazer à luz certos acontecimentos – não ditos, não mostrados e muitas vezes não escritos – sobretudo no que diz respeito às mulheres, daí que eu esteja a trabalhar, neste momento, numa série de ideias, que espero muito em breve vir a concretizar, que vêm na sequência deste projecto e das conversas que tenho mantido com algumas pessoas que a ele estiveram ligadas.

A propósito de uma

«Moção de censura»

ao presidente da Câmara Municipal de Loures

• Manuel Veiga

Para além das competências previstas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o presidente da Assembleia Municipal tem a importante missão institucional, conferida pelo art. 14, n.º 2, do Código de Procedimento Administrativo, de «assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações» do órgão a que preside.

Esta importante função implica, naturalmente, o conhecimento elementar das regras de funcionamento dos órgãos colegiais, mas sobretudo requer preocupações de rigor, equilíbrio e bom senso, no sentido do presidente poder ser, sobretudo, factor de unidade e de representatividade de todos os elementos.

Vêm estas considerações a propósito do recente debate e votação na Assembleia Municipal de uma «moção de censura à Câmara pelo comportamento do Presidente da Câmara Municipal», em manifesta violação do art. 53, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Para melhor se poder compreender o motivo destas linhas, importa recordar que, no Município de Loures, no presente mandato, a Mesa da Assembleia foi eleita inicialmente por compromisso entre as diversas forças políticas, no pressuposto que a Presidente e a Mesa no seu conjunto, saberiam honrar, com independência e isenção, as suas responsabilidades e a tradição de funcionamento democrático deste órgão, que foi compo-

to e presidido com dignidade, em diversos momentos, por elementos de diferentes partidos políticos.

Assim, a Mesa da Assembleia foi inicialmente constituída pelo PS (presidência), CDU (1.º Secretário) e PSD (2.º Secretário) e, posteriormente, a presidente foi substituída, por razões de renúncia ao mandato.

E se é verdade que o compromisso de isenção e independência foi cumprido na primeira fase do mandato, é verdade também que, com a actual Presidente, foram alteradas a isenção e independência devidas, parecendo mais vinculada aos interesses imediatos do Partido Socialista do que preocupada em promover o regular funcionamento da Assembleia Municipal e das respectivas comissões, designadamente da comissão permanente.

Assim, é paradigmático da sua actuação o comportamento com que a Presidente brindou as forças políticas na marcação de uma reunião extraordinária, requerida pelo PS, tendo em vista debater uma «moção de censura à Câmara pelo comportamento do Presidente da Câmara Municipal».

De facto, inicialmente, considerou a Presidente da Assembleia (e bem!), que tratando-se de uma matéria de relevância política, deveria ouvir a Comissão Permanente. Na oportunidade, foi referido pelos representantes da CDU, no âmbito desta comissão, a ilegalidade do assunto, nos termos do requerimento do PS e a falta de fundamentação do mesmo, pelo

que a Comissão Permanente maioritariamente não deu parecer favorável ao agendamento do assunto...

Das duas, uma...

A Presidente pareceu, na oportunidade, ter compreendido as razões da opinião maioritária da Comissão e, em reunião subsequente, reafirmou o compromisso de não agendar este assunto, sem que antes fosse estabelecido calendário de reuniões da Assembleia Municipal até final de mandato!...

Entretanto, fomos confrontados com a marcação da 3.ª Sessão Extraordinária, realizada no passado dia 16 de Maio, com o ponto único da ordem de trabalhos a famigerada «Moção de Censura».

Julgo que o método de trabalho descrito revela uma de duas situações, qualquer delas, em boa verdade, bem pouco dignificantes: ou a Presidente da Assembleia Municipal de Loures não tem o respeito do seu grupo de representantes, que não aceita as suas posições e compromissos assumidos no âmbito da Comissão Permanente, ou ela própria, Presidente da Assembleia Municipal de Loures, se presta a ser uma mera peça da estratégia de destabilização do PS, no âmbito da Assembleia Municipal.

Em qualquer dos casos, é o prestígio e o regular funcionamento desta Assembleia que estão em causa!...

Mais grave, porém, é que não se trata apenas de uma questão de método. A Presidente da Assembleia Municipal de Loures sabe (ou deveria saber!) que não se pode agendar uma «moção de censura à Câmara pelo comportamento do sr. Presidente», em manifesta violação do art. 53, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

De facto, a ilustre senhora sabe (ou deveria saber!) que a Câmara Municipal é um órgão colegial e que o Presidente da Câmara, apesar das suas importantes competências próprias, não é um órgão autárquico, e, como tal, a sua actuação inscreve-se na actuação global do órgão colegial em que se integra e preside.

Por isso, a moção de censura, como juízo de valor político, é dirigida, nos termos da própria lei, à Câmara, «em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros». Destacar qualquer ele-

mento daquele órgão autárquico e transformá-lo em alvo privilegiado de censura política é ir manifestamente ao arripio do espírito e letra da citada disposição legal.

Deve acrescentar-se que a ilustre senhora sabe (ou devia saber) que é princípio fundamental do Estado de Direito que ninguém pode ser objecto de avaliação ou juízos negativos, sem que antes tenha sido previamente chamado a pronunciar-se sobre o assunto em causa; esta aquisição histórica de cidadania activa tem emanação no direito criminal (princípio do contraditório), no direito administrativo (direito de audiência prévia) e no próprio direito político (nos diversos direitos estabelecidos pelo estatuto de oposição).

Por isso, a Presidente da Assembleia Municipal de Loures sabe (ou devia saber) que o agendamento de uma moção de censura à Câmara Municipal, «ainda que por actuação de um dos seus membros» para debate e votação, deveria estar instruída e acompanhada pela **audiência prévia** do seu destinatário (a Câmara Municipal) não para predeterminar o resultado do debate ou beliscar a autonomia da Assembleia, mas no cumprimento de um dever elementar de transparência democrática e de respeito pela autonomia própria da Câmara Municipal;

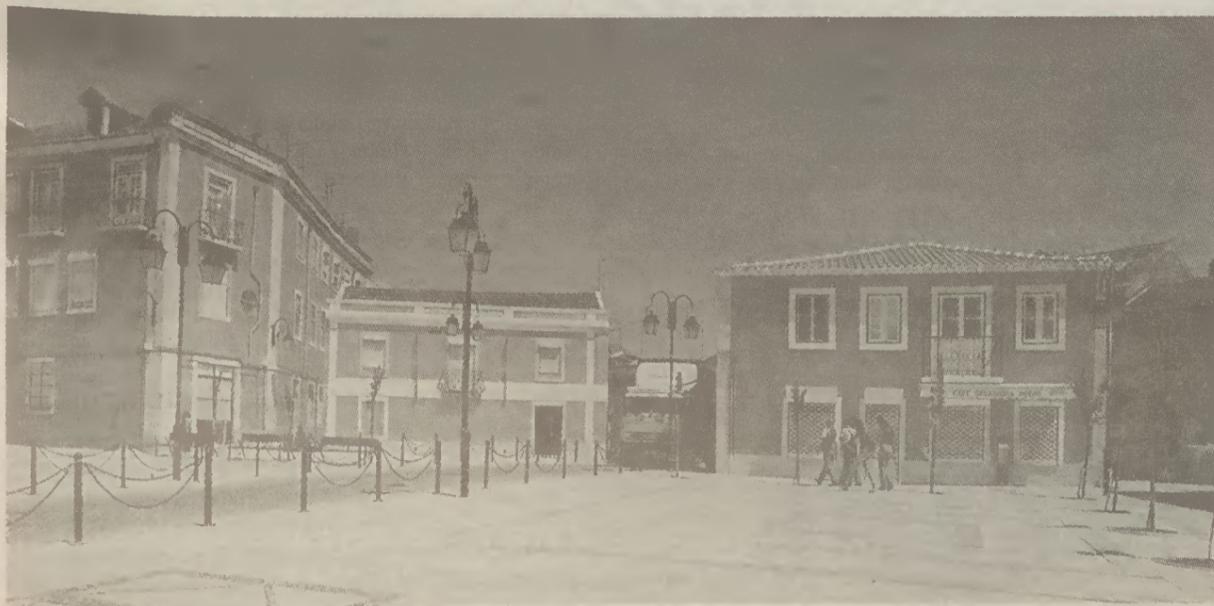
A lição

Finalmente, a Presidente da Assembleia Municipal de Loures sabe (ou deveria saber) que a moção de censura não produziria quaisquer efeitos jurídicos, constituindo apenas actuação perturbadora do trabalho e acção desenvolvida pela Câmara Municipal ao serviço das populações, ou então seria mera manobra dilatória tendo em vista desviar a atenção de factos bem mais importantes e graves da política do Governo em relação ao Município de Loures, como sejam o inqualificável atraso na aprovação do «relatório das partilhas» com o novo Município de Odivelas, que tem vindo a onerar o Município de Loures, em cerca de 6 milhões de contos!...

A realização da sessão extraordinária, requerida pelos representantes do PS, tendo em vista debater e aprovar uma «moção de censura à Câmara pelo comportamento do sr. Presidente», foi assim manifesta perda de tempo, um mero artificio político gratuito, sem quaisquer consequências para o regular e eficaz funcionamento dos órgãos municipais.

Assim o compreenderam os representantes da Assembleia Municipal de Loures, que ocorreu em massa à reunião, fazendo o pleno do quorum da Assembleia, castigando o PS naquele órgão com uma vergonhosa derrota política, numa iniciativa sem sentido, que apenas se pode justificar por um mal contido desejo de protagonismo e uma incurável doença de «eleitoralite» aguda!...

E os representantes do PS na Assembleia Municipal de Loures, que se vangloriam de «fazer história» ao apresentarem pela primeira vez uma moção de censura, colherão certamente a lição que outros colheram, quando anos atrás noutra contexto, pretendendo também «fazer história», derubaram a Câmara Municipal de Loures e, nas subsequentes eleições, a CDU (então APU) alcançou a maioria absoluta!...



O império norte-americano

e o sonho do protectorado mundial

Foram rápidas, desde a implosão da URSS, as mudanças que alteraram profundamente a estratégia planetária dos EUA. Os factos que as determinaram são públicos. Apesar disso, a nova estratégia é mal conhecida e pouco comentada. O papel que nela desempenham os meios de comunicação explica esse quase silêncio. Controlados sobretudo pelo sistema de poder hegemonizado pelos EUA, os grandes *mass media* evitam que a opinião pública mundial se aperceba da lógica e do funcionamento da engrenagem de dominação imperial que tem a sua sede em Washington. Daí a utilidade de se chamar a atenção para factos e situações que esse sistema procura fazer esquecer porque lhe iluminam o comportamento. São transparentes, mas pouco debatidos a nível de massas pelas próprias forças que combatem a globalização neoliberal de figurino imperial.

Na guerra que abateu a Jugoslávia encontramos um laboratório fascinante da nova estratégia norte-americana. Ela foi o prolongamento natural da Guerra do Golfo.

Em primeiro lugar, na sua preparação os meios de (des)informação cumpriram na formação da opinião um papel muito mais importante do que o que já haviam desempenhado no contexto da agressão ao Iraque.

Na era do domínio da imagem eles emergiram nesta nova guerra como uma universidade ao lado da escola primária, se estabeleceram um paralelo com o ocorrido após a invasão do Kuwait pelas tropas de Saddam Hussein.

Nunca foi tão actual a famosa sentença de William Randolph Hearst («você trans-

mite as imagens, eu fornecerei a guerra») no telegrama a um jornalista que mandara para Cuba em 1898, antes da invasão da Ilha pelos EUA.

Sem o trabalho prévio realizado pela CNN e outras grandes cadeias de televisão, não haveria condições para a criação do «estado de espírito» que tornou possível o desenvolvimento de um processo cujo prólogo foi a destruição da Jugoslávia.

A neutralização da *intelligentsia* europeia era indispensável ao andamento do plano estratégico.

Experiências anteriores foram ampliadas. O massacre mediático realizado durante meses com a artilharia da falsa informação - transformada em «mensagem» permanente em defesa da «verdade» - funcionou. As imagens e a discurso «ético» penetraram em milhões de casas, invadiram as mentes, neutralizaram os mecanismos defensivos, acabaram por se impor insidiosamente como verdades concretas e indelévels. Mais grave: a mensagem medular desse bombardeio audiovisual (e escrito), concebida, e estudada no pormenor, fixou-se na memória como inseparável do apelo humanista a valores éticos eternos.

A campanha mediática ultrapassou em habilidade e perversidade os cenários e as técnicas das utopias de Orwell e Huxley, porque, em vez de uma pressão desumanizante e brutal, se insinuava como um choque que despertava e tocava a consciência, que empurrava para a defesa do humano.

Transcorridos dois anos, milhões de europeus formaram já uma opinião negativa sobre as consequências da guerra contra a Jugoslávia, mas não conseguem ainda perceber como no início de 1999 se gerou na França, na Itália, na Alemanha e noutros países uma atmosfera de consenso amplo em torno da «necessidade» da intervenção da NATO.

Ficará na memória dos povos da Europa Ocidental como vergonha colectiva a aceitação passiva de uma monstruosa guerra de agressão contra um pequeno país como se fora a resposta adequada a uma suposta orgia de violência exercida sobre uma minoria nacional.

A ajuda da social-democracia

A ideologia dos «bons sentimentos» e do falso humanismo foi utilizada com habilidade pelos que em nome da cultura e da civilização - de Jospin a Blair - justificaram a cruzada assassina da NATO. Esses políticos tinham consciência de que se viam, afinal, a estratégia dos EUA e do neoliberalismo globalizado.

Quando se escrever a história dessa tragédia ficará transparente que os EUA tiveram como aliado decisivo os partidos ditos social-democratas. Sem a sua complicidade activa não teria penetrado na consciência social a ideia de que a «ingerência humanitária» (ou seja, a guerra) surgia aos «povos civilizados» como imperativo moral resultante da «barbárie sérvia». E os aviões da NATO não teriam podido levantar voo das suas bases na Itália e na Espanha para cumprir as missões assassinas.

Políticos como Tony Blair, Jospin, Schröder, d'Almeida, auxiliados pelos Verdes e por intelectuais mercenários de pacotilha, como Cohn Bendit, assumiram então a responsabilidade de bombardear a Jugoslávia em defesa da «ordem social» do neoliberalismo. Na prática agiram como instrumentos dóceis e conscientes da estratégia planetária dos EUA.

Pela sua passividade, o Partido Comunista Francês, instalado no governo Jospin, tornou-se também cúmplice dessa política. Robert Hue e os ministros comunistas de Jospin nunca a condenaram expressamente. A Europa sofreu então um processo de anestesia ampla, de grande complexidade, diferente do que nos anos trinta permitiu a ascensão da grande vaga do fascismo. Os seus desdobramentos, ainda de avaliação difícil, são extremamente graves.

O apelo à salvação do Kosovo «martirizado» abriu as portas à constituição de uma espécie de União Nacional, que alastrou pelos 15 (sem êxito em Portugal e na Grécia, cujos povos condenaram a guerra).

Num pequeno livro, editado em Paris (1) os autores recordam: «Essa é a forma política clássica na qual historicamente partidos que antes inscreveram nos seus programas a luta contra a guerra e o militarismo

acabam por alinhar, quando as hostilidades começam, no campo que combateram».

Sob um aspecto, pelo menos, esta União Nacional foi inédita. Não se formou para «defender a pátria», como na Primeira Guerra mundial. Estruturou-se para dar o seu aval à submissão sem debate prévio dos países europeus a uma operação concebida nos EUA no contexto da sua ambiciosa



estratégia de dominação mundial perpétua. A Jugoslávia era um simples peão numa estratégia de que nos fala Zbigniew Brzezinski no seu livro «O grande jogo» (2).

As múltiplas metas fixadas foram atingidas. Eis as principais:

1. Destruir o sistema de relações internacionais existente;
2. Erigir a NATO em instrumento da política de intervenção militar dos EUA;
3. Reduzir as Nações Unidas a um papel subalterno, pouco mais do que decorativo.

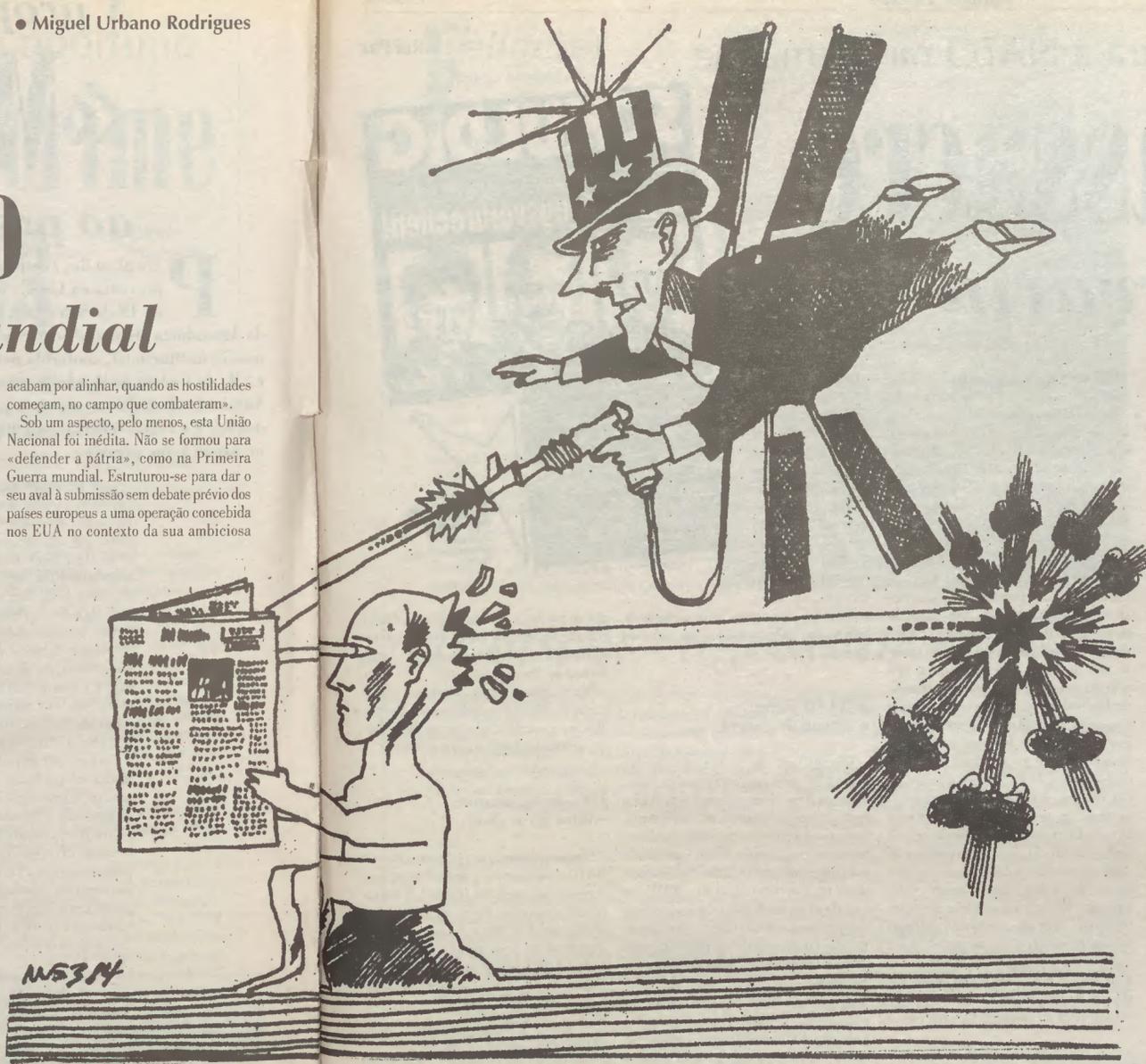
De acordo com a nova doutrina cabe doravante aos EUA (através da NATO), o direito de intervir nos negócios internos de qualquer país (e às grandes transnacionais indirectamente).

O «direito de ingerência»

O direito de ingerência militar (ou seja, de agressão), para não chocar, passou a ser apresentado como o direito de «intervenção humanitária». Quem decide onde e quando é, obviamente, o agressor.

Não cabe neste artigo a desmontagem da política que levou ao desmantelamento da Jugoslávia, mas é útil recordar que a tese do «expansionismo grã sérvio», que tanto impressionou a opinião pública nos países da Europa Ocidental falsifica grosseiramente a realidade histórica. Era indispensável, para justificar os separatismos (iniciados com a independência da Eslovénia e da Croácia) e para a diabolização de Milosevic.

Hoje continua a ser escondida uma evidência. Durante anos Washington concedeu um tratamento preferencial a Milosevic (3). O ex-presidente jugoslavo foi ini-



cialmente um executor disciplinado da política de privatizações imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial. Desaparecida a URSS, a sua utilidade acabou quando Washington decidiu que aquilo que restava da Jugoslávia era um espaço ideal para ensaiar a sua nova estratégia política e militar de avanço para Leste.

Utilizada primeiro na Bósnia, essa estratégia de intervenção - cujo executor no terreno é a NATO - poderá ser accionada amanhã contra qualquer país.

Não constitui já segredo que o Kosovo funcionou como campo de treinos para futuras guerras contra outros países. Em Washington, Bush insiste em falar no perigo que representam, para os EUA, estados que eram até há pouco definidos como «estados bandidos» (rogue states). Mas na realidade não são o Iraque, o Irão ou a Líbia que estão hoje na linha de mira dos generais e almirantes do Pentágono.

Uma abundante documentação demonstra que o intervencionismo norte-americano tem já os olhos postos no Cáucaso, nas Repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central e na própria Rússia. O esfrelamento desta figura entre as metas a longo prazo do establishment norte-americano.

Uma faceta importante da nova estratégia de agressão dos EUA é a ênfase posta subitamente no direito das minorias à autodeterminação e à independência. Não dos povos - note-se - mas das minorias nacionais.

Durante décadas tal tese não teve a menor acolhida em Washington. É recentíssima e apenas invocada quando isso responde a exigências específicas da política dos EUA.

Nunca Washington mostrou qualquer interesse pelos direitos dos corsos ou dos catalães, galegos ou bascos, ou pelas chacinhas de minorias africanas, para citar alguns exemplos. Os EUA ignoram a reivindicação de mais de 20 milhões de curdos a serem reconhecidos pela Turquia como minoria nacional, reivindicação recusada por Ancara não obstante as raízes daquele povo como nação datarem da época dos persas aqueménidas, há 25 séculos. Os EUA opuseram-se sistematicamente à luta do povo de Timor pela independência.

Apoiaram calados o genocídio dos palestinos por Israel. Por aí adiante.

Mas invocaram princípios sagrados para assumir as reivindicações dos ultras albanos-kosovares (mas nunca as do albanomacedónios) tal como assumiram as dos muçulmanos da Bósnia ou as dos xiitas do Sul do Iraque.

Não se ergueram vozes de protesto em Washington quando o governo croata fascizante chacinou ou expulsou as minorias sérvias da Eslovénia e da Krajina. A aplicação do direito à autodeterminação e independência das minorias nacionais depende neste início do século XXI dos «interesses nacionais» dos EUA e o recurso à força para o impor deve adaptar-se a cada circunstância histórica e geográfica.

A nova Rota da Seda

Um relatório esquecido nas gavetas, preparado pela Fundação Carnegie Endowment (4), tutelada por Clinton, sintetizou bem a nova teoria norte-americana sobre o direito dos povos à autodeterminação. Tal teoria nasceu do esfrelamento da URSS e

NATO, escreveu no Washington Post este parágrafo profético:

«O Kosovo» - anunciava - «constitui a porta de entrada para regiões de interesse primordial para os Ocidentais - o conflito israelo-árabe, o Iraque e o Irão, o Afeganistão, o Cáspio e a Transcaucásia. A estabilidade no Sul da Europa é essencial para a protecção dos interesses ocidentais e a redução dos perigos vindos do Leste.» (5)

Tem antecedentes a posição de Robert Hunter. Já em 1992, Caspar Weinberger, secretário de Defesa de Bush, advertia: «Se Moscovo mantiver o seu domínio no mar Cáspio (e no petróleo que aí se encontra), esse êxito pode ser mais importante do que a integração no Ocidente dos países do Leste.» (6)

A estratégia hoje chamada da Nova Rota da Seda não é, aliás, uma invenção dos jornalistas, mas sim o nome de uma lei aprovada pelo Congresso dos EUA em 1997 por iniciativa do senador Samuel Backbrown. Objectivo: incluir a Ásia Central e a Transcaucásia nas áreas geopolíticas ditas «de interesse nacional dos EUA». (7) Porque? Porque o Turquestão, o Kasquistão e o Azerbaijão possuem reservas de petróleo e gás natural comparáveis às do Golfo.

Vassallos de primeira e de segunda

Nesta arrogante política imperial de novo tipo há aspectos e situações que, pelo absurdo aparente, apresentam um toque de irrealdade.

E, contudo, assentam em factos concretos, que podem ser comprovados através da própria documentação oficial norte-americana.

O livro de Brzezinski sobre o Grande Jogo, acima citado, não esconde que a supremacia perpétua, económica, política e militar que os EUA procuram estabelecer em bases firmes pode ser comparada à de um império que pretende garantir o seu domínio sobre um sistema de estados vassallos, dependências, protectorados e colónias. Claro que existe uma hierarquia. Nela os aliados europeus são vassallos de primeira; os povos do Terceiro Mundo e os de Leste ocupam lugares inferiores. Aqueles que se negarem a integrar o sistema devem, na opinião de Brzezinski, receber o tratamento que Roma aplicava aos bárbaros...

Aquilo que acontece na Bósnia, na Albânia, no Kosovo, na quase totalidade dos Balcãs, confirma que na própria Europa o império norte-americano começou a instalar estruturas do gigantesco protectorado que pretende universalizar.

Perante o quadro esboçado, muitos intelectuais ditos de esquerda manifestam pessimismo. A capitulação e a cumplicidade da social-democracia actua sobre eles como factor de desencorajamento.

Acreditado, pelo contrário, que há hoje motivos para um optimismo responsável.

A cada mês, quase a cada semana, sobe em todos os continentes a maré da contestação dos povos à estratégia da globalização neoliberal hegemonizada pelos EUA. A resistência ao projecto de Protectorado mundial cresce, como afirma em artigo anterior.

O império norte-americano apresenta incontáveis fragilidades que o tornam cada vez mais vulnerável. Terá o mesmo destino do romano.

(1) François Chesnais, Tania Noctummes e Jean Pierre Page, «Reflexions sur la Guerre en Yougoslavie», l'Esprit Frappeur, Paris, 1999.

(2) Zbigniew Brzezinski, «Le grand échiquier» (trad. francesa), Bayard Editions, Paris, 1997.

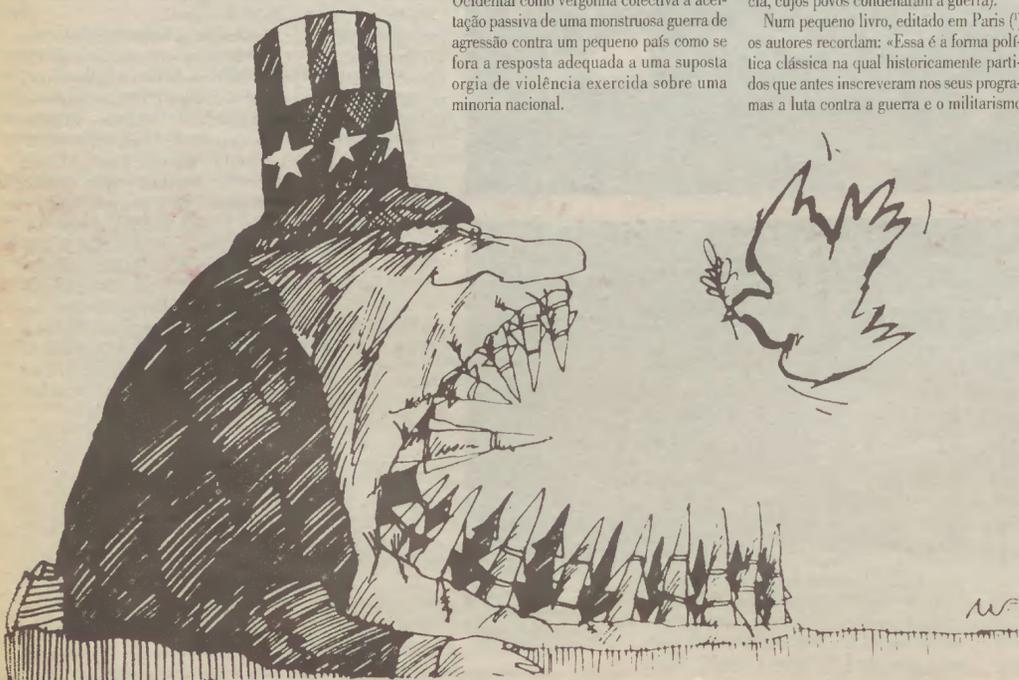
(3) Susan Woodward, «Balkan Tragedy, Chaos and Dissolution after the Cold War», Brookings Institution, Washington, 1996.

(4) Morton Halperin, David Scheffer e Patricia Small, «Self Determination in the New World Wars», Carnegie Endowment, Washington, 1992.

(5) Robert E. Hunter, in Washington Post, 21.4.1999.

(6) Cf. em «Reflexions sur la Guerre en Yougoslavie», p. 117.

(7) V. Julie Moffet, «Central Asia: East West Pipeline could aid independence», 1998.



Processo contra a NATO na Alemanha

• Rui Paz

O massacre de Varvarin

Um dos mais impressionantes massacres perpetrados pela NATO contra a população civil, durante a agressão contra a Jugoslávia, foi cometido em Varvarin. Há dois anos, num lindo dia de sol, milhares de pessoas acorreram àquela pequena aldeia sérvia para participarem nos festejos da Santíssima Trindade do calendário ortodoxo. À traição e sem aviso, foram atacadas pelos pilotos da NATO.

O balanço da «operação humanitária» em Varvarin foi de dez mortos e trinta feridos, dezassete dos quais marcados e amputados para toda a vida. As bombas da NATO deceparam a cabeça do pároco que teve morte instantânea, assassinaram e queimaram várias jovens entre os quinze e os vinte anos, que tiveram uma morte horrível.

Nos últimos tempos tem crescido na Alemanha a consciência de que a guerra conduzida pelos Estados da NATO contra a Jugoslávia não só infringiu todas as normas do direito internacional mas constituiu um grave atentado aos princípios constitucionais da República Federal. As queixas até agora apresentadas com vista à instauração de um processo contra Schröder, Scharping e Fischer pela «preparação e condução de uma guerra de agressão» - crime severamente contemplado no actual código penal alemão (§ 80 StGb) -, têm sido sistematicamente recusadas pelo Procurador Federal,

única entidade com competência para instaurar o processo.

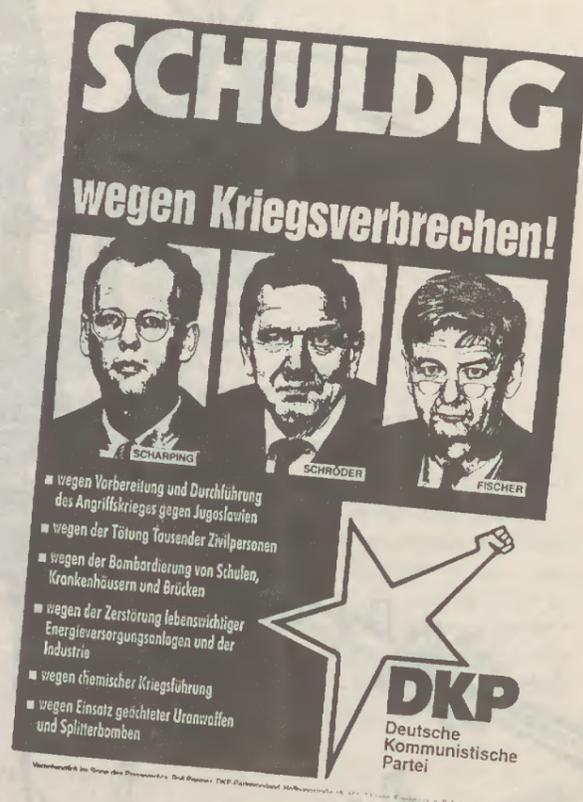
Apesar daquela instituição judicial se encontrar de toda a evidência também submetida ao poder da Aliança militar, foi encontrada uma maneira de contornar o boicote do Procurador, com a formulação de uma queixa civil de indemnização às vítimas. Um Comité de Solidariedade, do qual fazem parte a «Associação dos Juristas Democráticos», deputados do Bundestag como Wolfgang Gehrcke, militares como o almirante Schmähling, o pároco de igreja de S. Nicolau em Leipzig, escritores, dirigentes sindicais e muitas outras personalidades, está a angariar meios para financiar os enormes custos de um tal processo. O advogado berlinense Ulrich Dost, que representa as vítimas do massacre e os seus familiares, esclareceu que a queixa civil contra a República Federal da Alemanha tem por base a Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 e o Protocolo Adicional de 8 de Junho de 1977 sobre a protecção das vítimas civis de conflitos armados. Trata-se de normas reconhecidas pelo Direito Internacional. Segundo aquele protocolo (art. 51, 5), são proibidos ataques «através dos quais é de contar com baixas, perda de vidas e ferimentos entre a população civil, a destruição de objectos civis, ... que não constituam qualquer vantagem militar». E o artigo 51, 2 diz que «nem a população civil enquanto tal, nem pessoas civis individuais devem ser objecto de ataques militares. O emprego ou a ameaça do emprego da força com o

objectivo de espalhar o terror entre a população civil é proibido». Mas esta foi exactamente a tática utilizada pela NATO na agressão contra a Jugoslávia, ao destruir fábricas e centrais térmicas, ao assassinar trabalhadores que trabalhavam nos campos, ao bombardear hospitais, autocarros, colunas de refugiados, cadeias de televisão, sedes de partidos políticos, etc.

A NATO violou o direito de guerra

Ulrich Dost, que se deslocou várias vezes a Varvarin para ouvir os seus constituintes e recolher informações sobre as circunstâncias do massacre, confirmou à imprensa que «temos uma base de direito muito transparente. Nesta queixa não nos ocupamos com a legitimidade daquela guerra mas com o facto de a NATO ter violado o próprio direito de guerra, o qual é parte integrante do direito internacional. Esta queixa civil é na realidade uma queixa contra a violação dos direitos humanos».

E, de facto, Varvarin fica situada a 22 quilómetros do objectivo militar mais próximo. A sua ponte muito rudimentar não permitia a passagem de blindados nem de veículos militares relevantes, sendo utilizada apenas por civis. No momento dos bombardeamentos, os pilotos, voando a muito baixa altitude, podiam ver nitidamente que se tratava de uma festa da população. Uma das sobreviventes, Marijana Stojanovic, na altura com 16 anos, conta que «a 30 de Maio, eu e as minhas duas amigas queríamos ir para o cortejo em Varvarin. Iamos a atravessar a ponte quando ouvimos um grande barulho de aviões seguido de uma explosão. Caímos juntamente com a ponte a qual se partiu ao meio. Os olhos ardiam e tínhamos a impressão de estarmos todas transformadas numa tocha... muitas pessoas acorreram a socorrer-nos e passando-nos de mão em mão retiraram-nos da água». Uma outra companheira, Marina Jovanovic, de 15 anos, confirma que «de repente ouviu-se um zumbido, um estrondo terrível, fomos atiradas pelo ar. Ouvi os gritos das minhas amigas. Senti um calor horrível como se estivesse a arder. A Sanja estava muito ferida com a mão agarrada ao peito». Sanja Milenkovic, de 16 anos, uma jovem muito inteligente, conhecida em toda a Jugoslávia por ser um grande talento na matemática, viria a morrer a caminho do hospital. Logo que ouviram a detonação, as mães de Sanja e de Marina correram para a ponte à procura das filhas. Sanja encontrava-se ferida na parte da ponte abatida e inclinada para o rio. «Ajudem-me a salvar as crianças!», gritou a mãe. Sanja foi colocada numa prancha e empurrada para dentro da ambulância. A mãe deu-lhe a mão e dizia-lhe: «Sê forte, eu estou aqui contigo.» Mas Sanja respirava cada vez com maior dificuldade. «Doutor, faça qualquer coisa, ajude!», gritou a mãe. «Não pode ser, eu não



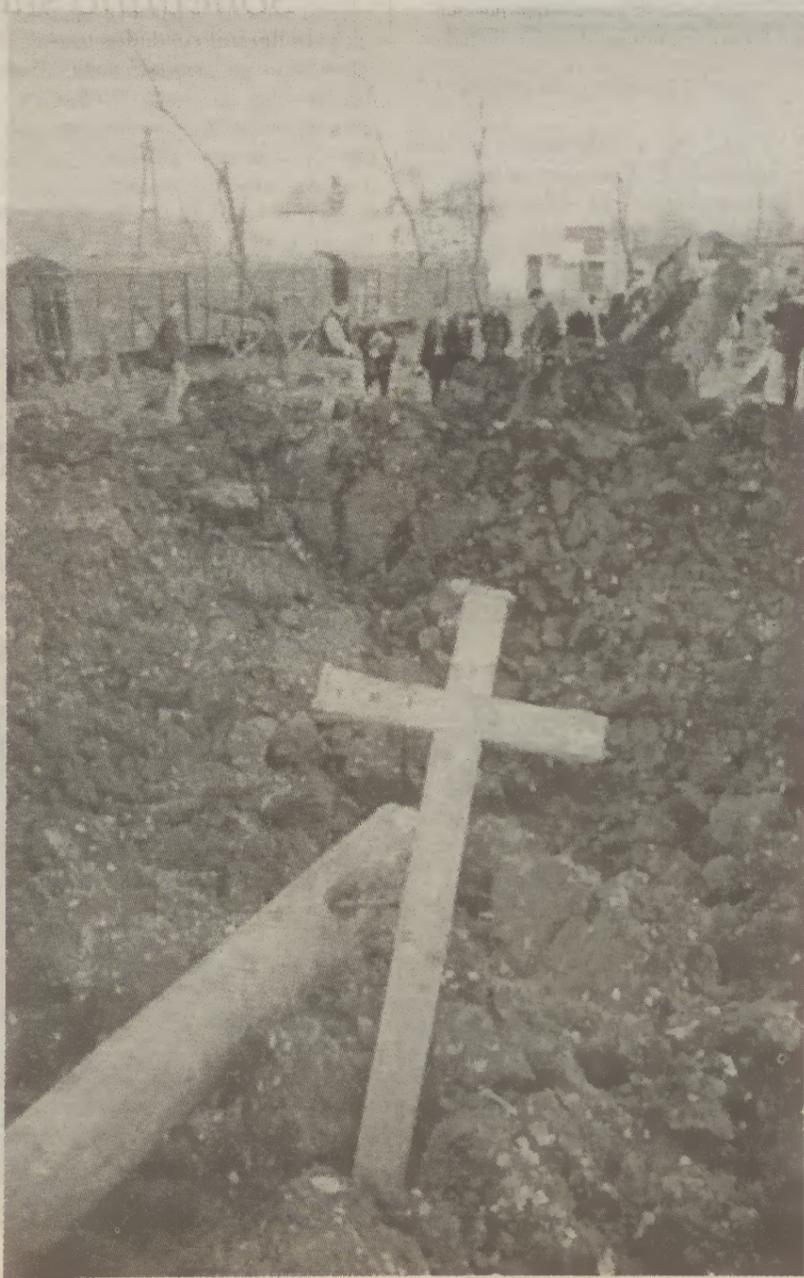
posso perder a minha filha.» O doutor não dizia nada. Ao fim de cinco minutos e ainda a caminho do hospital, Sanja fechou os olhos para sempre.

Na morgue, a mãe constatou que o corpo da filha estava todo crivado de estilhaços; nas costas, nas pernas, na cabeça, mesmo no interior e nos pulmões.

Oitocentos ataques contra alvos civis

Naquele domingo de festa, os aviões da NATO assassinaram a jovem Sanja, juntamente com mais dez pessoas. A visibilidade era total. Entre as 13.00 e as 13.25, cerca de três mil pessoas encontravam-se nas proximidades da ponte por onde estava a passar muita gente nitidamente reconhecível como fazendo exclusivamente parte da população civil. No dia seguinte, confrontado com as imagens apresentadas pela TV de Belgrado, o porta-voz da NATO, Jamie Shea, espalhou na conferência de imprensa (31.5.99) mais uma monstruosa mentira ao transformar a ponte de Varvarin, num «legítimo alvo militar». Segundo o advogado Dost, as jovens Marina e Marijana, que ficaram gravemente feridas e marcadas para toda a vida, serão duas importantes testemunhas no processo movido em Berlim contra a Alemanha e a NATO. O pai de Sanja, actual presidente da Câmara de Varvarin, deslocar-se-á igualmente à capital alemã, onde juntamente com todas as restantes testemunhas será recebido e falará para deputados do Bundestag. A iniciativa, que é apoiada pelo grupo parlamentar do PDS, culminará no dia 19 de Junho com uma importante conferência de imprensa.

Até este momento já foram contabilizados oitocentos ataques da NATO contra alvos civis na Jugoslávia. Numa extensa entrevista ao «Neues Deutschland» (30.5.2001), a cidadã jugoslava Gordona Milanovic-Kovacevic, que reside há trinta anos em Berlim, acusa a Alemanha de moral dupla e de ser responsável pela tragédia dos Balcãs. «A Alemanha é que provocou o desmantelamento da Jugoslávia. Já em 1978, figuras políticas alemãs iniciaram o processo de destruição, ao enviarem vários grupos para a Croácia para intensificarem o separatismo. Não é por acaso que o segundo hino croata canta: «obrigado Alemanha...». «Não é por acaso que Genscher é uma das pessoas mais celebradas na Croácia...» «Hoje os povos dos Balcãs vivem pior. Prometeram muito, mas as promessas estão sempre dependentes de novas condições e imposições. Cada colher de sopa que nos dão vem sempre acompanhada de chantagem. Depois das bombas, é este o método que agora passaram a utilizar.»



Religiões

• Jorge Messias

Se o trovejar das palavras de D. José Policarpo ribombou mais forte à medida que o discurso se desenvolvia, a mesma técnica se detecta no texto da nota pastoral da CEP. O documento divide-se em oito pontos, aparentemente bem articulados entre si. Mas já a introdução incorre em certos empastelamentos, intencionais ou não intencionais. Por exemplo, a mistura dos conceitos de cultura e de civilização que são de níveis distintos. Ou a confusa salada da defesa da cultura da liberdade e de responsabilidade de consciência aplicada a cada facto ou acontecimento, enquanto que, logo em seguida, se declara que o exercício do Magistério da Igreja defende uma causa nobre de mais... para aparecer perante a opinião pública como um regatear contínuo, denunciando decisões, defendendo **perspectivas e valores esquecidos!** O sublinhado é nosso mas serve para acentuar como é labiríntica toda esta embrulhada retórica. São simples jogos de palavras destinados a dar à igreja um ar de modernidade mas no mais empedernido cumprimen-



Os bispos engrossam a fala (III)

to das normas fundamentalistas. Só que conciliar dogma e dialéctica, cânones e liberdade individual, é aventura destinada ao fracasso. Que entendimento farão os bispos das suas próprias palavras quando estigmatizam as perspectivas e valores esquecidos? Que pretendem acentuar, senão que a análise, o direito à crítica e o livre arbítrio continuam e continuarão a ser proibidos aos católicos?

A peregrinação

Depois, os bispos encetam uma peregrinação por dentro da actual sociedade portuguesa. Reconhecem que os comportamentos sociais deixaram de se inspirar em padrões éticos de valores e que a Igreja faz parte da sociedade civil.

É urgente repensar Portugal, nação que nasceu e cresceu num claro enquadramento eclesial. Esta característica manteve-se ao longo de toda a nossa história. Nos dias de hoje, porém, surgiram «opções fracturantes determinadas por motivos ideológicos» que procuram sobrepor-se às posições oficiais da igreja sobre os grandes problemas da sociedade.

Em alternativa, a doutrina social católica surge como o grande referencial. Sobrepõe-se às leis comuns. «O que é legal não significa, necessariamente, o bem moral... Não se constrói sobre o desrespeito pela dignidade humana... Essa dignidade enquadra-se na valorização das instituições que a representam, como é o caso da família... dos tóxicos dependentes, dos doentes, dos idosos, dos detidos, das minorias culturais e étnicas, dos delinquentes e marginais». Os

bispos pisam, então, um novo patamar – o político: «Dirigir um país não pode ser só administrar as crises, tem de assentar num projecto de valores a promover e a defender. Deveria ser esse projecto cultural a definir as propostas políticas da sociedade a apresentar aos portugueses para a sua escolha democrática.» Que projecto de valores, ético e cultural? Os bispos respondem: «O cristianismo valoriza a importância da verdade como alicerce da cultura. A verdade, que os crentes recebem através da Palavra de Deus e que cada homem procura com a inquietação da inteligência...» E o episcopado, cedendo à tentação ancestral da elaboração do «Índex», passa a enumerar o que está mal na comunidade política portuguesa: os já referidos atropelos à família, os «desígnios ocultos de contradizer a influência da Igreja», a liberdade sexual, a interrupção da gravidez, o uso dos contraceptivos, as uniões de facto, o reconhecimento do direito à homossexualidade organizada em famílias alternativas, etc. O documento da CEP termina de forma codificada mas inteiramente acessível, tão transparente ele é nas suas intenções: «É preciso que nos convençamos de que o futuro de Portugal depende de todos nós e não apenas dos governos... Portugal será o que os portugueses quiserem... Apelamos, de modo particular, aos jovens, aos educadores, aos agentes culturais e fazedores de opinião, a que dêem conteúdo a esta esperança, acreditando que um mundo novo é possível, tendo a coragem - se necessário - de ser diferentes.

«Levantemos âncora e façamo-nos ao largo, pois que nos espera o mar imenso do futuro.»

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Os sonetos desiguais

Sabedoria

Já a vida me ensinou a nem fundadas sequer esperanças ter, que de repente quase nem tempo há para a diferente linha entre os quase todos, quase nada.

Já a morte vi na calma das estradas.
Já vi o sol queimar, de docemente.
Já vi estar mais presente o mais ausente.
Já vi a borboleta dar marradas.

Morto que fui, aqui ressuscitei.
Quem toca um verso efémero infringe a lei
pois pertence o segredo à Primavera.

Eis me limito a andar a passo o dia
porque é veloz a sombra da alegria
e o sofrimento nunca desespera.

Projecto

Hei-de ler os dezassete volumes da obra do padre António Vieira. Em vinte anos já li os dois primeiros. Fazendo o cálculo ainda me faltam

faltam-me ainda cento e cinquenta. Ah, seja como for, já sabe quem de direito, eu não vou abdicar do tempo que preciso e pelo qual

troco qualquer eternidade. A sério! Fiquem lá com o restante rebotalho. Aceite-se e eu cumpro. Assino logo.

Após ler os dezassete volumes facilmente se pode prescindir doutro qualquer sabor de ser eterno.

Sonetinho saouydoso

Tenho mil soydades tuas.
Perco-me em longe de mim.
É bem certo que eu, enfim...
Quanta névoa, quantas luas!

Onde vão ter estas ruas?
Quem anda pelo jardim?
Rangem dentes de cetim.
Tombam sonhos maus das ruas.

Batem lágrimas à porta.
Cruzam lavas a comporta
das tristes chanecas nuas.

Oh, quem estar tranquilo ousa!
Não digo coisa com coisa
se tenho suydades tuas.

Opção

Não ando pela praia a contabilizar os despojos dos barcos naufragados (ou a anaufagar) e nem a garimpar na bruma os diamantes, mas da véspera.

Não ando pela praia burocraticamente austero a fiscalizar os horizontes se estão ainda no lugar que lhes compete para balizar e sossegar os sonhos.

Não ando pela praia antigas tranças curtir, nem orações cristalizadas ouvir, para o colar do abraço esquivo.

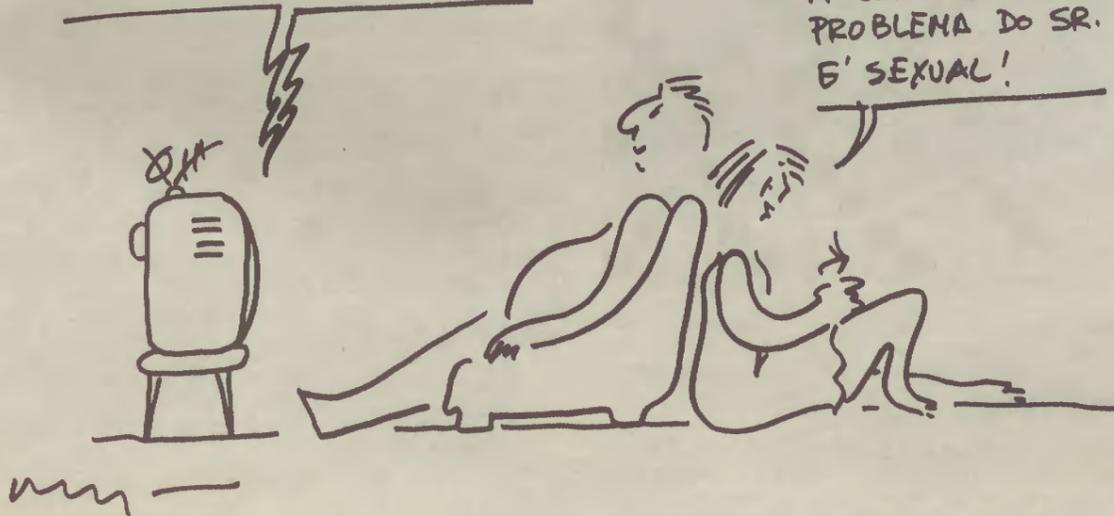
Ando pela praia à beira-mar escolhendo pedras vibrantes pela luz efémera com que sonho vestir-me de estar vivo.

Cartoon

• Monginho

O SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO
DISSE QUE EM ÚLTIMA
ANÁLISE O PROBLEMA
DO SUCESSO ESCOLAR
ESTA' NOS ESPERMATOZOÍDES !!?

AGORA TENHO
A CERTEZA!... O
PROBLEMA DO SR.
É SEXUAL!



Arquitectura

• Manuel Augusto Araújo

Julgo que praticamente ninguém deixou de reparar numa determinada cor amarela que vai pintando edifícios de várias formas, feitios e tamanhos, de Norte a Sul de Portugal.

É um amarelo intenso que capta a luz e a devolve transfigurada conferindo-lhe uma agressividade que destrói a visibilidade de tudo o que está no seu perímetro de acção.

É um amarelo tão mau amarelo que se torna inacreditável para os próprios objectos que recebem essa pigmentação, que deixa de se reconhecer a forma original para se transformarem numa massa informe.

É um amarelo cegante que origina à sua volta uma enorme ausência.

Porquê o seu uso?

Não sabemos e ainda não percebemos o sentido de ir colocando por todo o País estes buracos amarelos que sugam tudo à sua volta. Mas há de certeza uma razão. A história recente da aplicação das cores prova-nos que estes acasos não são acasos quando se tornam sistemáticos, têm sempre uma razão de ser, ainda que inicialmente

Nietzsche e Hölderlin seriam responsáveis pelo facto de a Wehrmacht e a Gestapo terem distribuído extractos das suas obras aos soldados alemães, Wagner seria responsável até ao fim dos tempos pelo facto de a sua música ter acompanhado todos os grandes SS no momento da morte.

Steiner, a quem Lukács expôs esta tese, considerou o argumento falacioso e defendeu que qualquer obra poderia ser abusivamente utilizada, ao que Lukács contrapôs dando o exemplo de Mozart que não tinha escrito uma nota que fosse passível de ser usada ou abusada inumanamente.

Ao ouvir a música de Mozart até se concorda pacificamente com as razões de Lukács, embora seja difícil aceitar em absoluto esse argumento.

Com objectivos mais neutros, vários são os compositores que têm as suas obras parcialmente usadas com fins desviantes. É o 4.º andamento da 9.ª Sinfonia de Beethoven a ilustrar as «glórias» da Comunidade Europeia, é o arranque fortíssimo e solene do Te Deum de Charpentier a introduzir a Eurovisão e, como cada um destes apropriadores tem a música que merece, é o pimba-sinfónico Vangelis a recolher as preferências da rosa desbotada e anémica do «nosso» PS.

Há de facto uma responsabilidade por parte dos artistas, escritores e pensadores.

Um amarelo antropófago

te invisível. Lembre-se que antes do triunfo da AD, pouco a pouco o laranja foi tomando conta do nosso quotidiano. Ele foram os autocarros, as cabinas telefónicas, genéricos televisivos, etc. etc.

Não se vislumbra o que anuncia a invasão da arquitectura por este amarelo inacreditável, mas... é sempre bom lembrar que o manto do pai natal é vermelho por causa da coca-cola, só que hoje até parece que foi sempre assim.

Pode admitir-se que há uma responsabilidade difusa. Pode mesmo acontecer que seja uma irracionalidade colectiva de um colectivo de entidades que não se conhecem mas que têm este fortíssimo traço de união, e andam a pintar Portugal de lés-a-lés corroendo a arquitectura com esta térmita amarela.

Todos acabamos por ser responsáveis: os que o usam e os que calam, por conformismo.

Lukács considerava que os artistas, os escritores, os pensadores são responsáveis até ao fim dos tempos pelos abusos cometidos pelas suas obras.

Alguns assumem-na integralmente como Eisler, um dos discípulos preferidos de Schoenberg. Abandona tudo para empenhar a sua música na luta política, por isso foi quase esquecido pelos divulgadores da música.

Longe de considerandos político-sociais, Mahler, em grande sofrimento, tinha acabado de perder a sua filha de quatro anos de idade e tinha-lhe sido diagnosticada uma grave doença, escreveu a *Canção da Terra*. Nunca a ouviu mas angustiava-se com o efeito que a última canção, *O Adeus*, poderia produzir nos ouvintes, interrogando-se se não haveria alguém que ouvindo essa sua música não se suicidaria.

Por que será que os arquitectos que utilizam aquele amarelo horrível não se interrogam sobre os desastres visuais que estão a provocar?

Eles são responsáveis directos, mas nós, sem sermos artistas, escritores ou pensadores, também somos responsáveis por não exercermos o nosso direito à indignação.

Que o amarelo se profiba a si próprio!



Palavras Cruzadas

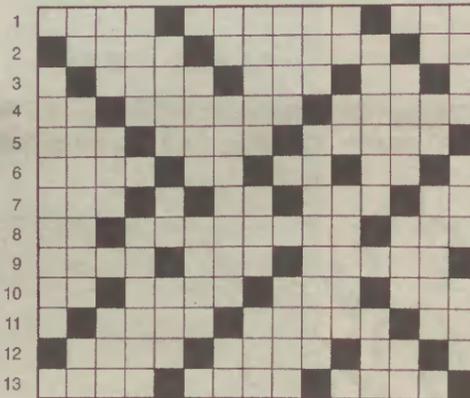
HORIZONTAIS: 1 - Fem. de dois; tubo para extravasar líquidos; virtude. 2 - Enfurecer; camponês dos arrabaldes de Lisboa; terceira nota musical. 3 - Parente por afinidade; fem. de um; a mim. 4 - Avenida (abrv.); aprovo; escavar o interior da terra. 5 - Elogio; jumenta; a parte do corpo humano, da cintura para cima. 6 - Voz imitativa do sino, do choque de moedas, etc.; aquelas; pedra de amolar; a si mesmo. 7 - Caminho orlado de casas, muros, ou árvores, numa povoação; a unidade; curso de água natural; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 8 - Antes do meio-dia (abrev.); anunciar; impulso rápido (fig.). 9 - Imposto; sétima letra do alfabeto grego correspondente ao e longo dos latinos; que não tem carácter militar nem eclesiástico. 10 - O espaço aéreo; nome vulgar de um insecto ortóptero, semelhante ao grilo; dá crédito; o m.q. lírio. 11 - Da mesma forma que (conj.); carapuça (prov.); sorri. 12 - Fraude; grande cântaro para cozer líquidos; contemplei. 13 - Algarismo que por si só não tem valor algum; maçã doce e oblonga; planta trepadeira da família das araliáceas.

VERTICAIS: 1 - Espancar. 2 - Designa dor, admiração, repugnância (interj.); avolumar; designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. (prep.). 3 - Altar cristão; criada de quarto; coloração da face. 4 - Borracha (utensílio escola); pacóvio. 5 - Que possui mutios bens (fem.); despido; patrão. 6 - Móvel, normalmente de madeira, sobre que se come, escreve, etc.; bonito. 7 - Nome da letra I (pl.); injúria; nome da letra P. 8 - Pentagrama musical; geme (gr.); maior. 9 - Antiga armadura para a cabeça; alvo. 10 - Corda de reboque; cloroborato formado por magnésio natural e cal. 11 - Cemido; filho de burro e égua ou de cavalo e burra; irisar. 12 - Não mencionado; vertebrado ovíparo, de sangue quente, respiração pulmonar, com o corpo coberto de penas, bico córneo, desdentado, e com os membros anteriores transformados em asas. 13 - Criatura; mesquinho; caminhar. 14 - Prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; contr. da prep. a com o art. def. o; dar brilho a. 15 - Crutar (gr.); cordel delgado; anuência.

9 - Elmo; fio. 10 - Tã; borche. 11 - Ar; mu; frã; 12 - Ent; vil; tr. 14 - Bm; no; polh; 15 - Miar; fio; sim.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Duas pipetas; bem. 2 - Uta; publicitar; voo. 3 - Tã; borche; fio; sim. 4 - Tã; borche; fio; sim. 5 - Tã; borche; fio; sim. 6 - Tã; borche; fio; sim. 7 - Tã; borche; fio; sim. 8 - Tã; borche; fio; sim. 9 - Tã; borche; fio; sim. 10 - Tã; borche; fio; sim. 11 - Tã; borche; fio; sim. 12 - Tã; borche; fio; sim. 13 - Tã; borche; fio; sim. 14 - Tã; borche; fio; sim. 15 - Tã; borche; fio; sim.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

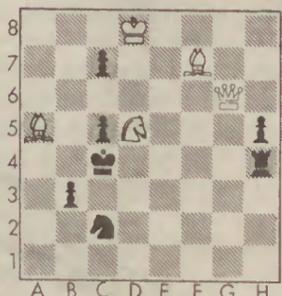


Xadrez

DCCCI - 13 DE JUNHO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X19

Por: Karel Traxler
«Zlata Praha», 1889

Pr.: [7]; Ps. b3, c5, e7, h5-Cc2-Th4-Rc4
Br.: [5]; Cd5 - Bs. a5, f7 - Dg6-Rd8



Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÃO DO [N.º 2001X19/K.T.]

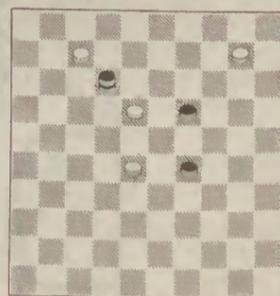
1. Bb2! Ameaça; 2. Cc7/Cb4, Rd4/Rf5; 3. Cc6/Dc6!;
1. ... Tc4; 2. Dd6+; Rd4; 3. Bc3#
1. ... Cc4; 2. Cb6+; Rf5; 3. Bc4#
A. de M. M.

Damas

DCCCI - 13 DE JUNHO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D19

Por: S. v. d. Meer
[NL.] - 1938

Pr.: [6]; (12)-19-29
Br.: [4]; 7-10-18-28



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO [N.º 2001D19/S.v.d.M.]

1. 28-23, (12X1); 2. 23X14, (1X23);
3. 10-50=1, (23X10); 4. 5x45+
1. ... (19x28); 2. 10-5=D, (12x1);
3. 5x46, (1x23); 4. 46x19+
2. ... (12x23)=D; 3. 7-1=D+
A. de M. M.

Preocupações

Levantou-se um razoável sururu em França - cujos ecos foram diligentemente reboados cá no burgo - sobre o passado político do actual primeiro-ministro socialista francês, Lionel Jospin. Que fez Jospin de politicamente grave lá atrás, no tempo? Foi militante de extrema-direita? Simpatizante de ideias racistas ou xenófobas? Colaboracionista de alguma central negra cripto-nazi?

Nada disso. Foi trotskista e - suprema falha - não o confessou quando da filiação no PS francês, havendo mesmo quem o acuse de ter mantido ligações simultâneas com o velho e o novo partidos.

Já há tempos o chanceler alemão Scheroeder se afirmou embaraçado com uma denúncia semelhante - a de um seu ministro, na juventude, ter padecido de um esquerdismo qualquer.

Nisto tudo, o extraordinário é que forças ditas de esquerda - como o PS francês ou o SPD alemão - fiquem a tremar como varas verdes quando a direita os acusa (é sempre a direita que o faz) do «pecado» de serem isso mesmo - da área da esquerda.

Já não se preocupam, entretanto, quando são justamente acusados de chegarem ao poder com discursos de esquerda para depois cumprirem zelosamente a política que a direita quer e manda...

Tal como não se inquietam que facínoras responsáveis por crimes contra a humanidade - como é o caso flagrante do actual primeiro-ministro israelita Ariel Sharon - ou mafiosos configurados, como o actual primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi - a seu lado emparelhem na definição de políticas nacionais e internacionais...

«Lobbies»

Segundo o *Público*, o cabeça de lista do PS-Açores à Câmara Municipal de Ponta Delgada, Rui Bettencourt, já anunciou que, em caso de vitória, o seu «assessor» para as questões do urbanismo na cidade será Gomes de Meneses, um dos fundadores de uma recém-formada organização que, assumidamente, se pretende constituir em «lobby» para defender os interesses dos

construtores civis junto das autarquias locais e do governo açoriano. Acontece que o cargo a atribuir a Gomes de Meneses nem sequer existe, pelo que o apressado candidato Rui Bettencourt umas vezes refere-se-lhe como futuro «director do gabinete da cidade» (que ele próprio há-de criar, caso seja eleito presidente), outras como futuro «assessor do presidente da Câmara».

Pelos vistos, os tachos e os «lobbies» já não esperam que o PS chegue ao poder para este lhes abrir as portas: agora até se candidatam juntos.

O «Não»

O recente referendo na Irlanda onde os eleitores disseram «Não» ao Tratado de Nice e, decorrentemente, ao pretendido alargamento da União Europeia pôs Bruxelas em polvorosa, dado que este Tratado apenas pode ser ratificado com a aceitação unânime de todos os países membros da União. Atrapalhados com esta inesperada «pedra na engrenagem», os defensores do alargamento já retorquiram, em contra-ataque, que o «Não» irlandês resultou de uma grande abstenção, insinuando assim que só uma votação mais expressiva poderá ser tomada a sério.

Essa agora! E a vitória de Tony Blair no Reino Unido? Será que também não deve «ser tomada a sério»?... É que, sendo «esmagadora» nos votos expressos, a vitória do homem da «terceira via» concretizou-se no meio de uma desoladora abstenção do eleitorado... Qualquer coisa como mais de 40 por cento!

Sondagens

PS e PSD ficaram muito excitados com uma sondagem da SIC que, pela primeira vez de há muito tempo para cá, colocava o PSD à frente do PS nas intenções de voto dos inquiridos. De tão surpreendido, Durão Barroso falou torrencialmente para não dizer nada. De tão assustados, os dirigentes do PS calaram-se ruidosamente para fingirem que não davam por nada.

Quem vive de sondagens sonda tão completamente, que até sonda o que é sondagem para sondar o que sente...

Carlos Carvalhas

Quarta-feira – dia 21, às 11 horas
integrando uma delegação do Partido, visita o IPDT
(Instituto Português da Droga e Toxicodpendência)

Reuniões e outras actividades das organizações do PCP

VIII Assembleia do Sector da Saúde da ORL
Quinta-feira, 21, 18h30, no CT Vitória.
Participa o camarada **Bernardino Soares**.

LISBOA

Plenário da **Organização dos Professores**
do S. Int. da ORL: segunda-feira, dia 18, 18h30,
CT Vitória, sobre as lutas em curso.
Plenário da Direcção do **Sector Intelectual da ORL**
sobre questões de Direcção e Organização e actividade
e intervenção do Partido: segunda-feira, 18, 21h,
no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do Sector da **Ciência, Tecnologia e**
Ambiente do Sect. Int. da ORL: quarta-feira, 20, às 21h,
no Centro de Trabalho Vitória.

SINTRA

Cacém – Almoço-convívio promovido pelo
Organismo de Empresas de Sintra: no JIP (junto ao
CT do PCP no Cacém), dia 23, às 13h, com a participação
de **Baptista Alves** Inscrições: tel.219142336
ou (Custódio) 919633201.

Rio de Mouro – Almoço, seguido de plenário
da freguesia: dia 23, às 13h, no Centro de Trabalho
de Rio de Mouro.

FÉRIAS EM PALMA DE MAIORCA

com viagem à volta da Ilha
8 dias – 19 a 26 de Julho (data alterada). Pensão completa.
Promovido pela
Comissão Concelhia de Almada do PCP
onde estão abertas inscrições
(Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

FÉRIAS EM IBIZA

com viagem à volta da Ilha
8 dias – 17 a 24 de Julho. Pensão completa.
Promovido pela
Comissão de Freguesia da Penha de França do PCP
(Inscrições e informações:
Cam. Ivone Lima, tel. 218138119)

*

2002

1º DE MAIO EM CUBA
De 29 de Abril a 11 de Maio de 2002

Visitas a Havana, Arroyo Naranjo, Soroa, Valle
Viñalles, Guamá, Aldeia Taina, Playa Giron,
Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remedios
e Varadero – Viagem promovida pelo
SECTOR DE TRANSPORTES DA ORL
(Inf. e inscrições: cam. José Amador,
tel. 213307025, ou Centro de Trabalho Vitória)



LEIRIA

Encontro Regional da CDU
Dia 23 a partir das 15h, no Hotel
D. João II, com a participação
de **Jorge Cordeiro**

CORUCHE

Carapuções – Reunião com a
população sobre o presente mandato e
plano de trabalho para o próximo, com
a participação de eleitos na CM, AM e
Assemb. de Freguesia: dia 16, 21h,
Escola Primária.

Feixe – Reunião com a população
sobre o trabalho autárquico: hoje,
dia 13, 21h, na Escola Primária.

SINTRA

Algueirão-Mem Martins – Almoço
de apresentação pública do
candidato CDU à presidência da
Junta de Freguesia: dia 24, 13h, nos
Bombeiros Voluntários do Algueirão,
com **Baptista Alves** (Confirmação:
tel. 219142336).

Massamá – Jantar de apresentação
pública do candidato da CDU à
presidência da **Junta de Freguesia**:
dia 21, 20h, no Restaurante Taiti (junto
ao Superm. Japão), com a presença de
Baptista Alves, Jaime da Mata e
Deolinda Santos. (Confirmação:
tel. 219142336).

Queluz – Apresentação pública do
candidato da CDU à **Junta de**
Freguesia: beberete no dia 22, 19h,
na Alam. Conde Almeida Araújo.
Sardinhada e espectáculo. Com a
presença de **Baptista Alves e Lino**
Paulo (Confirmações:
tel. 219142336).

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Apresentação pública dos candidatos
CDU à **freguesia de S. Quintino**:
dia 19 às 18h30, junto ao Monumento
Nac. de S. Quintino).

SEIXAL

Encontro concelhio da Juventude
CDU, com discussão do plano de
trabalho da Juventude CDU para as
próximas autárquicas. **Inauguração**
da sede da **Juventude CDU no**
concelho do Seixal. No Espaço
Jovem da Arrentela, quinta-feira, 14,
a partir das 15h.

SETÚBAL

Almoço-convívio com a participação
de **Carlos Sousa e Odete Santos**,
domingo, 17, às 13h, no Salão da
Cooperativa, assinalando os 17 anos
do Centro de Trabalho do Faralhão.



CDU apresenta candidatos

*Apresentação de candidatos da CDU
com a presença de Carlos Carvalhas*

ODIVELAS

Segunda-feira, dia 18, 20h
Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU
à **Câmara Municipal e Assembleia Municipal**
Jantar no Restaurante Saloio, em Caneças
(perto da Quinta das Águas Férreas)
(Inscrições: 219314153 – 919329557 – 962339106)

SINES

Terça-feira, dia 19, 19h
Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU
à **Câmara Municipal e Assembleia Municipal**
No Salão da Música

MONTIJO

Quarta-feira, dia 20, 20h
Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU
à **Câmara Municipal e Assembleia Municipal**
Jantar no Restaurante Lota do Peixe

PALMELA

Quinta-feira, dia 21, 18h
Apresentação conjunta dos cabeças de lista da CDU
aos **órgãos municipais do Distrito de Setúbal**
Na Pousada do Castelo

*
* *

BARREIRO

Sessão pública de apresentação das listas CDU
à **Câmara e Assembleia Municipal**
e dos **cabeças de lista às Assembleias de Freguesia**
Quarta-feira, 20, 21h30, no Largo Casal
(Lg. Gago Coutinho e Sac. Cabral)
com a participação de **Jorge Pires**

MONTEMOR-O-NOVO

Sessão pública de apresentação dos cabeças de lista
à **Câmara e Assembleia Municipal**
Quinta-feira, 14, 21h, no Anfiteatro do Parque Urbano da Cidade
Participam **Jorge Cordeiro**, da CP do PCP, e **Maria do Amparo**,
de «Os Verdes»
Animação musical com **Samuel**

Compra já
a EP



3.500\$00 em 7,8 e 9 de Set.
2.500\$00 até dia 6 de Set.

À venda nos Centros de Trabalho do PCP.

festa Avante! festa Avante! festa Avante! festa Avante!

25 anos 1976-2001

7 8 9

TÍTULO DE SOLIDARIEDADE

SEXTA-FEIRA SÁBADO DOMINGO

7,8 e 9 Set.
Atalaia | Amora | Seixal

ATVer

Lawrence da Arábia,
um marco não apenas
do cinema épico
de aventuras mas
do cinema
em geral



Lawrence da Arábia

(Quinta-feira, 14.06.01, RTP-1)

Contam-se pelos dedos os cineastas que construíram elipses geniais, daquelas que entram directamente para a grande história do cinema. **David Lean** é um desses eleitos, nomeadamente na sua celeberrima elipse onde, em **Lawrence da Arábia**, repentinamente nos

espadeiradas, duelos e cenários sejam o que melhor se lhe aproveita.

A Grande Pescaria

(Sábado, 16.06.01, SIC)

Comédia feita à medida de uma dupla retirada dos *Arma Mortífera* («saga» de trepidante acção e grande sucesso, com Mel Gibson e Danny Glover), sendo que **Danny Glover** «troca» Mel Gibson pelo «secundário» **Joe Pesci** que, nos filmes de *Arma Mortífera*, era o cómico de serviço. Aqui continua a sê-lo, mas em primeiro plano com Glover, ambos na pele de dois pescadores de fim-de-semana metidos em trapalhadas na Florida.



Despojos do Dia é um grande filme servido por dois grandes actores - Anthony Hopkins e Emma Thompson -, ambos assinando duas interpretações memoráveis

Tommy

(Sábado, 16.06.01, RTP-1)

Quem diz **Tommy** diz ópera-rock («espectáculo

coloca a nós e ao herói em pleno deserto com o simples apagar de um fósforo soprado por **Peter O'Toole**. A chama trémula domina por instantes a cena, de súbito apaga-se e na escuridão do ecrã nasce o sol a dominar um oceano de areia. Avassalador. A partir daí nada fica como dantes, a narrativa ganha dimensão épica, T. E. Lawrence - o que existiu na vida real - ascende ao Olimpo dos mitos por obra e graça de um filme genial - tão grande que até o elenco que lhe deu vida ficou ali com o prestígio artístico firmado, com relevô para **Peter O'Toole**, mas também para **Omar Shariff**, **Anthony Quinn** e até para o então já credenciado **Alec Guinness**.

O Primeiro Cavaleiro

(Sábado, 16.06.01, SIC)

O lendário reino de Camelot, mais o rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda são aqui postos ao serviço de uma versão muito pessoal do realizador **Jerry Zucker** dos não menos lendários amores entre Sir Lancelot (**Richard Gere**) e a rainha Guinevere, mulher do rei Artur (**Julia Osmond**), cortando sem dó nem piedade no perfil mítico (e portanto simbólico) das diversas personagens. Lancelot perde a dimensão medieval de cavaleiro imaculado para irromper no ecrã como uma espécie de mercenário com ética guerreira, Lady Guinevere (salva por Lancelot no início do filme) nem tempo tem de mostrar a sua também lendária fibra de soberana culta e sofisticada porque fica logo apanhadinha pelo herói, qual fã do Big Brother, e o conflito emocional que dilacera os dois amantes faz lembrar um bife com ovo a cavalo a ser devorado entre cristais e lacaios de libré. É capaz de não ser por acaso que **Sean Connery**, no papel de rei Artur, parece andar por ali com ar de quem não pertence àquela fita. Em suma: o filme parece querer colocar o drama Lancelot/Guinevere ao nível das humanas contradições, mas sem prescindir da encenação do mito. Daí que as

total» nascido na sequência do movimento hippie) mas diz, ainda, o grupo de rock britânico *The Who*, (merecidamente) famosos na década de 70 até princípios da de 80 e autor(es) não apenas do guião, como da banda sonora, das letras e do próprio espectáculo encenando esta ópera-rock, que gira à volta de um garoto que fica cego, surdo e mudo durante uma data de anos devido a choque emocional e recupera inesperadamente os três sentidos para se transformar num ídolo da juventude com áurea de Messias, constituindo-se em sátira mordaz à manipulação das massas feita através da religião ou - como no caso vertente - do espectáculo musical transformado em culto ritualizado. A única falha (ou azar...) dos *Who* foi terem entregue a um cabotino como **Ken Russell** a responsabilidade de passar para o cinema esta sua criativa ópera-rock que, mesmo assim, continua a valer por ela própria.

Despojos do Dia

(Domingo, 17.06.01, TVI)

Despojos do Dia é um grande filme realizado por **James Ivory** e servido por dois grandes actores - **Anthony Hopkins** e **Emma Thompson** -, ambos assinando duas interpretações memoráveis. Resumo da história: Stevens (Anthony Hopkins) é o perfeito mordomo inglês. Actualmente empregado de Mr. Lewis, o novo dono americano de Darlington Hall, Stevens esteve a maior parte da sua vida ao serviço de Lord Darlington. Quando estala a II Guerra Mundial, descobre-se o envolvimento de Lord Darlington com o partido nazi e agora, 20 anos depois, Stevens apercebe-se de que sacrificara a sua própria vida pessoal em nome do dever. Afastado até da mulher que amava (Emma Thompson), ele agora quer reparar o seu erro...

Mistério do Lago

(Quarta-feira, 20.06.01, TVI)

Engenhoso filme de suspense e mistério, conta-nos a história de um ex-veterano do Vietname (**Peter Strauss**) que se retira com a mulher para uma remota quinta junto a um lago, após a notícia do seu presumível envolvimento numa chacina perpetrada contra uma aldeia de civis vietnamitas lhe ter destruído a sua campanha eleitoral para senador. Só que o pesadelo ainda só está no princípio: já na quinta do lago, a mulher desaparece sem deixar rasto e ele passa a suspeito pelo desaparecimento...



Em **Tommy**, a única falha (ou azar...) dos *Who* foi terem entregue a um cabotino como **Ken Russell** a realização do filme

Quinta, 14

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 «O Segredo de Roan Inish» (de John Sayles, EUA/1994, com Joni Courtney, Eileen Colgan. *Drama*)
16.00 «Lawrence da Arábia» (de David Lean, R.Unido/1962, com Peter O'Toole, Alec Guinness, Omar Sharif, Anthony Quinn. *Ver Destaque*)
20.00 Telejornal
21.05 Benny Hill
21.30 Bastidores
22.30 Elsa
23.00 Grande Informação
24.00 Bull
00.30 24 Horas
01.25 «Amor Assassino» (de Avi Nesher, EUA/1992, com Drew Barrymore, George Newbern. «Thriller»)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Terra Nossa
13.00 Loja do Cidadão
14.00 Uma Mulher de Branco
15.00 Por Outro Lado
16.30 Informação Gestual
17.00 Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Ficheiros da Ciência
20.10 Viver no Campo
20.40 2010
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «Sol Enganador» (de Nikita Mikhalkov, Ru-Fr/1994, com Nikita Mikhalkov, Nadia Mikhalkov. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Minha Família é uma Animação



Batatoon

22.00 O Bar da TV
22.30 Porto dos Milagres
23.30 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.30 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
15.00 Chiquititas
16.00 Loucura no Campo de Férias (Longa Metragem)
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Crianças S.O.S.
23.00 Big Estrelas
24.00 A Bola É Nossa
01.30 Última Edição
02.20 Line's
02.50 Profiler

Sexta, 15

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Futebol de Praia
17.30 «Os Ficheiros de Mrs. Basil» (de Marcus Cole, EUA/1995, com Lauren Bacall, Marie Barnwell. *Aventura*)
19.40 Regiões
20.00 Telejornal



Futebol de Praia na RTP

21.05 Benny Hill
21.30 Bastidores
23.25 Turnos de Risco
00.05 Histórias da Noite
00.35 Top Filme
01.10 24 Horas
01.40 «Patrick» (de Richard Franklin, Austrália/1977, com Susan Penhaligon, Robert Helpmann. *Fantástico*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Programa não designado
13.00 Livres e Iguais
14.00 Uma Mulher de Branco
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Ficheiros da Ciência
20.20 Viver no Campo
21.00 Personagens
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Dharma e Greg
24.00 Um Café no Majestic
01.00 Jazz a Preto e Branco
02.00 «Tudo Vai Bem» (de Jean-Luc Godard e Jean-Pierre Gorin, Fr/1972, com Yves Montand, Jane Fonda. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Lady Hawke» (longa Metragem)
16.20 New Wave
17.00 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.15 Malucos do Riso
22.00 Porto dos Milagres
23.20 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Cinemania
02.30 O 18º Anjo (de William Bindley, EUA/1997, com Christopher McDonald, Rachel Leigh Cook, Maximilian Schell. *Fantástico*)
04.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.00 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
15.00 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Olho Vídeo
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Estrelas
24.00 Última Edição
00.50 «Esta Loira Mata-me» (de Neil Simon, EUA/1991, com Almed Baldwin, Kim Basinger, Armand Assante. *Comédia*)
02.50 Line's
03.20 Profiler

Sábado, 16

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Bandas Fabulosas
15.40 Sem Filtro
18.00 Futebol de Praia
19.00 Felicity
20.00 Telejornal
21.05 Sábado à Noite
22.40 Alves dos Reis
23.35 Lei Marcial
00.25 24 Horas
00.50 Máquinas



01.20 «Vingança na Casa de Usher» (de Jesus Franco, Fr-Esp/1982, com Howard Vernon, António Mayans. *Terror*)

▼ RTP 2

07.00 Enronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 «Chá Forte com Limão» (de António Macedo, Port-Fr/1993, com Eugénia Bettencourt, Isabel de Castro, Jean-Pierre Cassel, Carlos Daniel. *Drama*)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombardeio
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britcom
01.40 «Tommy» (de Ken Russell, EUA/1975, com Roger Daltrey, Oliver Reed, Ann-Margret, Elton John, Tina Turner. *Ver Destaque*)
03.30 Loja do Cidadão

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «A Grande Pescaria» (de Christopher Cain, EUA/1997, com Joe Pesci, Danny Glover, Rosanna Arquette. *Ver Destaque*)
16.00 «O Primeiro Cavaleiro» (de Jerry Zucker, EUA/1995, com Sean Connery, Richard Gere, Julia Osmond. *Ver Destaque*)
18.20 Mundo Vip
19.00 Um Anjo Caiu do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.20 Malucos do Riso
22.20 Herman Sic
00.30 Mulher Não Entra
01.30 «Contos Eróticos» (mini-série)
03.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
10.45 Top Rock
12.00 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.00 Big Estrelas
16.00 Caras Lindas
17.00 «Austin Powers - O Agente Misterioso» (de Jay Roach, EUA/1998, com Mike Myers, Elizabeth Hurley. *Comédia*)
19.00 Big Estrelas
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Estrelas
21.45 Super Pai
22.45 Mulheres de A a Zé
00.30 112
01.15 Lux
01.50 «Perigo Duplo» (de Deborah Dalton, EUA, com Joe Penny, Teri Garr. *Comédia*)

Domingo, 17

▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Jag - Em Nome da Justiça
16.00 «Coração de Alguém» (de Jeremy Kagan, EUA/1997, com Penelope Ann Miller, Brett Cullen. *Comédia*)
17.30 Tourada
20.00 Telejornal
21.10 Alves dos Reis
22.05 O Rosto da Notícia
23.10 «A Rapariga do Tambor» (de George Roy Hill, EUA/1984, com Diane Keaton, Yorgo Voyagis, Kaus Kinski, Sami Frei. *Thriller*)
00.10 Domingo Desportivo
01.05 24 Horas
01.50 «Socorro» (de Michael Winner, EUA/1984, com Rachel Kelly, David Brooks, Marie Masters. *Thriller*)

▼RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.15 Horizontes da Memória
11.45 As Novas Reservas Naturais
12.30 Palácio de Cristal
13.30 Quem Sai Aos Sens
14.00 Desporto 2
19.30 Parabéns, Shakespeare
20.30 Onda Curta



As magias de Luís de Matos

21.00 Simpsons
21.45 Artes e Letras (Jorge Martins)
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «O Rei das Crianças» (de Chen Kaige, China/1987, com Xie Yuan, Yank Xuewen. *Drama*)

▼SIC

07.00 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Popstars
15.00 «Chips, o Cão de Guerra» (Língua Metragem)
17.00 «Paulie, o Papagaio que falava Demais» (de John Roberts, EUA/1993, com Gena Rowlands, Tony Shalhoub, Cheech Marin. *Fantasia*)
19.00 Um Anjo Caíu do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 O Bar da TV
24.00 O Programa da Maria
01.00 «Tudo por Dinheiro» (de Bret Ramer, EUA/1997, com Chris Tucker, Charlie Sheen, Paul Sorvino. *Comédia*)
03.00 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Animação
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Dawson's Creek
15.00 «Um Herói Americano» (de David S. Jackson, EUA/1999, com Nils Aklén Stewart, Nancy Saksovich, Michael Nouri, Joan Pringle. *Thriller*)
17.00 «Uma Aventura em Família» (de Richard Benjamin, EUA/1993, com Daniel Stern, Julie Hagerty. *Comédia*)
19.00 Big Estrelas
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Big Estrelas
01.00 «Despojos do Dia» (de James Ivory, EUA/1995, com Anthony Hopkins, Emma Thompson. *Ver Destaque*)

Segunda, 18

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças



«Bastidores», afinal, é mais uma telenovela

18.30 Meu Pé de Laranja-Lima
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Sorte Grande
22.15 Bastidores
23.00 Luís de Matos ao Vivo
24.00 24 Horas
00.30 «Pecados Mortais» (de Molinaro, De Broca, Demy, Chabrol, Godard, Vadim, Dhomme, Fr/1962. *Comédia Sketches*)

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Pontos de Fuga
13.00 2010
14.00 Uma Mulher de Branco
15.00 Parlamento
17.00 Informação Gestual
18.00 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Escândalos
20.25 Viver no Campo
20.40 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Snoops
24.00 Artes de Palco - Bailado - «Um Jantar nos Limites»
02.10 Andamentos

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caíu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.15 Porto dos Milagres
22.30 O Programa da Maria
23.30 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Tiro e Queda
09.00 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
16.15 Mulheres de A a Zé
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.00 Crianças S.O.S.
22.00 Olhos de Água
23.00 Big Estrelas
02.00 Última Edição
02.50 Net
03.50 Strange World



Noites Marcianas deve ser o único programa com horário certo na TV...

Terça, 19

▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças

18.30 Meu Pé de Laranja-Lima
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Benny Hill
21.30 Bastidores
22.30 Crime Perfeito
00.45 24 Horas
01.20 Bandas Fabulosas
02.05 Top Video
02.35 El Che, o Revolucionário

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Rotações
13.00 O Lugar da História
14.00 Uma Mulher de Branco
15.00 Artigo 37
16.30 Informação Gestual
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Escândalos
20.20 Viver no Campo
21.00 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
24.00 «O Verão de Kikujiro» (de Takeshi Kitano, Japão/1999. *Comédia*)
02.00 Rotações

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caíu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 Esta Semana
22.30 Porto dos Milagres
23.30 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Tiro e Queda
09.00 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
15.00 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Estrelas
01.00 Ally McBeal
01.30 Última Edição
02.50 Net
03.20 Profiler

Quarta, 20

▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Benny Hill
21.30 Bastidores
22.30 Longa Metragem (não designada)
00.40 Maiores de 20
01.10 24 Horas
01.40 «Rivais Implacáveis» (de Colin Bucksey, R. Unido/1989, com Paul McGann, rebecca de Mornay. *Drama*)

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Andamentos
13.00 O Triunfo dos Porcos
14.00 Uma Mulher de Branco
15.00 Travessa do Cotovelo
16.30 Informação Gestual
17.30 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Escândalos
20.20 Viver no Campo
20.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Fenómeno
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Departamento de Homicídios

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caíu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Porto dos Milagres
22.30 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Tiro e Queda
09.00 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
15.15 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Olho Video
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.30 Super Pai
22.00 Olhos de Água
22.30 Tic Tac Milionário
24.00 «Mistério do Lago» (de Carl Schenkel, EUA/1996, com Peter Strauss, Kathleen Quinlan, Peter Boyle. *Ver Destaque*)
01.00 Última Edição
01.50 Line's
02.20 Profiler



Quanto aos restantes participantes neste «Artigo 37», também eram todos mais ou menos dissidentes, embora não por igual. Talvez por isso foi um programa com muita participação verbal, pois é sabido que os dissidentes são muito participativos nessa prática, embora não só, e por isso ali se ouviram coisas sem dúvida interessantes e inteligentes.

As falsas «partes iguais»

Porém, para meu gosto houve um importante defeito: embora tendo-se falado da guerra que pelo menos desde 75 (de facto, desde antes, pois é sabido que Savimbi já antes da independência se aliara com a PIDE/DGS e o exército colonial português para combater o MPLA) desvasta Angola, embora tendo-se dito que a paz é necessária e urgente, não se identificou claramente quem é responsável pelo seu prosseguimento. Bem pelo contrário, foi quase consensual a distribuição em partes iguais pelo governo e pela UNITA da responsabilidade pela continuação da guerra. Em compensação, salvo seja, falou-

TVisto

Correia da Fonseca

Falar de Angola em Lisboa

Perdoe-se-me começar por uma confidência de ordem pessoal: eu, quando for crescido (se ainda tiver tempo para lá chegar, o que é improvável), quero ir para dissidente. É que, está visto, ser dissidente é que está a dar, e nem sequer se trata de moda recente, é coisa que já vem de há vários anos. Chega um sujeito a qualquer lado, um sujeito sem qualificações especiais salvo porventura as de ter muito paleio e pouca memória, e logo se lhe abrem portas, se lhe oferecem cadeiras, é praticamente certo que não o deixam de pé à espera do que há-de vir e demora a chegar. Este superior mérito da dissidência vi-o confirmado na última emissão de «Artigo 37». A começar pelo filme que introduziu o programa, intitulado exactamente «Dissidências» e que, segundo nos foi dito, teve um óptimo acolhimento na Europa. É natural, a Europa é doidinha por dissidências, especialmente quando se trata de Angola, que era o tema desse trabalho de Zézé Gamboa, um dos presentes no estúdio. E não se pressinta aqui qualquer ironia depreciativa da película, que tem muitos e importantes méritos.

-se quase todo o tempo da falta de democracia em Angola e muito se carpiu a sua ausência, é claro que com toda a razão. Porém, a ninguém ocorreu sequer a ideia de perguntar se é possível a implementação de um quotidiano democrático, se é exequível o exercício de todas as liberdades desejáveis, num país há décadas assolado por uma guerra civil terrível que, como todas as guerras civis, não tem linhas da frente claramente estabelecidas e onde as eventuais infiltrações inimigas têm em princípio todas as facilidades se não forem contrariadas com inevitável rigor. É triste que seja assim? É tristíssimo, mas é assim. E, embora não duvide de que há quem de ambos os lados da luta embolse proventos e vantagens com a guerra, também não duvido de que um dos lados é um governo legitimado por dois amplos reconhecimentos internacionais e por duas eleições que observadores internacionais e a própria ONU reconheceram como aceitáveis («livres e justas» na expressão literal da representante das Nações Unidas), e do outro lado uma facção que se alimenta financeiramente da pilhagem dos recursos nacionais, que a comunidade internacional reiteradamente condenou e cujos protectores quase sempre se acolhem à discrição do anonimato. Com a gloriosa excepção de alguns conhecidos simpatizantes portugueses.

Para o perfil do «doutor»

Quanto à caracterização da democraticidade do movimento do «doutor» Savimbi, foi precioso o filme de Zézé Gamboa e do depoimento, nele incluído, de Toni da Costa Fernandes, destacado elemento da UNITA também ele falecido depois de ter incorrido no desgasto do «doutor» e haver sido preso à sua ordem. Contou ele como vira queimar vivos diversos dirigentes que Savimbi condenou, e não apenas eles como também as suas mulheres e os seus filhos. Logo a seguir, ouvimos o Padre Oliveira, ex-adepto da UNITA, que inicialmente duvidara da notícia mas depois a confirmara, pelo que deixou de apoiar o movimento. Como é natural, logo pensei que certos democratas portugueses, intransigentes defensores dos Direitos do Homem, continuam a precisar de conversar com o Padre Oliveira ou com alguém por ele. A menos que já o tenham feito e não se tenham importado muito ou tenham sido aconselhados a não se importarem, eventualidade que me deixa profundamente apreensivo. Não foi o filme de Gamboa com o depoimento de Toni Fernandes o único motivo por que este «Artigo 37» apesar de tudo valeu a pena: também, por exemplo, as intervenções de Carlos Delli-Bello. Contudo, quando o programa acabou, continuei a acalantar o projecto de também ser dissidente quando for grande. Afinal de contas, também ambiciono subir na vida.

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Execuções

Mais uma vez o circo americano desceu à aldeia global, pondo todo o mundo a espreitar a execução de Timothy McVeigh, o norte-americano directamente responsável pelo atentado bombista que, em 1995, matou 168 pessoas num edifício público de Oklahoma City. Apesar das distâncias que a cultura humanística europeia continua a manter em relação aos EUA nesta questão da pena capital — aliás, um dos raros territórios onde ainda é possível por aqui vislumbrar alguma independência crítica face ao amigo americano —, isso não impediu que a generalidade dos órgãos de comunicação social europeus assumisse como seu o perverso e inquietante espectáculo montado nos EUA para consumo interno à volta da liquidação de um ser humano.

Assim, em tudo o que era televisão, rádio, jornal ou revista desta civilizada Europa não se perdeu um pormenor da execução, morbidamente descrita desde a dosagem letal às últimas palavras do condenado, passando pelas instalações utilizadas, os métodos de extermínio em vigor nos EUA, a eficácia comparada de cada um deles, as inevitáveis opiniões de rua e etc., etc., até à náusea. Ninguém, entretanto, se fez eco dos protestos e denúncias que nos próprios EUA também de novo se levantaram contra a pena capital a propósito desta execução, protestos e denúncias estribados em realidades tão elementares e comprovadas como a total ineficácia da pena de morte como dissuasora do crime ou a irreparável injustiça de se executarem inocentes.

No máximo, tais protestos foram anexados ao «prato principal» como excentricidades a olhar de soslaio, exactamente como foi tratado e expedido pelas centrais de informação norte-americanas. Igualmente ninguém se interrogou sobre a desmesurada cobertura mediática concedida nos EUA a esta execução, cobertura que foi ao pormenor de garantir a sua difusão por todo o mundo através da tutelar máquina informativa norte-americana — e que a Europa, com diligência, reproduziu.

Na verdade, a dimensão da tragédia em presença — o assassínio de 168 pessoas, com ferimentos em mais de 300 — não podia ser desperdiçada pelos defensores da pena capital nos EUA, a começar pelo seu actual Presidente, ele mesmo um recordista em condenações capitais.

Era uma oportunidade única — explorar propagandisticamente o elevado número de mortos em benefício da própria pena de morte, rentabilizando o horror colectivo e decorrente fragilização da opinião pública.

Premeditação é isto, e não menos repugnante que a deste psicopata cripto-nazi quando decidiu colocar uma bomba num edifício público.

Premeditação é, também — mas de quem pode e manda nos EUA —, a contaminação do seu país e do mundo pela lei do mais forte, o argumento da força, o totalitarismo sem rosto, a injustiça à solta, a miséria dos povos e a apropriação dos poderosos como bases inelutáveis do desenvolvimento humano.

E é no ventre de tanta e tão grave premeditação que se geram os McVeighs deste mundo. Entretanto, o mesmo governo e as mesmas autoridades dos EUA, que tanto se empenharam em mostrar ao país e ao mundo como sabiam «ressarcir a sociedade» com a vingadora liquidação de um assassino, não tiveram uma palavra, um comentário, a mais leve necessidade de lamentar a morte de mais uma dezena de emigrantes clandestinos do México ocorrida na mesma ocasião, quando, ao procurarem galgar o muro de seis metros de altura e centenas de quilómetros de comprimento construído pelos EUA ao longo da fronteira, morreram pura e simplesmente electrocutados, juntando-se às largas centenas de compatriotas que ali encontraram igual morte no últimos anos, vítimas deste «muro da vergonha» de novo tipo...

Pela defesa das carreiras e do serviço nacional de saúde

Greve dos médicos acaba hoje

Protestando contra a intenção do Ministério privatizar os serviços públicos de saúde, os médicos continuam hoje em greve pelo terceiro dia consecutivo. Na segunda-feira a adesão foi de mais de 50 por cento.

Respondendo ao apelo da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), estes profissionais de saúde iniciaram uma greve antontem que se prolonga até às 24 horas de hoje. Em causa estão várias reivindicações, nomeadamente o pagamento das horas extraordinárias e da dívida do subsídio de fixação da carreira de clínica geral, bem como a aplicação do subsídio de risco, penosidade e insalubridade.

Os médicos protestam ainda contra aquilo que classificam como a tentativa do Ministério da Educação de destruir as carreiras médicas e a intenção de privatizar os serviços públicos de saúde.

Chamando a atenção para «o perigo dos cidadãos perderem uma protecção social que prezam», o presidente da FNAM, Cílio Correia, afirma em declarações à Lusa que «não é utopia defender um sistema de saúde de qualidade e recusar um sistema a duas velocidades diferentes, sendo desqualificado para quem não tem hipóteses de o pagar».

«É curioso verificar que os objectivos da ministra da Saúde visem copiar o modelo neoliberal de política de saúde mais desumano, de modo a que o direito constitucional à saúde seja destruído, transformando-o num qualquer bem de consumo, em que as pessoas passem a ser tratadas de acordo com as suas possibilidades económicas», denuncia a estrutura sindical, numa nota à imprensa.

A FNAM refere ainda a necessidade de defender as carreiras médicas e a dignidade profissional, alertando para situações de precarização do vínculo laboral e da falta de aplicação dos contratos individuais de trabalho.

Médicos insultados

No primeiro dia de greve, registou-se uma adesão entre os 50 e os 60 por cento, valor que corresponde aos objectivos da Federação. No Sul do País houve uma maior participação ao protesto.

«Não nos vangloriamos desta adesão, principalmente porque há situações em que os doentes são obrigados a voltar para as listas de espera, mediante o adiamento das cirurgias programadas», comentou Cílio Correia.

Mas os números adiantados pela Federação são contestados pelo Ministério da Saúde, que afirma que a adesão foi de 23 por cento. Aquele dirigente sindical, diz que os valores apresentados por ambos os lados «valem o que valem» e acrescenta

que as percentagens podem ser alteradas, dando como exemplo o caso do Instituto Português do Sangue.

Nesta instituição, dos 12 médicos existentes, dois estão de férias, três de folga e sete em greve, variando os número de adesão conforme se toma em consideração o total de médicos ou os que estão efectivamente em funções.

A FNAM acusa o Ministério da Saúde de ter «empurrado» os médicos para a greve, facto que revela «a insensibilidade da tutela em relação aos cidadãos». Cílio Correia afirma que a tutela «nada fez» para evitar este protesto, acrescentando

do que a ministra Manuela Arcanjo chegou mesmo a tratar «de uma forma insultuosa a federação» durante a última reunião que a estrutura manteve, no início de Maio.

«Não houve interesse (da parte do Ministério da Saúde) em não avançar para a greve e agravou a situação de conflituosidade aquando da apresentação da Lei de Bases», comentou.



A adesão foi superior aos 50 por cento, no primeiro dia de greve

Pensões de invalidez

PCP propõe regime mais justo

A Assembleia da República discutiu antontem um projecto de lei da autoria do PCP sobre as pensões de invalidez da segurança social. Este projecto — apresentado pela deputada Odete Santos — procura acabar com a injustiça do actual regime legal, «que se abate particularmente e de uma maneira perversa sobre deficientes com fracos rendimentos de trabalho».

O projecto de lei propõe a possibilidade de acumular as pensões de invalidez com os rendimentos do trabalho em

profissões para as quais o trabalhador não tenha sido considerado incapaz, bem como a impossibilidade de acumulação das pensões de invalidez para qualquer profissão ou actividade com rendimentos de trabalho.

Esta proposta procura proteger as pessoas que, por não terem tido acesso à qualificação profissional, têm a sua carreira contributiva da segurança social baseada em baixos rendimentos.

Na ocasião, Odete Santos deu o exemplo verídico de um

trabalhador que apresentou uma queixa à Provedoria da República, porque perderia a sua pensão por invalidez — calculada com base numa remuneração de referência de 4190\$00 — caso encontrasse algum trabalho, a que teria inevitavelmente de recorrer para sobreviver.

«Esta situação é manifestamente injusta e afecta muitos pensionistas», considera a deputada, que afirma que o regime vigente não corrige desigualdades e não cumpre o princípio da reabilitação dos deficientes, presente da Constituição.

O PCP lembra ainda que a grande maioria dos cidadãos deficientes situa-se em famílias de baixos rendimentos e com baixas qualificações, o que os situa em profissões em que se correm especiais riscos.

«Quando conseguem encontrar uma nova actividade profissional — por questões de sobrevivência e para não terem de viver à míngua com as escanzeladas pensões da segurança social — têm normalmente uma remuneração mais baixa do que os outros trabalhadores», refere a deputada.

Na apresentação da obra, o general Vasco Gonçalves trouxe a sua própria e emocionante vivência e leitura dos acontecimentos do processo de Abril nos seus primórdios.

A editorial Avante!, que editou o livro, prestou com isso mais um valioso contributo documental para o aprofundamento e a valorização do nosso património histórico.

«O Abalo do Poder»

Lançado novo livro de Jaime Serra

O livro «O Abalo do Poder», da autoria de Jaime Serra, lançado ao público no último dia do mês de Maio, constitui um testemunho vivido notável dos antecedentes do desencadeamento, do triunfo e da conturbada consolidação do 25 de Abril de 1974.

Apresentado na bela e nova sede da Associação 25 de Abril, em Lisboa, por essa grande figura da Revolução, o general Vasco Gonçalves, a obra suscitou o interesse de destacadas personalidades militares e políticas dos vários matizes do processo, trazendo à luz do dia factos e acontecimentos que não se pode deixar diluir-se na poei-

ra do tempo e nas andanças da História.

É um quadro cronológico e verídico de um movimento revolucionário que mudou a face do País e possibilitou ao povo português, pela primei-

ra vez na sua História nacional, desde os longínquos séculos da conquista da nossa independência, o usufruto de um regime de amplas liberdades, na época da sua eclosão o mais avançado da Europa Ocidental.

Na apresentação da obra, o general Vasco Gonçalves trouxe a sua própria e emocionante vivência e leitura dos acontecimentos do processo de Abril nos seus primórdios.

A editorial Avante!, que editou o livro, prestou com isso mais um valioso contributo documental para o aprofundamento e a valorização do nosso património histórico.

